DIVERSOS

2001



Excelentíssimo Senhor
Marcel D. Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal da
Estância Turística de Holambra

SOLICITAÇÃO

Eu, JOSÉ EDUARDO RODRIGUES CAVALCANTI, RG.33.744.785-8 – SSP/SP, venho em nome da Lucila Capacle, Diretora da EMEB Parque dos Ipês, solicitar, por empréstimo desta Casa de Leis, Tripé das Bandeiras.

José Eduardo Rodrigues Cavalcanti

JOSÉ EDUARDO RODRIGUES CAVALCANTI

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AVISO

Para fins de cumprimento do artigo 38, parágrafo 4° da Lei Orgânica Municipal, comunicamos que durante o prazo de 30 (trinta) dias, encontra-se a disposição da população, para exame e apreciação o Projeto de Lei Complementar n.° 019/2001, que "Institui o Código Tributário do Município da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo e dá outras providências".

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 26 de novembro de 2001.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

DANIELA CRISTINA SANTOS
Secretária

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

29 de novembro de 2.001

Excelentíssimo Senhor

Temos a honra de convidar V.Exa. para a reunião solene de entrega de título de Cidadão Campineiro ao ***Padre José Giordano****, de autoria deste Vereador, a se realizar no próximo dia 08 de dezembro, às 19h00, na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, na Rua Gonçalves Cézar, 70, Jd. Guanabara.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Dr. Romeu Santini
Presidente

4168

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (19) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Ofício nº 582/01-GPM *Holambra, 03 de Dezembro de 2001*

Excelentíssimo Senhor,

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, tem a honra de convidar Vossa Excelência para solenidade, a se realizar no dia ***06 de Dezembro, às 19:00 horas, na Escola Parque dos Ipês****, com a presença do Excelentíssimo Senhor Orlando Gerola Junior, Assessor do Ministro José Serra, onde estaremos realizando a seguinte programação:*

- ***Entrega do ônibus Unidade Móvel Odontomédica;***
- ***Entrega do Programa Saúde da Família;***
- ***Entrega da Iluminação das Quadras do Complexo Esportivo Municipal;***
- ***Entrega da Pavimentação do Pátio da Escola Pq. dos Ipês, Rua de acesso a escola, piscina e estacionamento;***
- ***Anúncio da pavimentação total do Loteamento Pq dos Ipês;***
- ***Lançamento e apresentação dos Projetos para as seguintes Obras:***
  Reforma da escola Pq dos Ipês;
  Remodelação e reforma da escola Flamboyant;
  Reurbanização da nossa Prainha;
  Poço Artesiano próximo a E.T.A.;
  Construção de chafariz com água potável disponível a nossa população;
  Construção das praças: Pça dos Coqueiros próxima a ETA, Pça dos Ipês no Parque dos Ipês, Pça dos Lírios, Pça das Palmas, Término da Pça dos Crisântemos, Pça das Rosas, Reurbanização da Pça Vitória Régia;
  Urbanização e alargamento da Av. Rota dos Imigrantes;
  Construção de novas piscinas no complexo aquático;
  Construção da nova sede da Guarda Municipal;
- ***Lançamento do Projeto Minha Escola é Segura e Sou Xique, Não Uso Drogas.***

Contamos com a sua presença, neste importante momento de nossa comunidade, o que será para nós motivo de grande satisfação.

Atenciosamente

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA
Vice-Prefeito

PROTOCOLO
Nº de Ordem 093/2001
Fls. Nº 005 Livro Nº 009
Data 05 / 12 / 2001
Secretária

Excelentíssimo Senhor
Marcel Donizeti de Souza Campos
MD.Presidente da Câmara Municipal
Holambra-SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

D E C L A R A Ç Ã O

MARCEL D. SOUZA CAMPOS, R.G. 22.674.490-5-SSP/SP, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, DECLARA para as finalidades que se fizerem necessárias que a Senhora **JOHANNA OEWEL, portadora do CPF. 155.785.678-86, RNE: W435.505-D**, é vivente e reside na Alameda Bentevi n.°16, no Centro Social Holandês, no Município da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, Brasil .

Por ser esta a expressão da verdade, data e assina a presente declaração.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 06 de dezembro de 2001.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 26 de novembro de 2001

Excelentíssimo
Presidente da
Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Sr. Marcel de Souza Campos

Ref.: Cessão da Sala de Reuniões da Câmara

Solicitamos por meio desta a autorização para uso da sala de reuniões da Câmara Municipal, para nossas reuniões de conselho, a serem realizadas quinzenalmente, às quintas feiras, tendo como data base o dia 06 de dezembro de 2001. O horário de início é previsto para as 18:30 horas com término às 20:30 horas.

Havendo mudanças eventualmente no horário ou data, entraremos em contato prévio com vossa senhoria.

Sendo o necessário para o momento e no aguardo de um parecer de Vossa Senhoria, antecipamos nossos agradecimentos.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 098
Fls. Nº 005 Livro Nº 009
Data 03/12/2001
Secretaria

Atenciosamente,

Nivaldo Marchiotto
Presidente

Rua Rota dos Imigrantes, 425 – Caixa Postal 244 – CEP 13.825-000
e-mail holambra@consegsp.com.br

Despacho.

Autorizo o pedido do Interessado

Câmara Jn. Dist. Industrial Holambra,

05/12/2001.

Vereador Manuel M. Souza Campos
Presidente

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, o Sr. Presidente, conforme regulamentação dos CONSEG's pela resolução SSP 37, de 16 de Maio de 1985, complementado e modificado pelo Decreto 25.366, de 11 de Junho de 1986, em seu Artigo 23, Inciso V, resolve: Convocar os senhores conselheiros junto ao CONSEG de Holambra, para uma reunião **EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada no dia **06 de dezembro de 2001 às 18:30 h** em primeira e **única** convocação , no **Salão Nobre da Câmara Municipal de Holambra**, situada na Rua Rota dos Imigrantes, 425 - Centro, para apreciarem os assuntos constantes da pauta a seguir:

1. Abertura dos Trabalhos
2. Leitura e Aprovação da Atas
3. Leitura do Expediente
4. Assuntos a serem tratados
   - Plano de Ação
   - Reunião com o Prefeito Celso Capato
5. Palavra aberta aos Conselheiros
6. Encerramento previsto para 20:30 h

Nivaldo Marchiotto
Presidente

Rua Rota dos Imigrantes, 425 – Caixa Postal 244 – CEP 13.825-000
e-mail holambra@consegsp.com.br
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

A OMEGA CONSULTORIA é uma empresa prestadora de serviços de Consultoria, Assessoria e Planejamento voltada para a gestão de entidades públicas, incluindo PREFEITURAS, AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS, FUNDAÇÕES e demais espécies de agências públicas que desempenhem suas funções em estrita observância com o regime de direito público, bem como SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICO AUTORIZADAS.

RESUMO DAS ATIVIDADES	OBJETIVOS
1 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO	Aumento da receita Instrumentos legais Modernização do sistema
2 – PMAT–MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	Busca de recursos junto BNDES para fomento na arrecadação e tributos
3 – ASSESSORIA E CONSULTORIA LEGISLATIVA E LICITATÓRIA	Agilização de atos normativos da administração Licitações e contratos administrativos
4 – DÍVIDA ATIVA	Reorganização da cobrança para manutenção do equilíbrio financeiro
5 – CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Diagnóstico e elaboração dos procedimentos Estudo da viabilidade
6 – PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS	Reforma administrativa Criação de instrumentos legais
7 – CONCURSO PÚBLICO	Cumprimento da legislação Adequação e modernização do quadro de pessoal
8 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Orientação permanente visando se possível eliminar problemas jurídicos e administrativos
9 – PLANO DIRETOR	O Plano Diretor é um instrumento de planejamento das cidades. Planejando, o município economiza recursos públicos e privados, coordena as ações de diversos órgãos e evitamos os desperdícios

Rua Thomaz Simon, 245 - Centro - ITU - Estado de São Paulo - CEP 13300-030 - Sede Própria
Telefax: (0xx11) 4023-1210 / 4022-0718 - CNPJ 66.842.758/0001-85 - e-mail: omega@theway.com.br

CORREIOS | EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Ofício 0178/2001-REOP-03/DR/SPI

Campinas, 09 de novembro de 2001.

Ilustríssimo Senhor,

Com relação à solicitação para ampliação do efetivo da Agência de Correio em Holambra/SP, informo que estamos realizando estudo técnico e operacional para atendimento do pleito no 1° semestre de 2.002.

Colocamo-nos a sua disposição para eventuais esclarecimentos adicionais, por intermédio da Coordenadoria de Tratamento e Distribuição, à Rua dos Gráficos n.° 510 – Jardim do Lago – telefone (19) 3229-6767 (c/ Walter ou Djalma).

Atenciosamente,

Vinicius Garcia da Costa
Gerente da Região Operacional de Campinas/SP

Ilustríssimo Senhor
Marcel D. Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Rota dos Imigrantes n° 425 – Holambra/SP
13825-000

DM/ja

FUNDICAD - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 3.473/92 - Regulamentado pelo Decreto nº 3.858/96 - O FUNDICAD é uma entidade financeira pública subordinada administrativamente à Executiva Municipal, de acordo com a Lei Federal 4.320/64. Pode receber doações de sociedades civis, pessoas jurídicas, órgãos públicos, ONGs nacionais e internacionais e legados em favor da criança. Os recursos, aplicados em conta separada, não podem ser desviados para a Prefeitura e só podem ser destinados a ações aprovadas pelo CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 3.473, de 25/06/92, o CMDCA é formado por 20 conselheiros titulares e seus suplentes, sendo 10 representantes do governo e 10 da sociedade civil organizada, todos com mandato de dois anos. O Conselho é responsável pela política de atendimento e pela aplicação das multas aplicadas a ações ou omissões contra os direitos da criança e do adolescente.

GEA - GRUPO EMPRESARIAL DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Criado em 1998, é uma entidade civil de Bauru. O GEA tem por objetivo mobilizar, sensibilizar, articular, captar recursos e supervisionar sua utilização. Também deverá subsidiar, com informações técnicas e em apoio ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, as ações de atendimento às crianças e adolescentes e deverá atuar na área de prevenção, apoio a projetos especiais. Participam do GEA as seguintes entidades: CEDI - BRAVE - ENCOVERCO - OAB, ACB, SESI, Sindicato dos Contabilistas, Sindicato dos Jornalistas, Lions Clube Bauru e profissionais liberais. O GEA é aberto à participação da comunidade.

FÓRUM DE DEBATE

Órgão consultivo com atribuição de opinar sobre a política formulada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e apresentar sugestões sobre o exercício de sua competência. Composto pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e por um representante das seguintes entidades: Câmara Mirim e da Juventude da Comarca de Bauru/SP - Secretaria Municipal de Planejamento - Universidade do Sagrado Coração - Pastoral da Criança - Ordem dos Advogados do Brasil - Faculdade de Serviço Social de Bauru - Conselho de Pastores Evangélicos de Bauru - Procuradoria Geral do estado - Lions Clube de Bauru - Sindicato das Estabelecimentos Escolares - Polícia Militar do Estado de São Paulo - Associação dos Maçons de Bauru - Rotary Club de Bauru - Delegacia Seccional de Polícia de Bauru - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Bauru - Universidade de São Paulo - Bispado de Bauru - Associação Comercial e Industrial de Bauru - Câmara Municipal de Bauru - Secretaria da Economia e Finanças.

Suporte Técnico: Receita Federal

Este folder foi elaborado pelo CIPS - Consórcio Intermunicipal de Promoção Social, através desse recurso.



DO LEÃO PARA AS NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Rua Agenor Meira,13-62 Centro
CEP.17015-301 fones:2341281
2345838

AÇÃO EM DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ilustríssimo Sr.
Presidente da Câmara Municipal
de Holambra(SP)

Esta Empresa , foi contactada por integrantes do Projeto "DESTINE" – do Município de Baurú (SP) que possui como objetivo de ampliar o atendimento em creches, abrigos, programas profissionalizantes e sócio educativos e muitos outros.

Diante do exposto, tomamos a liberdade de consulta-los quanto a sua existência neste Município , e caso a resposta seja negativa , se haveria alguma possibilidade de sua implantação.

Atenciosamente.

Depto. RH
KLAAS SCHOENMAKER & OUTROS
(19) 3802-9064

R. Federal 223 1955 R=2009
ou 2507 3ª f e Qui

Schoenmaker

Ilmo (a) Sr (a)
Presidente da Câmara Municipal Sr. Marcel D. de Souza Campos
Ref.: Formação e Funcionamento do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente.

O envolvimento em ações sociais junto à comunidade tem sido, cada vez mais, uma realidade na nossa Empresa que, inclusive, tem todo um Programa de Responsabilidade Social voltado para isto, com enfoque principal no desenvolvimento de Crianças e Adolescentes e Melhoria da Qualidade de Vida.
Sabemos que esta preocupação também existe em todos os segmentos da sociedade e diante da iminente formação do Conselho Tutelar no nosso Município temos algumas considerações, que gostaríamos de expressar como empresa-cidadã:

- O eficaz funcionamento de um Conselho Tutelar, principalmente no campo preventivo, pode garantir a saudável formação dos cidadãos infanto-juvenis;

- Uma boa Seleção de Conselheiros é fundamental e decisivo neste processo, tendo em vista os pré requisitos necessários para um bom trabalho. Entendemos ser importante bons princípios, fundamentação teórica em desenvolvimento infanto – juvenil e principalmente uma atitude pró – ativa e dinâmica na comunidade, através de uma postura inspiradora e integradora com os demais órgãos atuantes na área.

- Acreditamos que estas pessoas devam apresentar o seguinte perfil como gestores públicos:

    - Visão de futuro , sabendo exatamente o tipo de contribuição que podem/devem dar.

    - Visão Otimista ,com profundo senso de justiça e ética e com foco de atuação e ação voltados para a Comunidade.

    - Senso de Austeridade, Obsessão pelo combate ao desperdício e a tudo aquilo que não acrescenta nada à Sociedade.

    - Clareza quanto ao rumo, (principalmente psico-pedagógico), que devem dar às suas atividades, focalizando seus esforços na busca de resultados.

    - Profundo senso de eficácia e contribuição no que efetivamente querem e podem dar como Conselho e/ou em parceria com demais órgãos.

    - Lucidez e percepção desenvolvidos, para examinar seu entorno, prescrutar e buscar o entendimento dos cenários internos e externos.

    - Habilidade Catalisadora, sendo capaz de atrair as boas energias de todos os envolvidos. Fazer das suas Contribuições, tijolos para construção de um projeto coletivo.

- Senso Urgência : sabemos que o muito que se faz é uma gota d'água na imensidão de coisas a serem feitas. É uma corrida contra o tempo passado (de omissões) e contra o tempo futuro (de desafios).

- Senso de Prioridade , concentrando esforços em áreas onde podem produzir muito. Não se deixar atropelar pelas pequenas coisas e ingerência do cotidiano, mesmo quando políticas.

- Senso de Método, no processo decisório e sistemático, propiciando agilidade e combate à burocracias excessivas.

- Dignidade, fazendo da integridade um "rolo compressor" de valores que permeiam suas ações.

- Honestidade, no trato da coisa pública, respeito e justiça no serviço aos cidadãos.

- Em nossa região conhecemos exemplos frustrados de formação de Conselhos Tutelares, por não observarem o perfil necessário acima citado. Assim, partindo da premissa de que este trabalho só terá bons frutos se houver parceria entre os diferentes segmentos, públicos , privados, ONGs, entre outros; Colocarmo-nos, à disposição, tanto no auxílio do processo seletivo, bem como no apoio à estruturação e funcionamento deste novo Conselho e, se, necessário até mesmo com recursos que garantam maior eficácia na formação deste.

Atenciosamente

Kees Schoenmaker
Diretor Geral

Piet Schoenmaker
Diretor da Responsabilidade Social

Veroni Domhof
Diretora de Recursos Humanos

Holambra, 09/11/2001.

seminário
de habitação
da região
metropolitana
de campinas.

Campinas, 31 de outubro de 2001.

Exmo. Sr. Marcel Donizetti de Souza Campos
Vereador
DD Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Excelentíssimo Senhor

A Coordenação Provisória de Assuntos Habitacionais dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas, convida Vossa Excia para o I Seminário de Habitação da Região Metropolitana de Campinas a realizar-se em 12 de novembro de 2001, na Estância Árvore da Vida, Estrada Granja Portão Pesado, s/no, Sumaré, SP.

O objetivo do evento é apresentar um diagnóstico da região e a importância de ações coesas e sincronizadas das 19 prefeituras, autoridades municipais, estaduais e federais, agentes financeiros e produtores de moradias para a solução dos graves problemas enfrentados pelas administrações públicas junto às questões sociais.

Solicitamos a confirmação da participação através do telefone (19) 3873.1470, com Grasielly. No vosso empedimento, solicitamos a representação dessa Casa por um ilustre vereador.

A presença de Vossa Excia garantirá o sucesso de nosso encontro e é imprescindível para o êxito ao combate aos graves problemas habitacionais da região.

Com os nossos cumprimentos apresentamos nossos respeitos.

Atenciosamente

Coordenação Provisória

Campinas, 31 de outubro de 2001

Ilustre Sr. Marcel Domenetti de Souza Campos
Vereador
DD Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Excelentíssimo Senhor

A Coordenação Provisória da Assembléia Habitacional dos Municípios da Região Metropolitana de Campinas comunica Vossa Excia para o I Seminário de Habitação da Região Metropolitana de Campinas a realizar-se em 12 de novembro de 2001, no Estádio Arnaldo da Vida Estrada Cruzeiro Portão Pesado, s/no, Sumaré, SP.

O objetivo do evento é apresentar um diagnostico da região e a importância de ações coesas e sincronizadas para a solução dos graves problemas habitacionais, causados e ocasionais, agentes financeiros e produtores de moradias e principalmente administrações públicas junto as questões sociais.

Solicitamos a confirmação da participação através do telefone (19) 3874 1470, com Graciela. No vosso comparecimento, solicitamos a representação dessa Casa por um ilustre vereador.

A presença de Vossa Excia garantirá o sucesso de nosso encontro e a imprescindível para o êxito no combate aos graves problemas habitacionais da região.

Com os nossos cumprimentos apresentamos nossos respeitos.

Atenciosamente,

Coordenação Provisória

1° SEMINÁRIO DE HABITAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

No dia 12 de novembro de 2001, A Coordenação Provisória de Assuntos Habitacionais dos Municípios da RMC, promoverá o "1° Seminário de Habitação da Região Metropolitana de Campinas " .

Nosso objetivo com este trabalho é mostrar a importância de Ações coesas e sincronizadas das 19 prefeituras, autoridades estaduais e federais, agentes financiadores e produtores de moradias para a solução dos graves problemas enfrentados pelas administrações públicas e quais os principais "ganhos" sociais desta iniciativa.

✔Público:

✔Programação

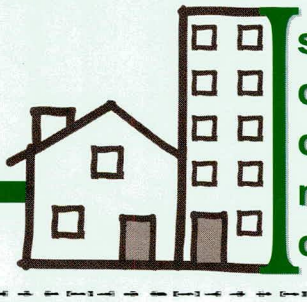
Manhã

08h00 Recepção
08h30 Abertura
09h00 Composição da Mesa
09h30 Diagnóstico da RMC
10h00 Café
10h20 Agentes Financeiros (CDHU e CEF) Apresentação de propostas para a RMC
11h00 Debate
12h00 Almoço no local

Tarde

13h00 Experiência dos Municípios
14h00 Secretaria Estadual Políticas Públicas de Habitação
14h30 Debate
15h30 Café
15h50 Agentes Políticos Deputados e Senadores
17h00 Debate
18h00 Encerramento

Data: 12/11/2001
Horário: à partir das 8:00h
Local: Estância Árvore da Vida
Incrições até: 08/11/2001 - Fone (19) 3873 6038
Investimentos: R$ ~~150,00~~ cortesia
Vagas limitadas.



seminário de habitação da região metropolitana de campinas.

Ficha de Inscrição - Fone/Fax: (19) 3873 6038

Nome: _____
Intituição/Empresa: _____
Endereço: _____
_____
E-mail: _____
Telefone/Fax:

seminário de habitação da região metropolitana de campinas.

Estrada Granja Portão Pesado, s/nº
Sumaré SP - F. (19) 3873 8800

Apoio

Estância Árvore da Vida

HABICAMP
Associação Regional da Habitação

Organização

Silvia Helena
Assessoria em Marketing

Patrocínio

Riwenda
construções e negócios

CORPUS
Saneamento e Obras Ltda

CAIXA
Aqui o Brasil acontece

Casa Fácil

GERDAU

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, Outubro de 2001.

Ofício Especial/DMM/SP/10/01

Senhor Presidente,

Tenho a imensa satisfação de cumprimentar Vossa Excelência, e manifestar minha homenagem ao município de Holambra, pela ocasião da comemoração de sua emancipação político-administrativa.

Gostaria também, de ressaltar a contribuição de sua dinâmica e hospitaleira população, no processo de desenvolvimento desse respeitado município, que foi fundado por Imigrantes Holandeses, por volta de 1948, e hoje, destaca-se na produção de flores e plantas ornamentais de nosso Estado.

Quero ainda, colocar à Vossa disposição meu trabalho parlamentar, bem como congratular-me com os demais Vereadores, a quem solicito que seja dada ciência deste, pela memorável parcela de colaboração ao crescimento Holambra.

Deputado MILTON MONTI
Vice-Líder do PMDB

Exmo Sr.
DD. Presidente da Câmara Municipal
Holambra/SP

Deputado Federal
Milton Monti
R. Feixoso da Silva 660, 10º andar cj 103
Paraíso - Cep 04002-033 - São Paulo - SP

CAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL

OF EN 735/2001 Campinas, 29 OUT 2001
Escritório de Negócios de Campinas

À
Câmara Municipal do Município da Estância Turística de Holambra

Assunto: Prorrogação do prazo de vigência
Ref. : CT 106628-15/2000 – MA/CAIXA – Programa PRODESA

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

1 Para conhecimento e providências cabíveis, notificamos que a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU, por intermédio da Caixa Econômica Federal, procedeu à alteração dos termos referentes ao **prazo de vigência** do referido Contrato, prorrogando-o para **28/02/2001**.

2 Comunicamos o encaminhamento do extrato da alteração à Imprensa Oficial, para publicação em Diário Oficial da União – DOU, sendo esta condição para a eficácia do ato.

Atenciosamente

VALÉRIA DA ROSA CARVALHO SILVESTRE
Gerente de Mercado

PROTOCOLO
Nº de Ordem 062/2001
Fls. Nº 003 Livro Nº 009
Data 07/11/2001
Secretária

OF EN 735/2001 (29/10/2001)
MEY/lsb
Disq. CIOF 2001

11.002-7 V01

03500SP0

Gabinete do Secretário

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

São Paulo, 19 de outubro de 2001

Prezado (a) Senhor (a)

Tem esta o objetivo de levar ao seu conhecimento as informações sobre o mercado formal de trabalho do seu município, de acordo com o registro administrativo Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do ano de 1999.

Os dados referem-se ao final do ano de 1999 (31 de dezembro), e são apresentados, sempre discriminando por sexo, o número de trabalhadores com carteira de trabalho segundo a **idade**, **escolaridade**, **faixa de rendimento mensal**, e por **setor de atividade econômica.**

Aproveitando a oportunidade aberta pela realização dos Seminários Regionais com as Comissões Municipais de Emprego – Com-Emprego, visando a elaboração do Plano Municipal de Qualificação para o ano de 2002 - PMQ 2002, foi adicionada uma relação bastante detalhada sobre as principais Ocupações no seu município.

Esperamos que este conjunto de informações seja de utilidade para a identificação das tendências do mercado de trabalho local, e para a melhor definição das políticas de geração de emprego, trabalho e renda.

Atenciosamente

Walter Barelli
Secretário de Estado

Av. Angélica, 2582 - Cep 01228-200 - Telefones: 3311-1001/1004/1005 - Fax: 3311-1128

Número de trabalhadores por sexo segundo características
Município de Holambra **Dezembro de 1999**

Características		Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Idade	10 a 14	1	1	2
	15 a 17	139	106	245
	18 a 24	766	627	1.393
	25 a 29	570	400	970
	30 a 39	733	539	1.272
	40 a 49	425	288	713
	50 a 64	246	86	332
	65 ou mais	31	6	37
	Ignorado	1	1	2
	Total	2.912	2.054	4.966
Escolaridade	Analfabeto	70	37	107
	4.ser incomp	335	226	561
	4.ser comp	1.012	658	1.670
	8.ser incomp	756	463	1.219
	8.ser comp	301	189	490
	2.gr incomp	123	109	232
	2.gr comp	170	210	380
	Sup. incomp	34	34	68
	Sup. comp	111	128	239
	Total	2.912	2.054	4.966
Rendimento	Ate 0,50	0	4	4
	0,51 1,00	17	20	37
	1,01 1,50	167	201	368
	1,51 2,00	374	520	894
	2,01 3,00	1.022	777	1.799
	3,01 4,00	501	172	673
	4,01 5,00	244	110	354
	5,01 7,00	282	89	371
	7,01 10,00	129	58	187
	10,01 15,00	62	33	95
	15,01 20,00	30	14	44
	Mais de 20,0	43	12	55
	Ignorado	41	44	85
	Total	2.912	2.054	4.966
Setor	Ind transf	195	29	224
	Constr civil	10	1	11
	Comercio	349	224	573
	Servicos	682	320	1.002
	Adm publica	163	218	381
	Agropecuaria	1.513	1.262	2.775
	Total	2.912	2.054	4.966

Fonte: MTE - RAIS
Elaboração: Dieese

Ocupações com maior número de trabalhadores formais por sexo
Município de Holambra **Dezembro de 1999**

CBO - Título	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Agrícolas especializados	765	727	1.492
Agropecuários polivalente e assem.	595	424	1.019
Trab. braçais não classificados	303	103	406
Trab. serviços administrativos e assem. não classificados	141	136	277
Condutores de veículos de transportes e assem.	180	1	181
Vendedores, empregados de comércio e assem.	104	65	169
Professores.	33	132	165
Serviços administrativos, conservação e limpeza e assem.	90	75	165
Trab. comércio e assem. não classificados	63	40	103
Cozinheiros, garçons, barmen e assem.	24	69	93
Supervisores de compras e de vendas e assem.	24	60	84
Ajustadores mec., montadores e mec de maq., veículos e instrum. precisão	77	0	77
Chefes intermediários administrativo de contabilidade e finanças	31	24	55
Médicos, cir. dentistas, veterinário, enfermeiros e assem.	25	26	51
Gerentes de empresas	39	9	48
Técnicos, desenhistas técnicos e assem.	36	8	44
Encanad., soldad., chapeadores, caldeireiros e mont estruturas metálicas	40	0	40
Trab. serviço de contabilidade caixas e assem.	17	21	38
Agentes de administração pública	10	27	37
Oper.máquinas e implem/os de agricultura, pecuária e expl. floresta	28	0	28
Serventia e comissários (serv. transportes passageiros)	0	27	27
Administradores, capatazes de explorações agro-pecuárias florestais	20	7	27
Trab. preparação de alimentos e bebidas	24	2	26
Secretários, datilógrafos, estenógrafos e assem.	1	24	25
Operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares	24	0	24
Trab. serviços de proteção e segurança	23	0	23
Eletricistas eletrônicos e assem.	20	2	22
Agentes de mestria	19	2	21
Trab. usinagem de metais	20	0	20
Trab, construção civil e assem.	15	1	16
Trab. manipulação de merc. materiais, operadores maq. const. civil e assem.	16	0	16
Serviços de higiene e embelezamento e assem.	3	12	15
Biologistas, engenheiros agrônomos e assem.	7	7	14
Produtores agropecuários	13	1	14
Trab. artes gráficas	10	0	10
Engenheiros, arquitetos e assem.	7	2	9
Diretores de empresas	6	2	8
Pintores	8	0	8
Agentes técnicos de vendas e representantes comerciais	7	0	7
Metalúrgicos e siderúrgicos	7	0	7
Oper. máq. contabilidade, calcular e proc. automático de dados	3	3	6
Total	2.878	2.039	4.917

Fonte: MTE - RAIS
Elaboração: Dieese

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 17 de janeiro de 2.001

Ofício nº 013/01 - UR.3

Prezado Senhor,

Conforme combinado, estamos encaminhando cópia de trabalho desenvolvido pela Sra. Lúcia Peres A. Oliveira da Silva, Agente da Fiscalização Financeira deste Tribunal, acerca de despesas consideradas impróprias.

Esperamos desta forma, contribuir para a melhor condução dos trabalhos dessa Egrégia Casa Legislativa.

Colocando-nos à disposição de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Otávio de Oliveira Azevedo
Responsável-UR.3

À Sua Senhoria o senhor
VÁLTER JOSÉ POLETTINI
DD Diretor da Câmara Municipal
MOGI MIRIM - SP

DESPESAS

IMPRÓPRIAS

MATÉRIA ELABORADA POR: U.R.-BAURÚ
EXPOSITOR(ES): LÚCIA PERES A. OL. DA SILVA

REALIZAÇÃO	:	EM 24/10/96
PARTICIPAÇÃO	:	U.R.02 - BAURU
TEMA	:	DOCUMENTAÇÃO DA DESPESA - DESPESAS IMPRÓPRIAS -
ÁREA	:	MUNICIPAL
AUTORIA/ EXPOSIÇÃO	:	LÚCIA PERES A. OL. DA SILVA
COLABORADORES PESQUISA DE PARECERES	:	CHRISTINA C. BORIN FORTES PEGORARO / OTÁVIO AUGUSTO GAMBARINI ZEN
DIGITAÇÃO/MONTAGEM	:	MARLIZA BERTONCELLO/ APARECIDO GALLI

I - DEFINIÇÕES

DOCUMENTO	=	Titulo ou diploma que serve de prova, declaração escrita para servir de prova
DESPESA	=	Ato ou efeito de despender, gastos.
DESPESA PÚBLICA	=	Os gastos fixados na Lei Orçamentária ou em leis especiais e destinados à Execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; Satisfação dos compromissos da divida, Restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações, etc.
IMPRÓPRIO	=	(Adj.)Inexato, inadequado, inconveniente.
EXATO	=	Certo, correto, pontual, perfeito.
ADEQUADO	=	Apropriado, conforme (nos devidos termos).
CONVENIENTE	=	Útil (proveitoso), vantajoso, decente (honesto).
DOCUMENTAÇÃO DA DESPESA	=	Fonte principal de exame, onde se coleta dados para constatação/comprovação de falhas.

IV- - PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO

- Entrega da requisição (PT. mod. nº 03) na chegada ao órgão, já trazendo especificado os meses que se vai verificar

ou

checar rapidamente o analítico das despesas pagas, anotando o mês de maior incidência dos fatos de maior relevância, para pedir os arquivos respectivos.

- Examinar a despesa sempre nos primeiros dias de inspeção, pois, tal procedimento serve para, concomitantemente, que o órgão auditado atenda a um eventual pedido de algum outro comprovante do exercício examinado, entregando a foto cópia ao auditor e, preenchimento dos p.t's correspondentes aos testes do almoxarifado e patrimônio; também, para verificação de gastos com ensino, etc

- Somente o exame minucioso de cada documento, de pelo menos um mês de despesa, permite o alcance dos objetivos (item III);

- No caso de se verificar apenas um mês de despesa, sendo grande a incidência da mesma falha e necessária a restituição do total despendido, verifica-se no balancete analítico mensal os demais lançamentos em nome do mesmo fornecedor, requisitando-se fotocópias;

- Perguntar ao contador qual a forma de arquivo da documentação (geralmente pelo nº de artigo de caixa, nº este que consta também do analítico), requisitando-se as fotocópias pelo número do artigo de caixa, facilitando, assim, a coleta e entrega dos documentos solicitados.

- quando for desejável o pedido de restituição do total pago ao mesmo fornecedor municipal, estando o setor contábil do município operando pelo computador, solicita-se a ficha financeira (ou razão do fornecedor), que traz todas as totalizações necessárias, pedindo-se fotocópias de **apenas alguns documentos**, para exemplificar.

V - EXPERIÊNCIA PESSOAL

- A Análise Da Documentação Da Despesa é um dos itens mais demorados quando da inspeção "in loco", em virtude dos volumes de documentos, e dos itens a serem verificados em cada documento. Deixar para os últimos dias de inspeção, resulta em má qualidade do serviço do auditor, que fica ansioso diante da escassez de tempo, e em falta de comprovação documental quando da elaboração do relatório.

- Verificar a despesa, apenas através do analitico de despesas, é o mesmo que desejar não atingir os objetivos do exame, pois **somente o manuseio dos documentos** permite visualizar erros formais (falta de assinatura, campos em branco, empenhamento a posteriori, etc.).Também, quanto à veracidade do contabilizado em confronto com o documento.

- A **amostragem ideal** para exame da documentação é a de **três meses sequenciais** dos arquivos municipais, pois, geralmente estão guardados por data de pagamento e, o prazo de 90 dias, normalmente, é o máximo dado pelos fornecedores.

- **Os meses ideais de verificação,** dependem de cada município (início/término de alguma obra importante, aquisição e venda de bens permanentes, mês de férias letivas com grandes gastos de consumo de merenda e transporte de alunos, etc..). e, do ano que se está inspecionando (ano eleitoral, início/fim de mandato etc.).
  (nestes casos, os meses de verificação já foram decididos no escritório, pelo exame dos balancetes mensais.)
  * Nada impede que se verifique meses alternados, para isso, confere-se rapidamente os analiticos, despertando o interesse por determinado mês.

- Examina-se toda a despesa que se pretenda verificar, retirando dos arquivos a que se pretende solicitar fotocópia das despesas separadas (aquelas que suscitam dúvidas) é melhor eliminá-las antes de solicitar fotocópias. Por exemplo: checar a existência de lei ou convênio, se não houver , solicita-se fotocópias. Restando, ainda, alguma dúvida sobre alguma despesa, conversar a respeito da mesma com o contador do município, antes de solicitar a fotocópia.

- Nas Prefeituras pequenas, geralmente o contador sabe tudo e atende todos os pedidos verbalmente; nas maiores, com uma estrutura organizacional maior, é recomendável pedir qualquer procedimento/documento através de requisição.

- Quando do exame da documentação da despesa é recomendável que não existam outros papéis sobre a mesa de trabalho, pois, o espaço para separação dos documentos, torna-se importante, de acordo com cada tipo de falha, bem como, para comporem os testes de verificação do almoxarifado e bens permanentes.(geralmente se abre uma pasta por assunto.)

- Quando entregar os documentos para fotocopiar, fazer por grupo (pasta) separadamente e pedir para não misturar, o que irá facilitar quando da elaboração do relatório.

- Enquanto se verifica a despesa, manter ao lado um papel de rascunho, anotando-se os pagamentos efetuados, em virtude de locações, licitações, etc. Separar os artigos de caixa, caso vá precisar da documentação, quando da análise dos respectivos itens (contratos, pessoal, licitação, etc...).

- Manter, também, uma pasta para colocar os documentos a restituir, solicitando o rearquivamento, quando do encerramento da auditoria.

- Ser educado, gentil, discreto, cortês no trato com as pessoas, bem como, organizado e ordeiro no trato com as coisas são atitudes que refletem reciprocidade no atendimento e eficácia no alcance do que se objetiva.

VI- - **JURISPRUDÊNCIAS/PARECERES/DELIBERAÇÕES PESQUISADAS A RESPEITO DE DOCUMENTAÇÃO**

ADIANTAMENTO
(Descumprimento ao Artº 68, Lei 4.320/64.)

TC 33802/90	R.T. 65
TC 33619/90	R.T. 65
TC 76190/89	R.T. 64
TC 76197/89	R.T. 64
TC 47105/89	R.T. 62
TC 55918/89	R.T. 62

(NECESSIDADE DE EDIÇÃO DE LEI)

TC 55918/89 R.T. 62

(REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO SUJEITAS AO REGIME)

TC 47105/89 R.T. 62

(ADMISSIBILIDADE SOMENTE PARA DESPESAS EXTRA-ORDINÁRIAS E URGENTES.)

TC 116287/88 R.T. 62

(VALES A FUNCIONÁRIOS)

TC 58112/89 R.T. 62

(INCENTIVO AOS ESTUDOS / MENSALIDADES ESCOLARES)

TC 5691/93

APARTADO P.M. JAÚ

CLASSIFICAÇÃO EM ELEMENTOS PRÓPRIOS

TC 7061/92	R.T. 70
TC 5700/91	R.T. 69
TC 5865/91	R.T. 67
TC 104733/88	R.T. 62
TC 58112/89	R.T. 62
TC 65576/89	R.T. 62
TC 59958/89	R.T. 62
TC 47107/89	R.T. 62

DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR EM DESACORDO COM O ARTº 37 DE L.F. 4320/64.

TC 5989/93	R.T. 79.

FALTA DE ASSINATURA EM DOCUMENTOS E COMPROVANTES

TC 82675/89	R.T. 67

FORMALIZAÇÃO (EMPENHADAS - ARTº 61 - L.FED. 4320/64)

TC 5515/91	R.T. 69

FRACIONAMENTO

TC 53995/88	R.T. 64

LIQUIDAÇÃO DA DESPESA (ARTº 62/63 - LEI FED. 4320/64)

TC 5884/93	R.T. 77
TC 5723/93	R.T. 79
TC 5690/91	R.T. 69
TC 7072/92	R.T. 71
TC 6992/92	R.T. 71
TC 7039/92	R.T. 70
TC 21730/90	R.T. 67
TC 1384/92	R.T. 80
TC 7072/92	R.T. 71
TC 6992/92	R.T. 70
TC 7022/92	R.T. 70
TC 7039/92	R.T. 70
TC 5651/91	R.T. 69
TC 5639/91	R.T. 69
TC 5513/91	R.T. 69

PAGAMENTO ANTECIPADO

TC 15064/91	R.T. 78
TC 6160/93	R.T. 78
TC 5775/93	R.T. 78
TC 5865/91	R.T. 67

COMPROVANTES DE PAGAMENTO PREENCHIDOS INCORRETAMENTE (OU IMCOMPLETOS)

TC 5802/91	R.T. 69
TC 34038/90	R.T. 65
TC 33913/90	R.T. 60
TC 34060/90	R.T. 65

PAGAMENTOS SEM O DEVIDO COMPROVANTE

TC 1384/92	R.T. 80
TC 5334/91	R.T. 69
TC 5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

PAGAMENTOS SEM PRÉVIO EMPENHO OU A POSTERIORI

TC	R.T. 71
TC 7023/92	R.T. 69
TC 5577/91	R.T. 69
TC 5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

VII - DESPESAS IMPRÓPRIAS

****

JURISPRUDÊNCIA	R.T.
PARECERES	TC
DELIBERAÇÕES	T.C.A.

BEBIDAS ALCOÓLICAS

	Nº		
TC	7421/92		
TC	7304/92	R.T.	76
TC	7309/92	R.T.	76
TC	5662/93	R.T.	76
TC	5773/93	R.T.	79
TC	5583/91	R.T.	79
TC	5773/93	R.T.	69
TC	5367/91	R.T.	79
TC	34038/90	R.T.	79
TC	34060/90	R.T.	65
TC	65567/89	R.T.	65
TC	2779/026/95	D.O.E.	19/12/95
TC	3734/026/94	D.O.E.	12/12/95
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ	

BOLAS

	Nº		
TC	59960/89	R.T.	62
TC	59955/89	R.T.	62

BOLSAS DE ESTUDO (SEM RESPALDO LEGAL, E PROCESSO SELETIVO)

	Nº	
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

CARTÕES (VISITA, NATAL)

	Nº	
TC	6126/026/93	DOE. 04/11/94
TC	6093/026/93	DOE. 18/08/94
TC	5684/026/93	DOE. 08/02/95
TC	2705/026/95	DOE. 18/11/95
TC	2779/026/95	DOE. 19/12/95

CARTÓRIO ELEITORAL

	Nº	
TC	3734/026/94	DOE. 12/12/95
TC	3707/026/94	DOE. 06/01/96
TC	3402/026/94	DOE. 25/10/95

CELEBRAÇÃO DE MISSA

	Nº	
TC	7107/92	R.T. 77

CESTAS DE NATAL

	Nº	
TC	7309/92	R.T. 76
TC	13416/93	R.T. 79
TC	247/93	R.T. 79
TC	5585/91	R.T. 70
TC	65572/88	R.T. 62

(PANETTONES/CHAMPANHA)

	Nº	
TC	3459/94	APARTADO P.M. IGARAÇU DO TIETÊ

CIRETRAN

	Nº	
TC	3707/026/94	DOE. 06/01/96

CHURRASCO/CARVÃO

	Nº	
TC	5583/91	R.T. 69
TC	6126/206/93	DOE. 04/11/94

COMBUSTÍVEL (SEM ENTIDADE POSSUIR VEÍCULO, P/ VEÍCULOS PARTICULARES)

	Nº	
TC	8167/91	R.T. 78
TC	3734/026/94	DOE. 12/12/94
TC	6126/026/93	DOE. 04/11/94

CONFECÇÃO DE CARTÃO DE NATAL

	Nº	
TC	14213/93	R.T. 79

CONFRATERNIZAÇÕES

	Nº	
TC	6002/93	R.T. 77
TC	14213/93	R.T. 79
TC	5798/91	R.T. 69
TC	34021/90	R.T. 65
TC	65552/89	R.T. 62

CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL

	Nº	
TC	7327/92	R.T. 76
TC	1344/92	R.T. 78
TC	5585/91	R.T. 70

CONTA DE LUZ

	Nº	
TC	5953/93	R.T. 79
TC	2705/026/95	DOE. 18/11/95

COQUETEL

	Nº	
TC	7109/92	
TC	6126/026/93	R.T. 76
TC	34074/026/90	DOE. 04/11/94
		DOE. 21/11/91

DESPESAS PESSOAIS

	Nº	
TC	3707/026/94	DOE. 06/01/96

DIVERSAS DESPESAS À POPULAÇÃO
(DE FORMA ALEATÓRIA, SEM RESPALDO LEGAL)

	Nº	
TC	5739/93	R.T. 78

DIVULGAÇÃO DE CAMPEONATOS ESPORTIVOS
OU DE FESTAS REGIONAIS

	Nº	
TC	5663/91	R.T. 70

ESTADIAS E REFEIÇÕES - PESSOAL ESTATAL

	Nº	
TC	2705/026/95	DOE. 18/11/95

ESTRANHAS ÀS ATIVIDADES DA MUNICIPALIDADE

	Nº	
TC	5559/91	R.T. 69
TC	5802/91	R.T. 69
TC	5399/91	R.T. 69
TC	5661/91	R.T. 69
TC	5767/91	R.T. 67
TC	34036/90	R.T. 65
TC	65576/89	R.T. 62

FALTA DE ZELO COM PATRIMÔNIO, PERMITINDO O
DESAPARECIMENTO DE PEÇAS

	Nº	
TC	34536/92	R.T. 79

FANTASIAS

	Nº	
TC	5583/91	R.T. 69

FESTA - ANIVERSÁRIO CIDADE

	Nº	
TC	5673/93	APARTADO P.M. IGARAÇU DO TIETÊ

FESTA PEÃO DE BOIADEIRO
(SEM RESPALDO LEGAL)

	Nº	
TC	5772/93	Nº R.T. 79

FOGOS DE ARTIFÍCIOS

	Nº	
TC	65567/89	
TC	5747/026/93	R.T. 62
TC	2779/026/95	DOE. 08/07/95
TC	2705/026/95	DOE. 19/12/95
TC	6159/93	DOE. 18/11/95
TC	5673/93	DOE. 11/09/96
		APARTADO P.M. IGARAÇU DO TIETÊ

FLORES

	Nº	
TC	7109/92	R.T. 76
TC	14213/93	R.T. 79
TC	5583/91	R.T. 69
TC	6126/026/93	DOE. 04/11/94
TC	3404/94	APARTADO P.M. BALBINOS

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

	Nº	
TC	7421/92	R.T. 76
TC	7213/92	R.T. 76
TC	34036/90	R.T. 65
TC	3734/026/94	DOE. 12/12/95
TC	5711/026/93	DOE. 14/12/94
TC	6159/93	DOE. 11/09/96

GRAVAÇÃO DE FILMES

	Nº	
TC	3734/026/94	DOE. 12/12/94

IGREJA

	Nº	
TC	3707/026/94	DOE. 06/01/96
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

(SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DE CASA PAROQUIAL)

	Nº	
TC	3404/94	APARTADO P.M. BALBINOS

IMCOMPATÍVEIS C/ ATIVIDADE LEGISLATIVA

	Nº	
TC	6069/93	R.T. 79
TC	5515/91	R.T. 69

JOGOS DE CAMISA

	Nº	
TC	59960/89	R.T. 62
TC	59955/89	R.T. 62

JUROS À INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS
(Artº 7, Inciso II, § 1º da Lei 4.320/64.)

	Nº	
TC	7039/92	R.T. 70

(TARIFA DE EXCESSO EM CONTA CORRENTE)

	Nº	
TC	3404/94	APARTADO P.M. BALBINOS
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

LANCHES SESSÃO ORDINÁRIA NA CÂMARA

	Nº	
TC	3775/94	APARTADO C.M. ARARAQUARA

LIGAÇÕES TELEFÔNICAS PARA SERVIÇOS ESTRANHOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Nº	
TC	3788/94	R.T. 80

LOCAÇÃO IMÓVEIS A AUTORIDADES

	Nº	
T.C.A.	108527/026/89	DOE. 26/02/95

LOCAÇÃO IMÓVEIS A ENTIDADES PRIVADAS

	Nº	
TC	37462/026/90	DOE. 09/01/92

LOCAÇÃO DE IMÓVEL P/ OUTRO ÓRGÃO

	Nº	
TC	7304/92	R.T. 76
TC	4412/94	R.T. 79
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA CHURRASCO DE CONFRATERNIZAÇÃO

	Nº	
TC	14213/93	R.T. 79

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PREJUDICADO PELO TEMPO OU FURTADO (Devolver o Valor Ref. à Reposição.)

	Nº	
TC	33102/92	R.T. 79

MEDALHAS

	Nº	
TC	7213/92	R.T. 76
TC	247/93	R.T. 79

MESA SNOOKER (AQUISIÇÃO)

	Nº	
TC	37462/026/90	DOE. 09/01/92

MENSALIDADES ESCOLARES DE FUNCIONÁRIOS

	Nº	
TC	14213/93	R.T. 79

MULTA DE TRÂNSITO

	Nº	
TC	7107/92	R.T. 77
TC	3402/026/94	DOE. 25/10/95

MULTAS BANCÁRIAS

	Nº	
TC	5856/026/93	DOE. 03/02/95

PLACAS TIPO "OUT DOOR"

	Nº	
TC	5770/93	R.T. 79

PUBLICIDADE/PROPAGANDA

	Nº	
TC	7304/92	R.T. 76
TC	7109/92	R.T. 76
TC	7107/92	R.T. 77
TC	3734/026/94	DOE. 12/12/94
TC	3620/94	APARTADO P.M. DUARTINA
TC	5673/93	APARTADO P.M. IGARAÇU DO TIETÊ
TC	3775/94	APARTADO C.M. ARARAQUARA
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

PUBLICAÇÕES/ MENSAGENS - ANIVERSÁRIOS DA CIDADE

	Nº	
TC	7388/92	R.T. 76
TC	3459/94	APARTADO P.M. IGARAÇU DO TIETÊ
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

PUBLICAÇÕES MENSAGENS ANIVERSÁRIO OUTRAS CIDADES

	Nº	
TC	7388/92	R.T. 76

PUBLICAÇÕES MENSAGENS NATALINAS

	Nº	
TC	7388/92	R.T. 76

PUBLICAÇÕES - PROMOÇÃO PARTIDÁRIA

	Nº	
TC	6920/92	R.T. 76

PUBLICIDADE - PROMOÇÃO PESSOAL

	Nº	
TC	6920/92	R.T. 76
TC	247/93	R.T. 79

RECEPÇÃO : A VEREADORES

	Nº	
TC	5995/93	R.T. 78

REEMBOLSO A PESSOA NÃO IDENTIFICADA DE SERVIÇOS MÉDICOS

	Nº	
TC	5907/93	R.T. 78

REFEIÇÕES NÃO JUSTIFICADAS

	Nº	
TC	6002/93	R.T. 77
TC	2705/026/95	DOE. 18/11/95

REFEIÇÕES DIVERSAS A VEREADORES/AUTORIDADES

	Nº	
TC	3734/026/94	DOE. 12/12/95
TC	5673/93	APARTADO P.M. IGARAÇU DO TIETÊ

REFEIÇÕES A SERVIDORES DO LEGISLATIVO (SEM PREVISÃO LEGAL)

	Nº	
TC	5905/91	R.T. 69

REFRIGERANTES

	Nº	
TC	7421/92	R.T. 76
TC	7213/92	R.T. 76

RESIDÊNCIA (PROMOTOR DE JUSTIÇA)

	Nº	
TC	6141/93	R.T. 79

REVELAÇÕES DE FILMES

	Nº	
TC	5747/026/93	- DOE. 08/07/95

SEGURO DE VIDA

	Nº	
TC	3707/026/94	DOE. 06/01/96
TC	5856/026/93	DOE. 03/02/95

TAXA PARA CURSO POR CORRESPONDÊNCIA

	Nº	
TC	7107/92	R.T. 77

TELEFONEMAS

	Nº	
TC	2779/026/95	DOE. 19/12/95
TC	2705/026/95	DOE. 18/11/95

TRANSPORTE DE MUDANÇA

	Nº	
TC	5856/026/93	DOE. 03/02/95

TROFÉUS

	Nº	
TC	7309/92	R.T. 76
TC	390/93	R.T. 79
TC	247/93	R.T 79
TC	59960/89	R.T. 62

VIAGENS DE VEREADORES (SEM JUSTIFICAÇÃO - SÁBADO/DOMINGO)

	Nº	
TC	3775/94	APARTADO C.M. ARARAQUARA

VIAGENS (SEM COMPROVAÇÃO E SEM CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO)

	Nº	
TC	59952/89	R.T. 62
TC	5680/93	R.T. 79
TC	6159/93	DOE. 11/09/96
TC	5691/93	APARTADO P.M. JAÚ

VIAGENS PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

	Nº	
TC	5798/91	R.T. 69
TC	3402/026/94	DOE. 25/10/95

****

BIBLIOGRAFIA

- NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO
- LEI 4.320/64
- CONTABILIDADE PÚBLICA TEORIA E PRÁTICA- 2ª EDIÇÃO- ED. ATLAS
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
- REVISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- APOSTILAS (CURSOS REALIZADOS PELO T.C.E.)

****

II. - QUANDO E ONDE SE VERIFICA ?

Durante a inspeção "in loco" no setor contábil do órgão auditado, nos arquivos correspondentes aos gastos constantes dos balancetes mensais efetuados.

III. - OBJETIVOS DA VERIFICAÇÃO :

EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS COM POSSÍVEIS FALHAS:

- Adulterados ou rasurados;
- Sem atestados de recebimento e conferência dos materiais;
- Sem laudos de medição das obras;
- Com pagamentos em dobro, através de 2ºs vias;
- Divergência de nome do credor na nota de empenho e na documentação da despesa;
- Indevidamente preenchidos (com espaços em branco);
- Empenhados à posteriori;
- Aquisições através de notas simplificadas ou tickets;
- Em desacordo com os respectivos contratos;
- Indevidamente autorizados (descumprimento das fases);
- Classifi. dos em elemento impróprio;
- Indevidamente formalizados (sem assinatura);
- Incompatíveis com a finalidade do órgão;
- Se impróprios.
- Se não foi dado entrada do adquirido no almoxarifado.

POSSIBILITAR O EXAME DE :

- Bens permanentes adquiridos;
- Gastos com ensino;
- Pagamentos das aquisições efetuadas por procedimentos licitatórios;
- Inexistência de fracionamento das aquisições;
- Outras irregularidades.

A/C de Andréia

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
(BERÇO DA AMIZADE)
Rua : Expedicionários Nº 467 - CEP 13.160-000 - Fone DDD (019) 877-1097
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 2 462

"PROIBE O FUMO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Nelson Stein, Prefeito Municipal de Artur Nogueira, Estado de São Paulo, etc...

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promúlga a seguinte Lei:

Artigo 1º - É terminantemente proibido fumar nas repartições públicas municipais e dependências da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - O disposto neste artigo abrange, também, o Hospital Municipal e suas dependências, bem como as demais Unidades de Saúde do Município, Creches Municipais e afins, inclusive outros Setores da Administração Pública Municipal.

Artigo 2º - A inobservância do preceituado no artigo anterior sujeitará os infratores ao seguinte:

a) serão convidados a se desfazerem dos cigarros, charutos ou fumo dos cachimbos, ou no caso queiram, a se retirarem dos locais especificados no artigo anterior.

b) em caso de reincidência ou descumprimento do contido na alínea "a", será aplicada multa no valor correspondente a 30 (trinta) UFIR's, por infração.

Artigo 3º - É obrigatória a fixação de avisos proibitivos nos locais abrangidos pela presente lei, de fácil visibilidade, devendo seguir o modelo - Anexo I - que faz parte integrante da presente lei.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dependendo sua aplicabilidade de regulamentação por Decreto do Executivo, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, em 09 de outubro de 1997.

NELSON STEIN
Prefeito Municipal

Autores do Subbstitutivo ao Projeto de Lei nº.60: Vereadores Reinaldo Amélio Tagliari e Amarildo Boer.
Publicada, por afixação, no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor de Secretaria



É PROIBIDO FUMAR

" QUEM NÃO FUMA TEM O DIREITO DE RESPIRAR AR PURO"

Lei Municipal nº.2462 de 09 de outubro de 1997

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO ESTADUAL DE REVENÇÃO E CONTROLE DO TABAGISMO (CETAB)

MODELO

PROJETO DE LEI MUNICIPAL ANTIFUMO

SÃO PAULO - 2001

DIVISÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA "Prof. Alexandre Vranjac"

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cria o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, e determina medidas correlatas para sua implementação.

Fulano de Tal, Prefeito do Município de (nome), usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de (data), decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, coordenado pela Comissão Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, da Secretaria Municipal da Saúde, observadas as diretrizes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Art. 2º As ações do Programa ficam integradas no Sistema Único de Saúde (SUS) e serão aplicadas em todos os níveis de atendimento.

Parágrafo único. As ações abrangerão a coletividade com destaque para as crianças, mulheres em idade fértil e adultos que tenham menores convivendo no domicílio, para que mantenham o ambiente doméstico livre da poluição tabágica.

Art. 3º As ações educacionais serão efetivadas em todos os setores da sociedade, sobretudo nos estabelecimentos de ensino, de qualquer nível e natureza, pelos órgãos competentes das Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Abastecimento, com a respectiva produção de material didático.

Art. 4º Ficam introduzidas, no calendário oficial do Município, duas efemérides sobre o tabagismo: uma no dia 31 de maio, Dia Mundial Sem Tabaco, e outra no dia 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Parágrafo único. Na semana que anteceder as datas mencionadas neste artigo, o Município promoverá ampla campanha visando alertar a população para os malefícios decorrentes do uso do tabaco.

Art. 5º Para preservar a qualidade do ar que se respira nos ambientes, a saúde dos não fumantes e dos próprios fumantes, fica proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto do tabaco, em ambientes fechados de qualquer natureza. O fumante pode fumar ao ar livre, desde que não haja concentração ou aglomeração de pessoas, bem como distante de qualquer pessoa, para que esta não se torne fumante passivo.

§ 1° Incluem-se na proibição prevista neste artigo os transportes coletivos terrestres, aéreos, marítimos, fluviais e lacustres.

§ 2° Entende-se por ambiente fechado, de qualquer natureza, o local confinado ou parcialmente fechado, onde possam estar uma ou mais pessoas.

§ 3° Considera-se ambiente aberto ou ao ar livre aquele, delimitado ou não, onde haja concentração ou aglomeração de pessoas.

§ 4° Nos ambientes abertos próximos dos estabelecimentos de ensino ou saúde, de qualquer tipo, não é permitido fumar.

Art. 6° Avisos indicativos de não fumar devem ser afixados nos ambientes fechados de qualquer natureza, em locais de fácil visibilidade, contendo a expressão "Não Fumar", acrescida do número e data desta Lei.

Art. 7° Fica proibida a venda ou fornecimento, ainda que gratuitamente, de cigarros, ou qualquer outro produto do tabaco, a menores de 18 (dezoito) anos, uma vez que contêm nicotina, droga que causa dependência (Ver Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 243).

Art. 8° Consideram-se infratores das disposições desta Lei:

I - os responsáveis pelos ambientes fechados, de qualquer natureza, que permitam atos de fumar;

II - os responsáveis pela venda ou fornecimento, ainda que gratuitamente, de cigarros, ou qualquer outro produto do tabaco, a menores de 18 (dezoito) anos.

III - os fumantes usuários de cigarros ou outros produtos de tabaco

Art. 9° Aos responsáveis pelos ambientes fechados, de qualquer natureza, que permitam fumar em seu interior, será aplicada multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), cobrada em dobro na reincidência.

Art. 10° Aos responsáveis pela venda ou fornecimento, ainda que gratuitamente, de cigarros, ou qualquer outro produto do tabaco a menores de 18 (dezoito) anos, será aplicada pena de detenção de 6 meses (seis) a 2 (dois) anos, e multa, de R$ 2.000,00 (dois mil reais),cobrada em dobro na reincidência, se o fato não constitui crime mais grave (Ver Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n° 8.069, de 13de julho de 1990, art. 243).

Art. 11° A fiscalização, o controle das determinações desta Lei e a aplicação de suas penalidades serão efetuadas pela Vigilância Sanitária do Município, e complementadas pela Vigilância Sanitária da respectiva DIR - Direção Regional de Saúde (Ver Decreto Estadual n° 40.695, de 4 de março de 1996).

Art. 12° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Local e Data
Signatário (s)

JUSTIFICATIVA

O tabagismo ou vício de fumar é considerado uma epidemia que atinge o mundo inteiro (pandemia).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informa que existem atualmente no mundo 1 bilhão e 260 milhões de fumantes, entre os quais convivem cerca de 2,5 bilhões de fumantes passivos. Anualmente, ocorrem no mundo 4 milhões de mortes em decorrência do vício de fumar. Se não houver reversão dessa situação, no ano 2025, morrerão 200 milhões de pessoas e, no final deste século, 1 bilhão. O tabagismo já pode ser considerado o maior genocídio da História. Mais de 50 doenças estão relacionadas ao tabaco. Por ano são produzidos no mundo 6 trilhões de cigarros.

Esse quadro dramático denuncia o abuso desenfreado do vício de fumar, que em tempos idos era socialmente aceito, mas hoje é um vício pernicioso e anti-social, cujos malefícios foram exaustivamente comprovados pela Ciência.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças da OMS, o fumante é um doente dependente da nicotina, droga que causa dependência física e psíquica. Pode fumar sempre que quiser, mas não no local que quiser, até que cesse o vício, por autodecisão ou métodos terapêuticos.

Os fumantes passivos são aqueles que aspiram involuntariamente a fumaça expelida pelos fumantes. Relatos de pesquisas científicas demonstram que o fumante passivo é mais prejudicado em sua saúde do que o próprio fumante.

A reserva de área para fumantes (fumatório ou fumódromo) não tem sido eficaz, pois não garante a isenção da poluição tabágica ambiental nas demais áreas. A Convenção-Quadro da OMS vem recomendando a proibição de fumar em ambientes internos de qualquer natureza. Por essa razão, este Projeto de Lei considera que o fumante só pode fumar ao ar livre.

A presente proposta de Lei visa preservar a qualidade do ar que se respira nos ambientes, a saúde dos que não fumam e a dos próprios fumantes, coibindo abusos.

Face à prova indiscutível dos malefícios do fumo do tabaco, tanto para os que fumam como para os não fumantes convivendo com aqueles, e sendo o tabagismo indiscutivelmente agente de doença e morte, o município deve se transformar no mais importante veículo de medidas antitabágicas. O tabagismo pode e deve ser integrado nas ações de saúde, notadamente na atenção primária, nas unidades básicas de saúde, junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Onde já se está inserindo o tabagismo nas ações das unidades básicas

de saúde, colhem-se os melhores resultados, pelo importante impacto educacional sobre a população, conscientizando-a sobre os malefícios de fumar.

O município pode conseguir, também ótimos resultados na comunidade, com programas educativos antitabágicos permanentes, atingindo especialmente a juventude.

É no âmbito municipal que melhor pode render o binômio educação-legislação. Nenhuma legislação tem êxito sem o apoio de programas educativos e aquela, por sua vez, faculta grandemente a penetração da mensagem educacional. Não há Lei que possa impedir fumar nos domicílios, mas os programas educativos conseguem esclarecer os pais e demais familiares sobre os perigos de poluir com fumo o ar ambiental. A experiência revela que os programas educativos municipais, sustentados por Lei adequada, conseguem mais rapidamente melhores resultados na queda do consumo de cigarros. A experiência da luta antitabágica também ensina que onde se consegue mobilizar as forças da sociedade, conscientizando-a criar nova atitude, essa passa a encerrar o ato de fumar como anti-social.

O ideal é a proibição total da propaganda direta e indireta dos produtos do tabaco, em todos os meios de comunicação e nos eventos de qualquer natureza. No Brasil, porém, a proibição da propaganda é apenas parcial e está expressa na Lei Federal nº 9.234, de 15 de julho de 1996, com dispositivos alterados pela Lei Federal nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000, bem como pela Resolução RDC nº 104, de 31 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A Lei Federal nº 9.294 tem brechas que precisam ser fechadas, porque atenuam e até podem anular os seus objetivos e cujo impacto na epidemia tabágica ficará muito aquém do esperado, devido aos dispositivos tímidos e até inoperantes, e à falta de outros imprescindíveis.

A proibição parcial da propaganda continua sendo um crime contra os consumidores, além de aliciar crianças e adolescentes, porque "CIGARRO MATA E FUMANTE PASSIVO TAMBÉM MORRE". Essa é uma declaração da Diretora - Geral da OMS, com sede em Genebra, Suíça, Dra. Gro Harlem Brundtland.

Assim sendo, temos um Projeto de Lei Municipal Antifumo, específico e abrangente, porém, ainda limitado pela propaganda restritiva.

Eventuais acréscimos ou ajustes poderão ser efetuados, em função das peculiaridades do município.

Bibliografia

Albanese, M. & Brumini, R. (no prelo) - Legislação sobre Tabagismo, São Paulo, Secretaria de Estado da Saúde.

Cria o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, e determina medidas correlatas para sua implementação.

Fulano de Tal, Prefeito do Município de (nome), usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de (data), decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, coordenado pela Comissão Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, da ~~Secretaria~~ Municipal da Saúde, observadas as diretrizes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Art. 2º As ações do Programa ficam integradas no Sistema Único de Saúde (SUS) e serão aplicadas em todos os níveis de atendimento.

Parágrafo único. As ações abrangerão a coletividade com destaque para as crianças, mulheres em idade fértil e adultos que tenham menores convivendo no domicílio, para que mantenham o ambiente doméstico livre da poluição tabágica.

Art. 3º As ações educacionais serão efetivadas em todos os setores da sociedade, sobretudo nos estabelecimentos de ensino, de qualquer nível e natureza, pelos órgãos competentes das Secretarias Municipais da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Abastecimento, com a respectiva produção de material didático.

Art. 4º Ficam introduzidas, no calendário oficial do Município, duas efemérides sobre o tabagismo: uma no dia 31 de maio, Dia Mundial Sem Tabaco, e outra no dia 29 de agosto, Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Parágrafo único. Na semana que anteceder as datas mencionadas neste artigo, o Município promoverá ampla campanha visando alertar a população para os malefícios decorrentes do uso do tabaco.

Art. 5º Para preservar a qualidade do ar que se respira nos ambientes, a saúde dos não fumantes e dos próprios fumantes, fica proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto do tabaco, em ambientes fechados de qualquer natureza. O fumante pode fumar ao ar livre, desde que não haja concentração ou aglomeração de pessoas, bem como distante de qualquer pessoa, para que esta não se torne fumante passivo.

§ 1° Incluem-se na proibição prevista neste artigo os transportes coletivos terrestres, aéreos, marítimos, fluviais e lacustres.

§ 2° Entende-se por ambiente fechado, de qualquer natureza, o local confinado ou parcialmente fechado, onde possam estar uma ou mais pessoas.

§ 3° Considera-se ambiente aberto ou ao ar livre aquele, delimitado ou não, onde haja concentração ou aglomeração de pessoas.

§ 4° Nos ambientes abertos próximos dos estabelecimentos de ensino ou saúde, de qualquer tipo, não é permitido fumar.

Art. 6° Avisos indicativos de não fumar devem ser afixados nos ambientes fechados de qualquer natureza, em locais de fácil visibilidade, contendo a expressão "Não Fumar", acrescida do número e data desta Lei.

Art. 7° Fica proibida a venda ou fornecimento, ainda que gratuitamente, de cigarros, ou qualquer outro produto do tabaco, a menores de 18 (dezoito) anos, uma vez que contêm nicotina, droga que causa dependência (Ver Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 243).

Art. 8° Consideram-se infratores das disposições desta Lei:

I - os responsáveis pelos ambientes fechados, de qualquer natureza, que permitam atos de fumar;

II - os responsáveis pela venda ou fornecimento, ainda que gratuitamente, de cigarros, ou qualquer outro produto do tabaco, a menores de 18 (dezoito) anos.

III - os fumantes usuários de cigarros ou outros produtos de tabaco

Art. 9° Aos responsáveis pelos ambientes fechados, de qualquer natureza, que permitam fumar em seu interior, será aplicada multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), cobrada em dobro na reincidência.

Art. 10° Aos responsáveis pela venda ou fornecimento, ainda que gratuitamente, de cigarros, ou qualquer outro produto do tabaco a menores de 18 (dezoito) anos, será aplicada pena de detenção de 6 meses (seis) a 2 (dois) anos, e multa, de R$ 2.000,00 (dois mil reais),cobrada em dobro na reincidência, se o fato não constitui crime mais grave (Ver Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal n° 8.069, de 13de julho de 1990, art. 243).

Art. 11° A fiscalização, o controle das determinações desta Lei e a aplicação de suas penalidades serão efetuadas pela Vigilância Sanitária do Município, e complementadas pela Vigilância Sanitária da respectiva DIR - Direção Regional de Saúde (Ver Decreto Estadual n° 40.695, de 4 de março de 1996).

Art. 12° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Local e Data
Signatário (s)

JUSTIFICATIVA

O tabagismo ou vício de fumar é considerado uma epidemia que atinge o mundo inteiro (pandemia).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informa que existem atualmente no mundo 1 bilhão e 260 milhões de fumantes, entre os quais convivem cerca de 2,5 bilhões de fumantes passivos. Anualmente, ocorrem no mundo 4 milhões de mortes em decorrência do vício de fumar. Se não houver reversão dessa situação, no ano 2025, morrerão 200 milhões de pessoas e, no final deste século, 1 bilhão. O tabagismo já pode ser considerado o maior genocídio da História. Mais de 50 doenças estão relacionadas ao tabaco. Por ano são produzidos no mundo 6 trilhões de cigarros.

Esse quadro dramático denuncia o abuso desenfreado do vício de fumar, que em tempos idos era socialmente aceito, mas hoje é um vício pernicioso e anti-social, cujos malefícios foram exaustivamente comprovados pela Ciência.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças da OMS, o fumante é um doente dependente da nicotina, droga que causa dependência física e psíquica. Pode fumar sempre que quiser, mas não no local que quiser, até que cesse o vício, por autodecisão ou métodos terapêuticos.

Os fumantes passivos são aqueles que aspiram involuntariamente a fumaça expelida pelos fumantes. Relatos de pesquisas científicas demonstram que o fumante passivo é mais prejudicado em sua saúde do que o próprio fumante.

A reserva de área para fumantes (fumatório ou fumódromo) não tem sido eficaz, pois não garante a isenção da poluição tabágica ambiental nas demais áreas. A Convenção-Quadro da OMS vem recomendando a proibição de fumar em ambientes internos de qualquer natureza. Por essa razão, este Projeto de Lei considera que o fumante só pode fumar ao ar livre.

A presente proposta de Lei visa preservar a qualidade do ar que se respira nos ambientes, a saúde dos que não fumam e a dos próprios fumantes, coibindo abusos.

Face à prova indiscutível dos malefícios do fumo do tabaco, tanto para os que fumam como para os não fumantes convivendo com aqueles, e sendo o tabagismo indiscutivelmente agente de doença e morte, o município deve se transformar no mais importante veículo de medidas antitabágicas. O tabagismo pode e deve ser integrado nas ações de saúde, notadamente na atenção primária, nas unidades básicas de saúde, junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Onde já se está inserindo o tabagismo nas ações das unidades básicas

de saúde, colhem-se os melhores resultados, pelo importante impacto educacional sobre a população, conscientizando-a sobre os malefícios de fumar.

O município pode conseguir, também ótimos resultados na comunidade, com programas educativos antitabágicos permanentes, atingindo especialmente a juventude.

É no âmbito municipal que melhor pode render o binômio educação-legislação. Nenhuma legislação tem êxito sem o apoio de programas educativos e aquela, por sua vez, faculta grandemente a penetração da mensagem educacional. Não há Lei que possa impedir fumar nos domicílios, mas os programas educativos conseguem esclarecer os pais e demais familiares sobre os perigos de poluir com fumo o ar ambiental. A experiência revela que os programas educativos municipais, sustentados por Lei adequada, conseguem mais rapidamente melhores resultados na queda do consumo de cigarros. A experiência da luta antitabágica também ensina que onde se consegue mobilizar as forças da sociedade, conscientizando-a criar nova atitude, essa passa a encerrar o ato de fumar como anti-social.

O ideal é a proibição total da propaganda direta e indireta dos produtos do tabaco, em todos os meios de comunicação e nos eventos de qualquer natureza. No Brasil, porém, a proibição da propaganda é apenas parcial e está expressa na Lei Federal nº 9.234, de 15 de julho de 1996, com dispositivos alterados pela Lei Federal nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000, bem como pela Resolução RDC nº 104, de 31 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A Lei Federal nº 9.294 tem brechas que precisam ser fechadas, porque atenuam e até podem anular os seus objetivos e cujo impacto na epidemia tabágica ficará muito aquém do esperado, devido aos dispositivos tímidos e até inoperantes, e à falta de outros imprescindíveis.

A proibição parcial da propaganda continua sendo um crime contra os consumidores, além de aliciar crianças e adolescentes, porque "CIGARRO MATA E FUMANTE PASSIVO TAMBÉM MORRE". Essa é uma declaração da Diretora - Geral da OMS, com sede em Genebra, Suíça, Dra. Gro Harlem Brundtland.

Assim sendo, temos um Projeto de Lei Municipal Antifumo, específico e abrangente, porém, ainda limitado pela propaganda restritiva.

Eventuais acréscimos ou ajustes poderão ser efetuados, em função das peculiaridades do município.

Bibliografia

Albanese, M. & Brumini, R. (no prelo) - Legislação sobre Tabagismo, São Paulo, Secretaria de Estado da Saúde.

Projeto de Lei de Campinas

PROJETO DE LEI

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO TABAGISMO, NO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal .....

Artigo 1º- Fica criado no Município o Conselho Municipal de Prevenção e controle do Tabagismo, que terá por finalidade coordenar e integrar ações desenvolvidas na prevenção e controle do tabagismo, bem como parcerias entre os setores privados e governamentais.

Artigo 2º- O Conselho Municipal de Prevenção e Controle do Tabagismo, será composto por:

I- um representante do Gabinete do Prefeito;
II- um representante da Diretoria Municipal de Saúde;
III- um representante da Diretoria de Educação
IV- um representante da Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo';
V- um representante do Poder Legislativo;

Artigo 3º- O Conselho elaborará o seu regimento interno, no qual definirá a constituição de sua diretoria e que disporá sobre a eleição, duração do mandato e quorum de deliberação.

Parágrafo único- Até a eleição da primeira diretoria, o Conselho será presidido por um de seus membros, escolhido pelo Chefe do Poder Executivo.

Artigo 4º- O Conselho terá as seguintes atribuições, além das que forem definidas em seu regimento interno:

I- promover ações antibagismo no âmbito do Município;
II- colaborar na definição da política municipal de combate ao tabagismo;
III- desenvolver campanha de prevenção e incentivar a observância da legislação antibagistica;
IV- participar das campanhas nacionais, estaduais e regionais sobre o tema, representando o Município.

Artigo 5º- As ações antibagisticas deverão ser integradas aos programas de saúde pública municipal, especialmente a nível de atenção primária das unidades básicas de saúde.

Artigo 6º- As ações educacionais antitabagisticas deverão ser efetivas em todos os setores da comunidade.

Artigo 7º- Ficam fazendo parte do calendário oficial do Município o Dia Mundial sem Tabaco e o Dia Nacional de Controle do Fumo, a serem observados nos dias 31 de maio e 29 de agosto de cada ano, respectivamente.

Parágrafo Único- Na semana das respectivas datas, o Município, por intermédio do Conselho, promoverá campanha visando alertar a população para os malefícios advindos do uso do fumo.

Artigo 8º- Para preservar a qualidade do ar que se respira nos ambientes, a saúde dos fumantes e dos próprios fumantes, fica proibido o uso do tabaco, em ambientes fechados de qualquer natureza.

Artigo 9º- A inobservância do preceituado no artigo anterior sujeitará os infratores ao seguinte:

a) serão convidados a se desfazerem dos cigarros, charutos ou fumo dos cachimbos, ou no caso queiram, a se retirarem dos locais especificados no artigo anterior;
b) em caso de reincidência ou descumprimento do contido na alínea "a", será aplicada multa no valor correspondente a ..... por infração.

Artigo 10- Avisos indicativos de não fumar devem ser afixados nos ambientes fechados de qualquer natureza, em locais de fácil visibilidade, contendo a expressão "Não Fumar", acrescido do número e data desta Lei.

Artigo 11- O Município, assim como os permissionários e os concessionários de serviço público municipal, não firmarão contratos e/ou convênios de propaganda dos produtos do tabaco, inclusive com as empresas fabricantes ou distribuidoras de tabaco.

Artigo 12- A Prefeitura Municipal regulamentará esta lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Artigo 13- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 061/2001 Estância Turística de Holambra, 30 julho de 2001.

Assunto: SP 107

Prezado Senhor

Conforme solicitação do nobre Vereador Humberto Marino de Lúcia, e demais Vereadores, vimos por meio do presente, solicitar a possibilidade da presença de Vossa Senhoria nesta Casa de Leis, no dia 02 de agosto de 2001, ás 20:00 horas, ou uma data de sua escolha, visando fazer uma explanação quanto as medidas adotadas em prol da Rodovia SP 107.

Sem mais para o momento, contando com atenção do pedido em questão, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
JOSÉ ROBERTO MOREIRA
Engenheiro Responsável pela DER
Campinas - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 061/2001 Estância Turística de Holambra, 30 julho de 2001.

Assunto: SP 107

Prezado Senhor

Conforme solicitação do nobre Vereador Humberto Marino de Lúcia, e demais Vereadores, vimos por meio do presente, solicitar a possibilidade da presença de Vossa Senhoria nesta Casa de Leis, no dia 02 de agosto de 2001, ás 20:00 horas, ou uma data de sua escolha, visando fazer uma explanação quanto as medidas adotadas em prol da Rodovia SP 107.

Sem mais para o momento, contando com atenção do pedido em questão, aproveitamos a oportunidade para reiterarmos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Ilustríssimo Senhor
JOSÉ ROBERTO MOREIRA
Engenheiro Responsável pela DER
Campinas - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO HML N.º002/2001

Estância T. de Holambra, 24 de outubro de 2001

Senhor Presidente:

Vimos através do mesmo, solicitar aos nobres pares desta Casa, APOIO à apreciação e deliberação do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Prefeitura Municipal, a participar do "Consórcio Intermunicipal de Saúde", que com certeza está ou estará em tramitação, nesta Casa de Leis.

A propositura é oportuna, pois ela é mais do que justa, pois a mesma promoverá a participação do Município, para implantação da forma plena de Gestão das diretrizes da norma ocupacional do Ministério da Saúde, em conjunto com outros municípios.

Diante disso, o Consórcio Intermunicipal citado acima, objetiva planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinando a assegurar assistência médica à população dos Municípios consorciados, a qual, será a maior beneficiada.

Em anexo estamos encaminhando cópia do projeto de referido, já em tramitação nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para manifestar os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

VEREADOR HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
1º Secretário - CMETH

Excelentíssimo Senhor
ALFREDO CHIAVEGATO
DM. Presidente da Câmara Municipal de
Jaguariúna– SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial **Estância Turística de Holambra, 30 de outubro de 2001.**

Assunto: Convite para reunião dia 07 de novembro de 2001.

Senhor Vereador:

Nós membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, vimos convidar o Nobre Vereador, para participar de uma reunião com a Coordenadora Administrativa da Prefeitura sobre o Projeto de Lei n.º 041/2001, que estima e fixa despesa do Município de Holambra para o exercício de 2002, a realizar-se aos 07 de novembro do corrente, às 14:00 horas, nesta Casa de Leis.

No aguardo de sua preclara pessoa, aproveitamos o ensejo, para externarmos nossos efetivos cumprimentos reiterando os protestos de consideração.

Atenciosamente,

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA
Vice-Presidente

VEREADOR NICOLAU JOÃO BAKKER
Membro

Superávit Primário

Ano	Superávit primário do setor público segundo Acordo com o FMI (% do PIB)	Superávit primário do setor público segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (% do PIB)	Superávit primário do setor público obtido (% do PIB)
1999	2,6 3,1*	-	3,1
2000	2,8 3,25** 3,4***	2,6	3,5
2001	3,0	2,6	-

Lei Orçamentária de 1999: **lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998**

Lei Orçamentária de 2000: **lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999**

Lei Orçamentária de 2001: **lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000**

* meta revista em julho de 1999
** meta revista em novembro de 1999
*** meta revista para o segundo semestre de 2000 se baseando no desempenho positivo dos dois primeiros trimestres

As emendas constitucionais que atenderam às exigências do FMI

mais dependentes da política econômica do governo federal no escopo do ajuste fiscal;

- 14, que cria o FUNDEF e amplia a perda de autonomia financeira, com a retirada de recursos dos estados e municípios maiores para o financiamento da educação nacional;

- 19, que modifica as empresas públicas e sociedades de economia mista, buscando aproximar a forma de geri-las à forma do modelo privado;

- 20, da reforma da previdência, que possibilita o seqüestro de recursos de estados e municípios no caso de débitos de natureza previdenciária;

- 12 e 21, que instituem e alteram a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que vem sendo utilizada como instrumento que permite incrementar a arrecadação do governo federal;

- 25, que dispõe sobre limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal, parte da regulamentação do ajuste nos municípios;

- 27, que institui a desvinculação de arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, permitindo assim um maior manejo da União na limitação de gastos sociais. Esta última, a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), possibilita que o governo gaste em qualquer área – inclusive no pagamento do serviço da dívida pública – os recursos que anteriormente eram exclusivos da área social.

Assim, 13 das 31 emendas tratam diretamente de questões referente ao ajuste e à reforma do Estado acordados com o FMI.

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE HOLAMBRA/SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos da Legislação em vigor, ficam convocados, por este Edital, todos os delegados, convencionais e filiados – até 21 de abril de 2.001 (seis meses antes da convenção) do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, neste município, para a **CONVENÇÃO MUNICIPAL** que será realizada no dia 21/10/2.001 – domingo, *com início* às 09:00 horas e encerramento às 16:30 hs., na Rua Campo das Palmas, nº 344 - centro, nesta cidade de Holambra/SP, com a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Eleição, por voto direto e secreto, do Diretório Municipal, que será constituído de 15 membros e de 05 suplentes;

b) Eleição, por voto direto e secreto de, respectivamente, 01 Delegado Municipais e igual número de suplente à Convenção Estadual;

c) Eleição do Conselho de Ética e Disciplina, constituído de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Na mesma data, será eleita, por voto direto e secreto, a Comissão Executiva e seus suplentes, e os membros efetivos e suplentes do respectivo Conselho Fiscal, em reunião do Diretório eleito, convocada por este edital para às 17:00 hs., no mesmo local.

Os Srs. Membros titulares de direito a voto deverão exercê-lo até às 16hs; oportunidade em que votarão os suplentes presentes.

Holambra, aos 08 de outubro de 2.001.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 12/2001
Fls. Nº 001 Livro Nº 009
Data 08/10/2001
Secretária

MIGUEL RENATO ESPERANÇA
Presidente do PSDB

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo
Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487
CNPJ 67.172.312/0001-53

OFÍCIO HML N.º002/2001

Estância T. de Holambra, 24 de outubro de 2001

Senhor Presidente:

Vimos através do mesmo, solicitar aos nobres pares desta Casa, APOIO à apreciação e deliberação do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Prefeitura Municipal, a participar do "Consórcio Intermunicipal de Saúde", que com certeza está ou estará em tramitação, nesta Casa de Leis.

A propositura é oportuna, pois ela é mais do que justa, pois a mesma promoverá a participação do Município, para implantação da forma plena de Gestão das diretrizes da norma ocupacional do Ministério da Saúde, em conjunto com outros municípios.

Diante disso, o Consórcio Intermunicipal citado acima, objetiva planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinando a assegurar assistência médica à população dos Municípios consorciados, a qual, será a maior beneficiada.

Em anexo estamos encaminhando cópia do projeto de referido, já em tramitação nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para manifestar os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

VEREADOR HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
1º Secretário - CMETH

Excelentíssimo Senhor
SALVADOR PAULELLA NETTO
DM. Presidente da Câmara Municipal de
Pedreira– SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

OFÍCIO HML N.º002/2001

Estância T. de Holambra, 24 de outubro de 2001

Senhor Presidente:

Vimos através do mesmo, solicitar aos nobres pares desta Casa, APOIO à apreciação e deliberação do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Prefeitura Municipal, a participar do "Consórcio Intermunicipal de Saúde", que com certeza está ou estará em tramitação, nesta Casa de Leis.

A propositura é oportuna, pois ela é mais do que justa, pois a mesma promoverá a participação do Município, para implantação da forma plena de Gestão das diretrizes da norma ocupacional do Ministério da Saúde, em conjunto com outros municípios.

Diante disso, o Consórcio Intermunicipal citado acima, objetiva planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinando a assegurar assistência médica à população dos Municípios consorciados, a qual, será a maior beneficiada.

Em anexo estamos encaminhando cópia do projeto de referido, já em tramitação nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para manifestar os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

VEREADOR HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
1º Secretário - CMETH

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEDROSO DA SILVA
DM. Presidente da Câmara Municipal de
Cosmópolis– SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

OFÍCIO HML N.º002/2001

Estância T. de Holambra, 24 de outubro de 2001

Senhor Presidente:

Vimos através do mesmo, solicitar aos nobres pares desta Casa, APOIO à apreciação e deliberação do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Prefeitura Municipal, a participar do "Consórcio Intermunicipal de Saúde", que com certeza está ou estará em tramitação, nesta Casa de Leis.

A propositura é oportuna, pois ela é mais do que justa, pois a mesma promoverá a participação do Município, para implantação da forma plena de Gestão das diretrizes da norma ocupacional do Ministério da Saúde, em conjunto com outros municípios.

Diante disso, o Consórcio Intermunicipal citado acima, objetiva planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinando a assegurar assistência médica à população dos Municípios consorciados, a qual, será a maior beneficiada.

Em anexo estamos encaminhando cópia do projeto de referido, já em tramitação nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para manifestar os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

VEREADOR HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
1º Secretário - CMETH

Excelentíssimo Senhor
ELIZEL TOGNOLLI
DM. Presidente da Câmara Municipal de
Conchal- SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AVISO

Para fins de cumprimento do artigo 274 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, comunicamos que durante dez (10) dias, encontra-se à disposição da população para exame e apresentação de Emendas ao Projeto de Lei n.º 041/2001, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Holambra para o exercício de 2002.

Câmara municipal da Estância Turística de Holambra, aos 18 de outubro de 2001.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Publicado por afixação na mesma data, no quadro de avisos da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício Especial **Estância Turística de Holambra, 30 de outubro de 2001.**

Assunto: Convite para reunião dia 07 de novembro de 2001.

Senhora Vereadora:

Nós membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, vimos convidar a Nobre Vereadora, para participar de uma reunião com a Coordenadora Administrativa da Prefeitura sobre o Projeto de Lei n.º 041/2001, que estima e fixa despesa do Município de Holambra para o exercício de 2002, a realizar-se aos 07 de novembro do corrente, às 14:00 horas, nesta Casa de Leis.

No aguardo de sua preclara pessoa, aproveitamos o ensejo, para externarmos nossos efetivos cumprimentos reiterando os protestos de consideração.

Atenciosamente,

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA
Vice-Presidente

VEREADOR NICOLAU JOÃO BAKKER
Membro

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO HML N.º002/2001 Estância T. de Holambra, 24 de outubro de 2001

Senhor Presidente:

Vimos através do mesmo, solicitar aos nobres pares desta Casa, APOIO à apreciação e deliberação do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a Prefeitura Municipal, a participar "Consórcio Intermunicipal de Saúde", que com certeza está ou estará em tramitação, nesta Casa de Leis.

A propositura é oportuna, pois ela é mais do que justa, pois a mesma promoverá a participação do Município, para implantação da forma plena de Gestão das diretrizes da norma ocupacional do Ministério da Saúde, em conjunto com outros municípios.

Diante disso, o Consórcio Intermunicipal citado acima, objetiva planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinando a assegurar assistência médica à população dos Municípios consorciados, a qual, será a maior beneficiada.

Em anexo estamos encaminhando cópia do projeto de referido, já em tramitação nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, valemo-nos do ensejo para manifestar os nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

VEREADOR HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
1º Secretário - CMETH

Excelentíssimo Senhor
ANTONIO RAIMUNDO DOS SANTOS
DM. Presidente da Câmara Municipal de
Artur Nogueira– SP

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE A POPULAÇÃO

É com imenso prazer que convidamos Vossa Senhoria, para participar da Sessão da Câmara Itinerante, a realizar-se aos 17 de outubro de 2001, às 20:00 horas, na Escola Municipal de Ensino Básico- E.M.E.B. "Novo Florescer".

O objetivo da Câmara Itinerante é de levar para mais perto da população as ações do Legislativo.

Sua presença é de suma importância para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Certos de podermos contar com a sua presença, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Marcel D. Souza Campos
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Obs: Haverá ônibus circulando nos bairros a partir das 19:00 horas

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE HOLAMBRA/SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos da Legislação em vigor, ficam convocados, por este Edital, todos os delegados, convencionais e filiados – até 21 de abril de 2.001 (seis meses antes da convenção) do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, neste município, para a **CONVENÇÃO MUNICIPAL** que será realizada no dia 21/10/2.001 – domingo, com início às 09:00 horas e encerramento às 16:30 hs., na Rua Campo das Palmas, nº 344 - centro, nesta cidade de Holambra/SP, com a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Eleição, por voto direto e secreto, do Diretório Municipal, que será constituído de 15 membros e de 05 suplentes;

b) Eleição, por voto direto e secreto de, respectivamente, 01 Delegado Municipais e igual número de suplente à Convenção Estadual;

c) Eleição do Conselho de Ética e Disciplina, constituído de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Na mesma data, será eleita, por voto direto e secreto, a Comissão Executiva e seus suplentes, e os membros efetivos e suplentes do respectivo Conselho Fiscal, em reunião do Diretório eleito, convocada por este edital para às 17:00 hs., no mesmo local.

Os Srs. Membros titulares de direito a voto deverão exercê-lo até às 16hs; oportunidade em que votarão os suplentes presentes.

Holambra, aos 08 de outubro de 2.001.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 12/2001
Fls. Nº 001 Livro Nº 009
Data 08/10/2001
Secretária

MIGUEL RENATO ESPERANÇA
Presidente do PSDB



CONVITE

Venha participar do Fórum de Desenvolvimento da Região de Serra Negra. Os trabalhos do Fórum estão relacionados ao entendimento dos mecanismos das políticas regionais que vêm fortalecendo a competência e a vocação econômica dos municípios que compõem a região. Compreender melhor os caminhos que estão sendo traçados, fortalecer as ações de integração e fornecer subsídios às escolhas da região são os desafios do Fórum
O Fórum da região de Serra Negra tem como eixo central os temas envolvendo o turismo, a indústria, a água e o meio ambiente. O título do evento foi definido como: **"GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS, INDUSTRIALIZAÇÃO E TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO"**.
Conhecer os potenciais da região, as transformações econômicas em curso e articular estratégias necessárias à consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico, apoiado na lógica da sustentabilidade e da inclusão social, são os desafios deste fórum.

Data: 04 de Outubro de 2.001 - Quinta feira - horário: 19h30 às 22h horas, e
05 de Outubro de 2.001 - Sexta feira - horário: 08h às 18h horas.
06 de Outubro de 2001 - Sábado – horário: 8h30 às 12h00

Local: Centro de Convenções "Circuito das Águas" (saída de Serra Negra para Lindóia)
Centro – Serra Negra - São Paulo

OBJETIVOS DO FÓRUM:

Trabalhar de forma articulada na realização de uma proposta de desenvolvimento regional, formulada com ampla participação dos setores sociais, compartilhada por **governos**, **instituições de ensino**, **forças empreendedoras** e **sociedade civil** da região, como caminho mais curto para que os esforços individuais se transformem em ações coletivas e concretas.

Organizadores:

FPESPSP

Instituto de Estudos Municipais -- IEM

Konrad -Adenauer- Stiftung

APDEtur

Agência da Cidade
Consultoria e Planejamento

Prefeitura Municipal da Estância de Serra Negra

Confirmar até 04-10

PROGRAMAÇÃO

Dia 04 de Outubro de 2001

19h30 - Abertura Oficial

20h00 - Conferência Central – *"Ações e Gestões de Recursos para o Desenvolvimento".*

- **Dr. Antônio Carlos de Mendes Thame** - Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Governo do Estado de São Paulo.
- **Dr. Marcos Arbaitman** – Secretário de Estado de Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo.
- **Deputada Estadual Maria do Carmo Piunti** – Coordenadora da Frente Parlamentar Pró-Turismo Paulista da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
- **Deputado Estadual César Callegari** – Líder PSB na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

22h30 – Coquetel

Dia 05 de Outubro de 2001

8h30 Conferência 1: *"A Dinâmica Demográfica da Região".*

- **Rute Godinho** - analista de projetos sênior da Fundação SEADE.

9h00 Conferência 2: *"Gestão do Turismo para o Desenvolvimento"* .

- **César Benedito Calixto** - "*Políticas Públicas para o Turismo*" – Presidente da APDETur, Ex-Secretário Municipal de Turismo de Serra Negra e Assessor Técnico da Frente Parlamentar Pró - Turismo Paulista.
- **Mário Mantovani** - "*Gestão dos Recursos Hídricos no Desenvolvimento do Turismo*" – Diretor de Relações Institucionais da Fundação SOS Mata Atlântica.
- **Dr. Armando Arruda Pereira C. Mello** - "*Feiras e Eventos - Planejamento e Captação*" - Diretor Executivo do Sindicato das Empresas de Promoção, Organização e Montagem de Feiras, Congressos e Eventos de São Paulo -SINDIPRON.

10:00h – Intervalo para café

10h15 – Conferência 3 – *"Dinâmica da Indústria e Comércio na Região".*

- **Dr. Barros Munhoz** – "A experiência do Condomínio Industrial de Malhas – CIM" Prefeito Municipal de Itapira.
- **Dr. Guilherme Afif Domingos** - "Fortalecimento das Associações Comerciais" - Presidente emérito da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.
- **Prof. Dr. João Luiz Hoeffel** - "O olhar da universidade sobre a região" – Professor da Universidade São Francisco – USF.

11h15 – Conferência 4 - *"Água: Patrimônio Social, Cultural e Mineral".*

- **Dr. Ricardo Montoro** - Vereador da Câmara Municipal de São Paulo e Presidente da Universidade da Água.
- **César Dib** – Vice Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Água Mineral – ABINAM.
- Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- Representante da Agência Nacional da Água – ANA.

12:00h – Intervalo par almoço

14h00 – MESAS REDONDAS TEMÁTICAS SIMULTÂNEAS

Objetivos das Mesas Redondas: Aprofundar os debates sobre o desenvolvimento da região à luz das exposições nas quatro conferências iniciais. Em cada mesa serão levantados os pontos fortes e fracos, os riscos e as oportunidades de cada setor e as propostas da região. Sistematizar os resultados dos trabalhos dos diferentes setores é tarefa que resultará dos esforços dos Debatedores, Coordenadores e Relatores de cada mesa redonda.

Os **Debatedores** no painel trarão subsídios para o debate dos temas emergentes e a visão de conjuntura que contextualize o setor.

O **Coordenador** será uma liderança local e/ou regional, com capacidade de indicar os pontos fortes e fracos, os riscos e oportunidades do setor como forma de provocar o debate e criar as condições para que as propostas apareçam.

O **Relator** organizará os meios de reprodução dos trabalhos em cada painel, auxiliando na sistematização do diagnóstico do setor e das propostas.

Mesa Redonda 01 - *"Desenvolvimento e Qualidade de Vida"*

- Coordenadora: Maria Tereza Ferraz - Secretária Municipal de Saúde de Águas de Lindóia.
- Relatora: Stela Pedreira – Técnica em Saúde Pública e Diretora da Agência da Cidade.
- Debatedora 1: Aparecida Linhares Pimenta - Secretária Municipal de Saúde de Amparo.
- Debatedor 2: Representante dos Comitês de Bacias Hidrográficas: "CBH-PCJ - Piracicaba, Capivari e Jundiaí" e "CBH-MOGI - Mogi-Guaçú" .
- Debatedor 3: Representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Amparo.

Mesa Redonda 02 – *"Gestão do Turismo e Formação de RH para o Desenvolvimento"*

- Coordenador: César Benedito Calixto – Presidente da APDETur e Ex-Secretário Municipal de Turismo de Serra Negra.
- Relator: Marcelo Lima – Diretor Municipal de Turismo de Monte Alegre do Sul.
- Debatedora 1: Ana Lúzia Magalhães - Coordenadora da Graduação da Faculdade SENAC de Turismo e Hotelaria de São Paulo.
- Debatedora 2: Maria Luisa Borges Ribeiro – Coordenadora de Projetos da Fundação SOS Mata Atlântica e Coordenadora do Fórum Nacional dos Comitês Hidrográficos.
- Debatedor 3: Daniela Soares Nascimento - Diretora de Turismo da Prefeitura de Brotas Debatedor 4: Nadir Pereira Dias - Mestre em Gestão Educacional.

Mesa Redonda 03 – *"Indústria e Comércio e Agronegócios"*

- Coordenador: Dr. Hélio Silveira - Secretário Municipal de Agricultura de Serra Negra
- Relator: Sr. Ariovaldo Maniese – Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Itapira.
- Debatedor 1: Ricardo Búlgari - Diretor Executivo da GPE.
- Debatedor 2: Representante da Cooperativa de Flores da Holambra.
- Debatedor 3: Dr. Clovis Fedel – Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de S. Negra.
- Debatedor 4: Sr. José Aírton Labegalini – Presidente da Associação Comercial e Industrial de Monte Sião - MG.

17:00h – Plenária de Apresentação dos Relatórios das Mesas Redondas.

Dia 06 de Outubro de 2001

8:30h – Oficina Técnica de Turismo:

- Coordenadora: Prof.a Sílvia Teixeira de Moraes - Colégio Técnico João Belarmino – Amparo.
- Relator: Cleyde Rosely Dini – Assessora Técnica Parlamentar Pró-Turismo Paulista e Diretora da Agência da Cidade
- Debatedora 1: Prof.a. Sônia Marly Arruda Miranda – Especialista em Direito do Turismo, Primeira Secretária da ABDETH - Associação Brasileira dos Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelarias e Membro da Frente Pró-Turismo Paulista.
- Debatedor 2: Dr. Mário Gutti – Coordenador da Área de Turismo do CESTESP.
- Debatedor 4: Dr. Ângelo Roberto Lazari Júnior - Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Brotas.
- Debatedora 5: Celina Froes Bragança Peres – Consultora de Turismo do SEBRAE-SP Jundiaí.
- Debatedor 6: José Celso Delmond - Consultor Técnico do SEBRAE-SP Campinas.

12:00h – Encerramento e Encaminhamento das Propostas.

APOIADORES DO FÓRUM:

Câmara Municipal da Estância de Serra Negra.

Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Estância de Serra Negra.

Jornal "A Tribuna das Águas" – Águas de Lindóia.

Sindicato do Comércio Varejista de Itapira.

ETE Prof. João Belarmino – Amparo.

Café Toninho – Itapira.

Câmara Municipal de Holambra

Fax

Para:	RONALDO	**De:**	CÂMARA HOLAMBRA
Fax:		**Data:**	25 de Setembro de 2001
Tel.:	(19) 3877-1097	**Págs.:**	2
Ref:	RESOLUÇÃO 14/94 E 076/99	**CC:**	

☐ **Urgente** ☐ **Para revisão** ☐ **Favor comentar** ☐ **Favor responder** ☐ **Favor circular**

•Comentários:

Câmara Municipal de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

TEL. (019) 820-1625
TELEFAX. (019) 820-1487

CGC 67.172.312/0001-53

RESOLUÇÃO 076/99.

ALTERA A RESOLUÇÃO N°014 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1994.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, e eu seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas, aprovou o seguinte Projeto de Resolução:

Artigo 1°- O artigo 2° da Resolução n° 14 de 17 de novembro de 1994 passa a ter a seguinte redação.

"Artigo 2°- As placas referidas no artigo 1° serão confeccionadas em metal, contendo gravados os nomes de todos os Vereadores e suplentes que atuaram na legislatura, em ordem alfabética, sem alusão a cargos exercidos."

Artigo 2°- Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 10 de junho de 1999.

VEREADOR VALTER COSTELLA
Presidente

Autoria: Mesa Diretora

Publicado por afixação na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra conforme artigo 74 da Lei Orgânica Municipal.

Andréia Pereira Santos
Secretária

Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO Nº014/94

INSTITUI A GALERIA DOS EX-VEREADORES DA DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, seu Presidente promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica instituída nas dependências da Câmara Municipal de Holambra a Galeria dos Ex-Vereadores, onde serão colocadas placas com os nomes dos Vereadores de cada Legislatura.

Parágrafo Único - Para cada Legislatura haverá uma placa contendo os nomes de todos os Vereadores.

Artigo 2º - As placas referidas no artigo 1º, obedecerão as seguintes características: a placa será confeccionada em aço inoxidável, emoldurado por alumínio de três centímentros de largura, nas medidas, quarenta centímetros por cinqüenta centímetros, onde serão gravados a indicação, "Câmara Municipal de Holambra", ao lado do Brasão do Município; e abaixo a legislatura correspondente, seguida dos nomes de todos os vereadores e suplentes que atuaram na legislatura

Artigo 3º - As placas serão colocadas na galeria ao final de cada legislatura.

Artigo 4º - As despesas com a execução da presente Resolução, correrão pelas dotações próprias dos orçamentos vigentes.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Câmara Municipal de Holambra, 07 de novembro de 1994.

CÂMARA HOLAMBRA S.P. MUNICIPAL

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data quadro de avisos na portaria da Câmara Municipal.

LÚCIA CRISTINA SANTIAGO DE ALCÂNTARA
Chefe de Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Fax

Para:	IRANI (SIND. BANCÁRIO CAMPINAS)	**De:**	ANDRÉIA
Fax:		**Data:**	2 de Outubro de 2001
Tel.:	(19) 3237-5800	**Págs.:**	1
Ref:	LEI ORDINÁRIA	**CC:**	

☐ **Urgente** ☐ **Para revisão** ☐ **Favor comentar** ☐ **Favor responder** ☐ **Favor circular**

•Comentários:

Prefeitura Municipal de Holambra

Cidade das Flores

Al. : Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra/SP - Tels. (019) 860 - 1321 / 860 - 1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

LEI COMPLEMENTAR Nº 062 DE 27 DE JUNHO DE 1996.

DISPÕE SOBRE INSTALAÇÃO DE PORTA DE SEGURANÇA COM DISPOSITIVO DE ALARME DETECTOR DE METAIS NA ENTRADA DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - A edificação destinada a estabelecimento bancário, deverá ter na entrada porta de segurança, com dispositivo de alarme detector de metais.

Artigo 2º - As edificações que já possuem "Habite-se"e que forem adaptadas na forma prevista no artigo 1º, ficarão isentos do I.P.T.U. no exercício financeiro seguinte.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Holambra, 27 de junho de 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal de Holambra, na data supra.

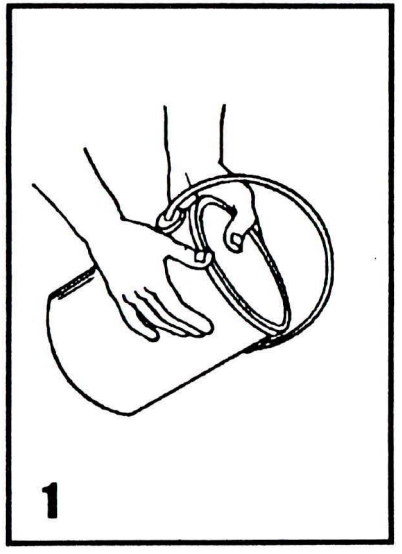
Edson Aparecido Massaro
Chefe de Gabinete

ANEXO
Página 01/01
Ref. Nota DR – 130
Título do Anexo

CORREIOS **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**

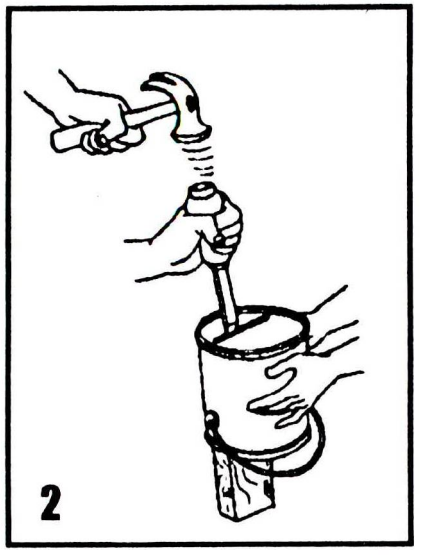
Faça uma Caixa para Cartas

Veja como você mesmo pode fazer e instalar, na frente de sua casa, uma caixa para receber suas cartas, usando apenas uma lata, pregos, martelo, um formão ou faca bem afiada e um pontalete ou estaca de madeira



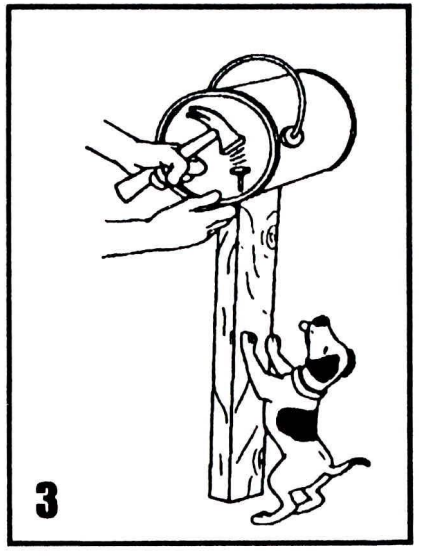
Use uma lata limpa, de um galão (3,6 litros) ou maior (em lata menor a carta não cabe). A lata também pode ser quadrada.

A lata deve ter tampa e não pode ter furos, pois a água da chuva molharia as cartas.



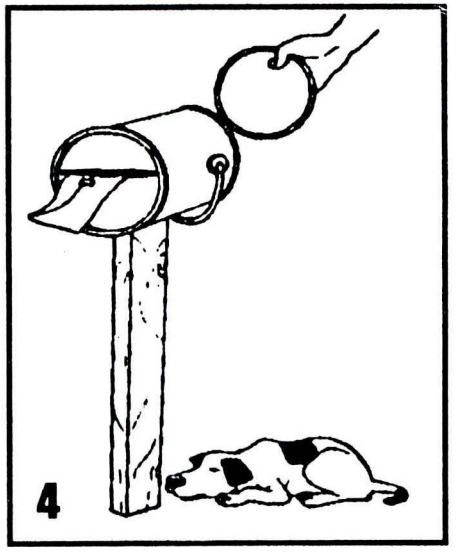
Faça um corte no fundo da lata, do jeito que mostra a figura, batendo com cuidado um formão ou faca bem afiada.

Use um calço de madeira como suporte para fazer o corte. Depois passe no corte uma lixa para tirar as rebarbas, a fim de não rasgar as cartas e não machucar a mão do carteiro



Em um pontalete ou estaca de madeira, bem fincada no chão, pregue a lata. Pronto! A caixa para cartas está feita.

A caixa deve ser colocada em lugar fácil para o carteiro colocar as cartas, com o corte virado para a rua.



No lugar onde está o corte, puxe de leve a parte de cima para fora, para que não entre água da chuva.

Feche o outro lado da caixa com a tampa. É por onde você vai pegar as cartas colocadas pelo carteiro.

Se quiser, pinte o lado de fora da lata, e escreva a palavra **CARTAS**.

Fone 972 6937

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
(BERÇO DA AMIZADE)
Rua 10 de Abril, 629 - Centro - Artur Nogueira - SP - CEP 13.160-000
CGC(MF) 45.735.552/0001-86 Fone/Fax (019) 877-1011
http://www.pman@widesoft.com.br

LEI Nº 2 506

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DA CULTURA E DA PAZ" E ADOTA A "BANDEIRA DA PAZ"

NELSON STEIN, Prefeito Municipal de Artur Nogueira, Estado de São Paulo;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica, pela presente Lei, instituído o dia vinte e cinco de julho do calendário gregoriano como o "Dia Municipal da Cultura e da Paz" e adota a "Bandeira da Paz".

Artigo 2º - A Bandeira da Paz será hasteada no dia vinte e cinco de julho de cada ano, nos próprios públicos existentes no município, podendo também ser hasteada em prédios particulares.

§ 1º: A Bandeira da Paz medirá 0,85m de altura por 1,40m de comprimento, confeccionada em pano branco terá ao centro um círculo cor vermelho-purpura 0,10m de largura por 0,60m de raio, a iniciar na parte externa, tendo dentro dele, no centro, sobre o fundo branco, três esferas também na cor vermelho-púrpura, colocadas em triângulo, cada uma delas com raio de 0,10m.

§ 2º: Na mesma data, um cidadão ou uma entidade do município que tenha realizado um trabalho expressivo em favor da promoção da paz e da cultura será homenageado.

Artigo 3º - Para dar cumprimento à presente Lei, O Prefeito Municipal, editará Decreto, estabelecendo entre outras providências, o local onde será promovida a cerimônia de comemoração do Dia Municipal da Cultura e da Paz, bem como, designará uma comissão, formada por 05 (cinco) membros, necessariamente presidida pelo Chefe de Divisão de Cultura ou cargo correlato, que terá, dentre outras atribuições, escolher o homenageado e fiscalizar a aplicação desta lei.

Artigo 4º - As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, 24 de setembro de 1998.

NELSON STEIN
Prefeito Municipal

Autor do Projeto de Lei nº.31/98: Vereador Reinaldo Amélio Tagliari (Melinho) - Presidente da Câmara Municipal.
Publicada, por afixação, no quadro próprio de editais, na sede da Prefeitura Municipal, na data supra.

JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA
Diretor de Secretaria

THEODORUS MARIA BAKKER

Câmara Municipal de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 820-1625
TELEFAX. (019) 820-1487

PROJETO DE LEI Nº...../98

DISPÕE SOBRE OS SUBSíDIOS DOS AGENTES POLíTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO E DOS SECRETáRIOS MUNICIPAIS OU DETENTORES DE CARGOS EQUIVALENTES.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Holambra, aprovou o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º- Os agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo e os Secretários Municipais ou detentores de cargos equivalentes serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono,prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Artigo 2º- O subsídio mensal do Prefeito Municipal é fixado em R$.....

Artigo 3º- O subsídio mensal do Vice-Prefeito é fixado em R$.....

Artigo 4º- O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal é fixado em R$..... e o subsídio mensal dos Vereadores é fixado em R$.....

Parágrafo único- O total da despesa com os subsídios referidos neste artigo não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Artigo 5º- O subsídio mensal dos Secretários Municipais ou detentores de cargos equivalentes é fixado em R$.....

Artigo 6º- As depesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente

suplementadas se necessário.

Artigo 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 1.998.

Artigo 8º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo adequar a legislação sobre subsídios dos Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo e dos Secretários Municipais ou ocupantes equivalentes aos termos da Emenda Constitucional nº19, de 4 de junho de 1.998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.055, DE 30 DE AGOSTO DE 1994.

"Dispõe sobre loteamento fechado no Município de Cosmópolis".

MAURO PEREIRA, Prefeito Municipal de Cosmópolis, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE, a Câmara Municipal de Cosmópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

** Artigo 1º - Conceitua-se, para fins de aprovação e registro, o loteamento fechado, como sendo aquele cercado ou murado, no todo ou em parte do seu perímetro.

Parágrafo Único - A constituição de loteamento fechado somente será autorizada quando os loteadores submeterem a administração do mesmo à Associação dos Proprietários, constituída sob a forma de pessoa jurídica, com explícita definição de responsabilidade administrativa.

* Artigo 2º - As áreas destinadas a vias de circulação, definidas por ocasião da aprovação do loteamento, serão objeto de concessão de direito real de uso pelo período de 50 anos, passível de renovação, e que será outorgada à Associação dos Proprietários.

Parágrafo Único - A outorga da concessão de que trata o "caput" deste artigo deverá obedecer às seguintes exigências:

I - requerimento à Prefeitura, através de pedido de Diretrizes, específico para a execução desta modalidade de loteamento;

II - a aprovação pela Prefeitura, dependerá de parecer favorável do Departamento de Planejamento e Urbanismo, em função da localização da área e com relação às diretrizes viárias e urbanísticas do Município;

- segue folha 02 -

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

07-08-98

PROJETO DE LEI

Nº (900/98)

DESPAÇHO

Este projeto já foi votado e aprovado na Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto e já é lei naquele Município.

EMENTA:

SENHOR PRESIDENTE

Apresentamos à consideração da Casa o seguinte:

ARTIGO 1º - Fica, pela presente lei, instituído o dia vinte e cinco de julho do calendário gregoriano como o "Dia Municipal da Cultura e da Paz" e adotada a "Bandeira da Paz".

ARTIGO 2º - A Bandeira da Paz será hasteada no dia vinte e cinco de julho de cada ano, nos próprios públicos municipais assim designados pelo Executivo Municipal, podendo também ser hasteada em prédios particulares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Bandeira da Paz medirá 0,85 m de altura por 1,40 m de comprimento, confeccionada em pano branco terá ao centro um círculo cor vermelho-púrpura cujo aro medirá 0,10 m de largura por 0,60 m de raio, a iniciar na parte externa, tendo dentro dele, no centro, sobre o fundo branco, três esferas também na cor vermelho-púrpura, colocadas em triângulo, cada uma delas com raio de 0,10 m.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na mesma data, um cidadão ou uma entidade do município que tenha realizado um trabalho expressivo em favor da promoção da paz e da cultura será homenageado.

ARTIGO 3º - Para dar cumprimento ao artigo 2º da presente lei, o Prefeito Municipal, através de Decreto, indicará o local onde será promovida a cerimônia de comemoração do Dia Municipal da Cultura e da Paz, bem como, designará uma comissão, formada por 05 (cinco) membros, que terá, dentre outras atribuições, escolher o homenageado e fiscalizar a aplicação desta lei.

ARTIGO 4º - As despesas para execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 16 DE JUNHO DE 1998.

SILVANA RESENDE
Vereadora

THEODORUS MARIA BAKKER

07-08-98

BANDEIRA
DA PAZ

MOVIMENTO AMIGOS DO PACTO ROERICH
E DA BANDEIRA DA PAZ

(FONE/FAX (011) 884-8318).

CAROS AMIGOS AMANTES DA PAZ

Foi motivo de alegria para nós recebermos a ficha de adesão de vocês, ao Movimento Amigos do Pacto Roerich e da Bandeira da Paz, devidamente preenchida e assinada. Parabéns e sejam bem vindos ao nosso Movimento.
Conforme consta daquela ficha de adesão, o movimento é formado por "pessoas que estão dispostas a doar um pouco de seu tempo para, unidas, trabalharem pelo nosso objetivo comum, que é a Paz".
Muitas destas pessoas já estão trabalhando fortemente e várias ações concretas estão sendo empreendidas para que os objetivos a que o Movimento se propôs sejam alcançados, sendo o mais importante deles a PAZ.
Uma das ações que tem sido considerada de suma importância, é a instituição do dia 25 de julho como o "Dia da Cultura e da Paz" em todo o Brasil e a adoção pelos municípios brasileiros da Bandeira da Paz. É que o dia 25 de julho, na cultura galáctica, é o "Dia do Perdão Universal", o "Dia da Liberdade Galáctica" e, portanto, nada melhor do que tal dia para ser o "Dia da Cultura e da Paz".
A propósito, informamos que foi elaborada uma minuta de um projeto de lei instituindo o dia 25 de julho como o "Dia da Cultura e da Paz", com a devida justificativa, para que tal projeto seja tornado lei em todos os municípios brasileiros e para que os municípios adotem oficialmente a Bandeira da Paz. O projeto já foi apresentado a centenas de câmaras municipais de diferentes lugares do Brasil. Para nossa alegria, podemos informar que a receptividade tem sido excelente, e, em algumas dessas câmaras, o projeto foi aprovado e já é lei municipal. Dentre estas, estão as seguintes cidades: Vacaria-RS; Ribeirão Preto-SP; Jundiaí-SP e Boituva-SP. Novas aprovações ocorrerão proximamente, com certeza. Estamos enviando uma cópia do projeto aprovado em Ribeirão Preto, onde já é lei municipal, para que vocês tenham uma visão do processo em curso.
A idéia é que no próximo ano, no dia 25 de julho, haja a comemoração em todo o Brasil, do "Dia da Cultura e da Paz", nos moldes do projeto elaborado, com o hasteamento da Bandeira da Paz em todo o país.
Pois bem, coerentes com isso, estamos organizando já, para este ano de 1998, um grande evento relacionado com a Cultura, a Paz, a Arte e a Espiritualidade, que será realizado no próximo dia 25 de julho, a partir das 14h00, no Auditório Brasil Vita, na Câmara Municipal de São Paulo, seguido de uma passeata silenciosa pela paz, e estamos convidando a todos vocês para participarem de tal evento.

Previamente, no próximo dia 15/7/98, quarta-feira, a partir das 20:00 hs., faremos uma reunião preparatória daquele evento, que será realizada nas dependências do CEEAS, na Avenida Bosque da Saúde, 1608, (Fone 578-7254), nesta Capital, e estamos pedindo a presença de todos que aderiram ao Movimento e que estejam dispostos a colaborar na organização do evento do dia 25/7, visto que temos necessidade de providenciar inúmeras coisas para que tudo saia a contento. É a oportunidade para que "doemos um pouco de nosso tempo e trabalhemos unidos pelo nosso objetivo comum, a Paz".
Então, por favor, estejam conosco no dia 15/7/98, nas dependências do CEEAS e nos ajudem a organizar o evento do dia 25/7.

Necessitamos providenciar botons da Bandeira da Paz, camisetas, faixas, etc. e já estão sendo preparadas 100 Bandeiras da Paz em tamanho grande. Todos que quiserem, poderão nos ajudar em tais preparativos, doando material ou dinheiro, ajudando a preparar o que for preciso, enfim, contribuindo do modo que lhe for possível.
Aguardamos, portanto, a presença e a resposta positiva dos que nos enviaram a ficha de adesão ao movimento, para que tal adesão se concretize em ações práticas, com um trabalho efetivo de todos.

MOVIMENTO AMIGOS DO PACTO ROERICH E BANDEIRA DA PAZ

THEODORUS MARIA BAKKER

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Estamos enviando com a presente, a alguns companheiros das cidades do interior de São Paulo, assim como de outras cidades do Brasil, uma cópia da minuta do projeto de lei elaborado para instituir o dia 25 de julho como o "Dia da Cultura e da Paz" e para a adoção da Bandeira da Paz pelos municípios brasileiros, pedindo a todos que se empenhem em seus municípios, com vereadores conhecidos, para que tal projeto seja apresentado nas respectivas câmaras municipais e seja transformado em lei em suas respectivas cidades. Caso necessitem de outras informações ou subsídios, pedimos que se comuniquem conosco para que possamos providenciar. Manteremos a todos informados do andamento dos projetos que já estão tramitando em inúmeras câmaras municipais de diferentes cidades do Brasil.

07-08-98

BANDEIRA
DA PAZ

MOVIMENTO AMIGOS DO PACTO ROERICH
E DA BANDEIRA DA PAZ

(FONE/FAX (011) 884-8318).

CAROS AMIGOS AMANTES DA PAZ

Informamos a todos que enviaram suas fichas de adesão ao Movimento Amigos do Pacto Roerich e da Bandeira da Paz que tivemos êxito na realização do evento do dia 25 de julho de 1998, quando comemoramos com um grande espetáculo relacionado com a Política, a Cultura, a Paz, a Arte e a Espiritualidade, no Auditório Brasil Vita, na Câmara Municipal de São Paulo, o **"Dia da Cultura e da Paz"**, que estamos trabalhando para que seja instituído oficialmente em todos os municípios do Brasil.

No evento do dia 25/7, tivemos o pronunciamento oficial do vereador Dr. Nelo Rodopho Giongo, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, que se comprometeu publicamente com a aprovação do referido projeto na cidade de São Paulo.

O trabalho prossegue em todo o Brasil e continuamos na expectativa de que, no próximo dia 25 de julho de 1999, teremos uma grande comemoração do "Dia da Cultura e da Paz" em todo o país. Você pode nos ajudar nesta empreitada, falando com os vereadores do seu município e trabalhando para que também em sua cidade seja instituído o "Dia da Cultura e da Paz". Podemos oferecer-lhe todo o material de apoio para isso, bastando que nos solicite.

Apresentamos a seguir o balancente das despesas que tivemos para a realização do evento do dia 25/7/98 na Câmara Municipal de São Paulo e pedimos aos que puderem nos ajudar a cobrir tais despesas que o façam conforme instruções ao final.

Eis os gastos que tivemos:

1) Aluguel de dois aparelhos de TV para projeção de vídeos.....R$ 240,00
2) Infomativos para divulgação do Movimento.....R$ 250,00
3) Poster's de Nicholas Roerich.....R$ 238,50
4) Botons da Bandeira da Paz distribuídos aos presentes.....R$ 100,00
5) Assessoria de Imprensa (Divulgação do Evento).....R$ 200,00
6) Revelação de Fotos.....R$ 18,00
7) Faixa Colorida de Divulgação do Evento.....R$ 35,00

Total.....R$ 1.081,50

DISPONÍVEL:

Saldo em Banco R$ 127,92
Em espécie.....R$ 100,00.....Total.....R$ 227,92

Saldo a pagar.....R$ 853,58

Solicitamos a todos os amigos que possam nos ajudar a cobrir este déficit, que enviem um cheque nominal para MARLY DE ALMEIDA PEDRA, tesoureira do movimento, através da Caixa Postal 525, CEP 01059-970, São Paulo-SP, ou façam um depósito da quantia com que puderem contribuir, na CC Nº 89.541-5, Ag. 133-3, do Bradesco, São Paulo, em nome de Marly de Almeida Pedra.

Desde já agradecemos a generosidade de todos que puderem ajudar e esclarecemos que eventual sobra de dinheiro será utilizada para confecção de materiais de divulgação do Movimento.

MOVIMENTO AMIGOS DO PACTO ROERICH E BANDEIRA DA PAZ

THEODORUS MARIA BAKKER

Convidamos aos amantes da Paz

Dia: 15/04/98 (Quarta-feira) das 19:30 às 22:00h

Local: Instituto Sol Sirius

Rua Januário Miráglia - 88 - V. N. Conceição - SP

FONE: (011) 887-5919

PROGRAMAÇÃO

- **Mesa Redonda:**

Arte, Ciência, Espiritualidade e a Cultura de Paz

Com:

Maria Aparecida de Oliveira - Coordenadora do Sol Sirius

Mário Diniz - Artista Plástico

Prof. Ademar Eugênio de Melo - Matemático e Astrônomo

Gueshi Gngawang Sherab - Budista Tibetano

- **Canto com Élcio Limmas**
- **Dança com a professora Rosa Koshiba**
- **Distribuição do Pacto Roerich**
- **Cerimônia da Bandeira**

"Onde há Paz, há Cultura
onde há Cultura, há Paz".
Nicholas Roerich

Realização: Movimento Amigos do Pacto Roerich e da Bandeira da Paz - Brasil

Fone/Fax: (011) 884-8318

Entrada Franca

07-08-98

-8 IV 98

BRASIL RS 00,31

M 6340 E 15752

THEODORUS M. BAKKER (THEO)
RUA 1Î DE JANEIRO, 335
JARDIM REZEK II
13160-000 ARTUR NOGUEIRA SP

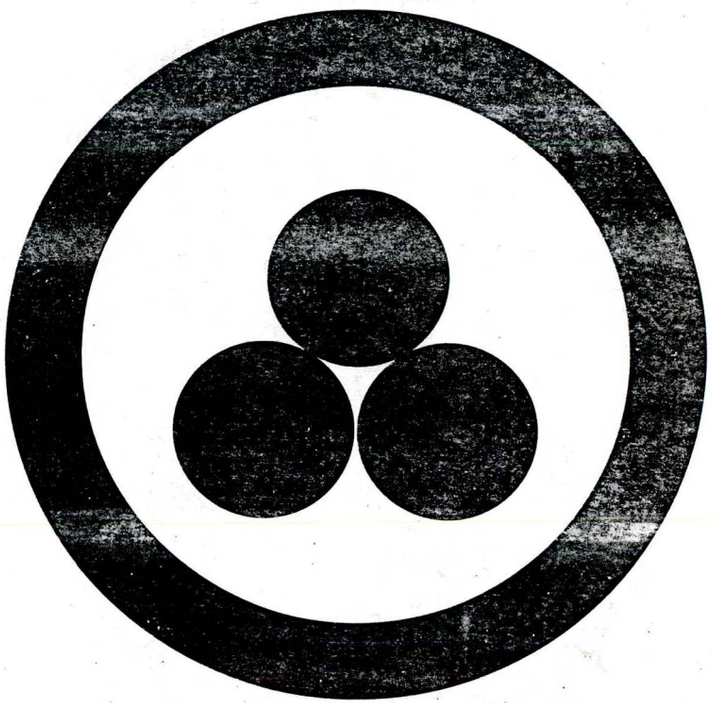
□□□□□ - □□□

THEODORUS MARIA BAKKER

CONVITE

63º aniversário do PACTO ROERICH e a BANDEIRA DA PAZ

15 de abril de 1935 à 15 de abril de 1998



"A saturação do espaço com fórmulas que purificam o Ensinamento resultará em grandes efeitos. Assim, Nós afirmamos a manifestação do Novo Mundo. Assim, aquilo que é Predestinado será cumprido".

MINUTA DE PROJETO DE LEI PARA INSTITUIR O "DIA DA CULTURA E DA PAZ", NO MUNICÍPIO E PARA ADOTAR A BANDEIRA DA PAZ.

1ª- Fica instituído o dia vinte e cinco de julho do calendário gregoriano como o "Dia Municipal da Cultura e da Paz" e por esta lei é adotada a "Bandeira da Paz".

2ª- No dia vinte e cinco de julho de cada ano, em todo o Município haverá a realização de atividades artísticas, científicas, culturais e religiosas, com uma grande confraternização. As escolas, museus, bibliotecas, prédios, repartições, instituições educacionais, científicas, culturais ou artísticas municipais e outros próprios públicos deverão hastear a Bandeira da Paz, adotada neste ato, a qual permanecerá hasteada nos locais citados.

a) Na mesma data, um cidadão ou uma entidade do Município que tenha realizado algum trabalho expressivo em favor da promoção da paz e da cultura será homenageado.

b) A bandeira da Paz, que medirá 0,85 m de altura por 1,40m de comprimento, confeccionada em pano branco, terá ao centro um circulo cor vermelho-púrpura cujo aro medirá 0,10m de largura e terá 0,60m de raio, a iniciar na parte externa, tendo dentro dele, no centro, sobre o fundo branco, três esferas também cor vermelho-púrpura, colocadas em triângulo ascendente, cada uma delas com raio de 0,12m.

THEODORUS MARIA BAKKER

c) A presente bandeira é semelhante à bandeira da paz, que se tornou mundialmente conhecida pelo pacto de Nicholas K. Roerich.

d) Uma comissão de sete membros, formada pelo senhor Prefeito Municipal, que a presidirá, pelo presidente da Câmara Municipal de Vereadores, pelo Dr. Juiz de Direito, Diretor do Fórum, pelo Comandante da Unidade local da Polícia Militar, pelo Sr. Delegado da Polícia Civil, da 1ª Delegacia de Polícia e pelo Secretário Municipal de Educação, que a integrarão como membros efetivos, e por duas pessoas da comunidade, vinculadas à cultura e à paz, escolhidas pelo Sr. Prefeito Municipal, será constituída para dar cumprimento e fiscalizar a aplicação desta lei, especialmente no que dispõe sobre a cerimônia de comemoração do Dia Municipal da Cultura e da Paz, do hasteamento da bandeira da paz e da escolha do cidadão ou entidade que será homenageado pelo trabalho realizado em favor da cultura e da paz.

3ª) – A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de _____
_____ de_____de 1998.
As.)

VEREADOR FULANO DE TAL

THEODORUS MARIA BAKKER

JUSTIFICATIVA

Os dois temas: CULTURA E PAZ, estão intimamente ligados e correlacionados. Pela cultura chegamos à paz. A cultura desenvolve o ser humano no seu todo e promove a paz.

Precisamos hoje e sempre trabalhar pela cultura e pela paz. Desde tempos imemoriais os guerreiros têm levado bandeiras à guerra, como símbolos de suas greis, de suas crenças e de suas pátrias. Esta bandeira proposta é uma bandeira de cultura e de paz. Ela retrata um dos símbolos mais antigos do mundo. Suas três esferas foram descritas por Nicolas K. Roerich, como síntese de todas as artes, de todas as ciências e de todas as religiões, dentro do círculo da cultura.

Nicholas K. Roerich nasceu na cidade de São Petesburgo, na Rússia em 9.10.1874, faleceu em Nova York, nos Estados Unidos da América, em 1947. Artista mundialmente reconhecido, arqueólogo, explorador, filósofo e humanista, com grande contribuição ao mundo da cultura e da arte, produziu mais de seis mil pinturas e escritos. Criou o tratado universal de paz e de proteção aos tesouros do gênio humano, que hoje leva o nome de Pacto de Roerich, também conhecido como a cruz vermelha da cultura. Definiu a cultura como o cultivo do potencial criativo do homem. Acreditou que alcançar a paz através da cultura é um propósito a ser realizado pelo esforço positivo da vontade humana.

Afirmou que, a cultura não pertence a um só homem, a um só grupo, ou a uma só nação: é propriedade mútua de toda a humanidade e herança das gerações. É a criação constitutiva do comportamento humano. Transcende a todos os obstáculos, partidos políticos, preconceitos e intolerância. É a mais alta percepção da beleza e do conhecimento. Sem cultura não há verdade, unidade e paz. Sem paz não há progresso. A cultura é o único instrumento para a paz permanente. Com ela busca-se o caminho da construção pacífica. Os valores culturais são os maiores tesouros do povo. Cultura é o símbolo da criatividade e só a criatividade pacífica gera o progresso. Cultura é reverência da luz. A cultura é o amor da humanidade, a cultura é

THEODORUS MARIA BAKKER

a fragrância, a unidade da vida, a beleza. A cultura é a síntese do crescimento e a realização dos sentidos, a cultura é a armação da luz, a cultura é a salvação, a cultura é a força motivadora, a cultura é o coração criativo.

Se reunirmos todas as definições de cultura chegaremos à beatitude ativa, ao altar do esclarecimento e à beleza construtiva. A condenação, o desespero, a aniquilação, a melancolia, a desintegração e todas as características da ignorância não são adequadas à cultura. A grande árvore da cultura é nutrida por um conhecimento ilimitado, por um trabalho esclarecido, por uma criatividade incessante. Pelo estudo, estima e admiração, nos tornamos cooperadores reais com a evolução e, fora dos raios brilhantes da suprema luz não se poderá alcançar o conhecimento verdadeiro. Este conhecimento refinado está baseado na compreensão real e na tolerância. Desta fonte vem o entendimento, e do grande entendimento levanta-se o supremamente belo, o esclarecedor e aperfeiçoador entusiasmo pela paz.

Cultura e paz poderão fazer o homem verdadeiramente invencível e, realizando suas condições espirituais, ele se torna tolerante e acolhedor. "Onde há paz, há cultura"; "Onde há cultura há paz".

Roerich propunha no seu pacto universal, que a bandeira da paz flamejasse em todos os monumentos históricos, e instituições educacionais, artísticas, científicas e religiosas, para indicar proteção especial e respeito em tempos de guerra e de paz. Reconhecia que os tesouros culturais são de valor duradouro para todas as pessoas como patrimônio comum da humanidade.

O pacto foi apresentado por Roerich em Nova York e em 1929 Roerich teve o seu nome indicado para o prêmio Nobel da Paz. Em 15 de abril de 1935, o presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roossewelt presidiu a cerimônia máxima na casa branca, em Washington, na qual todos os membros da união Panamericana composta por todos os países latino-americanos, entre eles o Brasil, aceitaram e firmaram esse documento histórico. Mais tarde, outros países do

THEODORUS MARIA BAKKER

mundo inteiro a ele aderiram. Tinha como lema "onde há paz há cultura , onde há cultura há paz".

Na bandeira que propôs, semelhante a que ora propomos, Roerich descreveu o círculo como uma representação da totalidade da cultura, com três esferas, cor vermelho púrpura, no seu centro, tipificando a arte, a ciência e a religião, três atividades sócio-culturais bem abrangentes. Ele também descreveu o círculo como sendo representativo da eternidade do tempo, abrangendo o presente, o passado e o futuro.

Este sinal da tríade pode ser encontrado em muitos lugares, tem diversas interpretações e possui um caráter universal.

Compõe o mais antigo dos símbolos indianos, Chintamani, o sinal da felicidade e, pode-se encontrá-lo no templo do céu em Pequim. Aparece nos três tesouros do Tibete, no peito do Cristo Memling, uma pintura bem conhecida, na Madona de Strasbourg, nos escudos dos cruzados e no brasão dos templários.

Aparece como símbolo em inúmeros sistemas filosóficos, pode ser encontrado nas imagens de Gessar Khan e Ridje Djapo, no Tanga de Tirmulani e no brasão de alguns papas. Ainda nos trabalhos de Ticiano e de antigos pintores espanhóis, nos velhos ícones de São Nicolau em Bari. É também encontrado no brasão da cidade de Samarcanda, em antigüidades etíopes e coptas, nas rochas da Mongólia, em anéis Tibetanos, em todos os países Himalaios, e nas cerâmicas da era neolítica. É visível em bandeiras orientais.

Nada poderia então ser mais apropriado para figurar na bandeira que hora propomos do que este símbolo, que não é um mero ornamento, mas um sinal que carrega consigo profundo significado.

Ele existe há imensuráveis períodos de tempo, e pode ser encontrado pelo mundo todo. Ninguém, portanto, pode alegar que ele pertença a qualquer seita, credo, partido político ou tradição particular.

Representa todas as tradições espirituais e a evolução da conscientização em todas as suas várias fases.

THEODORUS MARIA BAKKER

Hoje, onde quer que a bandeira da paz por Roerich proposta for hasteada, se reconhece o grande alcance do passado, do presente e do futuro.

Estimula o indivíduo a esforçar-se para realizar o seu alto potencial, embelezando todos os aspectos da vida. Estimula cada pessoa a tomar responsabilidade pela evolução do planeta, o que significa ser o construtor da paz, simboliza a transformação do indivíduo e da sociedade.

Representa a cooperação - pedra angular da cultura planetária emergente - em todos os aspectos da atividade humana. Quando a questão é a defesa dos tesouros artísticos e culturais do mundo, nenhum outro símbolo poderia ser melhor do que este, pois é universal, de uma antigüidade ilimitada e carrega em si um significado que deve encontrar morada no coração de todos.

No fundo representa o próprio ser humano, na sua totalidade; as esferas lembram o corpo físico, o espírito e a mente, e o círculo o livre-arbítrio, que é a nossa consciência volitiva.

A idéia de defender a paz, a mais bela manifestação da cultura, e as criações do gênio humano, é nobre e essencial. Exige esforço de cada um de nós, hoje, amanhã e sempre. Devemos praticar ações que possibilitem a sua realização, conscientizando-nos da importância da cultura e da paz, que são expressões sinônimas, daí a instituição do dia 25 de julho como o dia Municipal da Cultura e da Paz, e a adoção da bandeira da paz, como símbolo maiúsculo dessa idéia.

O dia 25 de julho é o escolhido, por não ser uma data política ou religiosa. É o dia ideal, pois nesse mesmo dia, se comemora o dia universal da tolerância, do amor e do perdão, tríade sobre a qual se sustentam todos e quaisquer projetos de cultura e de paz . (Vereador ...)

THEODORUS MARIA BAKKER

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº / 98

"INSTITUI O DIA VINTE E CINCO DE JULHO DO CALENDÁRIO GREGORIANO COMO O DIA MUNICIPAL DA CULTURA E DA PAZ, BEM COMO É ADOTADA A BANDEIRA DA PAZ".

Fulano de Tal, Prefeito Municipal de ....., Estado de.....

Faço saber que a Câmara Municipal de ....., aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - É instituído o Dia Municipal da Cultura e da Paz a ser comemorado no dia 25 de julho de cada ano e ao mesmo tempo é adotada a Bandeira da Paz.

ARTIGO 2º - Neste dia, em todo o Município haverá realização de atividades artísticas, científicas, religiosas e culturais com grande confraternização. As escolas, museus, bibliotecas, prédios, repartições, instituições educacionais, científicas, culturais ou artísticas municipais e outros próprios públicos, deverão hastear a Bandeira da Paz, realizando-se cerimônias alusivas ao dia.

ARTIGO 3º - A Bandeira da Paz que tem 0,85m de altura por 1,40 m de comprimento, confeccionada em pano branco, terá no centro um círculo de cor vermelho-púrpura cujo aro medirá 0,10 m de largura e terá 0,60m de raio, a iniciar na parte externa, tendo dentro dele, no centro, sobre o fundo branco, três esferas também de cor vermelho-púrpura, colocadas em triângulo ascendente, cada uma com raio de 0,12m.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

_____, ___ de _____ 1998.

THEODORUS MARIA BAKKER

Of. Nº /98 , ___de _____ de 1998.

Senhor Presidente

Venho por meio deste solicitar parecer sobre a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Legislativo que Institui o dia vinte e cinco de julho do calendário gregoriano como o dia municipal da Cultura e da Paz bem como adota a Bandeira da Paz.

Sendo o que tinha para o momento, reitero meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Nome do Vereador Presidente da Câmara

Ilmo. Sr.
Fulano de Tal
DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal
Nesta

THEODORUS MARIA BAKKER

De: Presidência da Câmara Municipal de Campinas
Para: Andréia - Câmara Municipal de Holambra
Nosso fax: 019 - 7361405

Andréia.

As audiências públicas promovidas pela Câmara Municipal de Campinas são as previstas no art. 77 do Regimento Interno.

Além dessas, atendendo solicitação de líderes de bancadas, o presidente da Câmara convoca audiência pública para debater projetos de relevância para o Município. Essas audiências não são numeradas e os debates são informais, não seguindo, portanto, o disposto no art. 80 e §§ do R.I.

Estou lhe enviando, também, exemplos das audiências, sendo obrigatória pelo R.I., a que está numerada.

Tadeu E. Figueiredo
Assessoria

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA/99

A Câmara Municipal de Campinas, nos termos do disposto no art. 78 do Regimento Interno, torna público que realizará, no dia 21 de outubro de 1999, às 14h30, no Plenário do Legislativo, audiência pública, para debates sobre os seguintes itens:

I – Projeto de Lei nº 92/99, Processo nº 107.165, de autoria do vereador Donizeti Donaire, que "Dispõe sobre o controle das populações animais urbanas e rurais, bem como, sobre a prevenção e controle das zoonoses no Município de Campinas e dá outras providências";

II - Projeto de Lei nº 339/99, Processo nº 111.137, de autoria do vereador Francisco Sellin, que "" Dispõe sobre recuos para a colocação de propaganda através de "out door", mini "out door", painéis ou assemelhados no Município de Campinas e dá outras providências";

III – Projeto de Lei nº 386/99, Processo nº 111.855, de autoria do vereador Francisco Sellin, que "Dispõe sobre a segurança em cinemas, casas de espetáculos, teatros e assemelhados, obriga a sinalização e orientação sobre as saídas de emergência e dá outras providências";

IV – Projeto de Lei nº 497/99, Processo nº113.377, de autoria do vereador Romeu Santini, que "Torna obrigatória a instalação de porta de segurança em todas as escolas do Município e dá outras providências";

Ficam encarregadas da audiência as Comissões de Constituição, Legalidade e Redação; de Finanças e Orçamento; de Administração Pública e Política Urbana e Meio Ambiente.

Gabinete da Presidência, 28 de setembro de 1999

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

Seção XVI - Das audiências públicas

Artigo 77 - Audiência pública é a ação legislativa promovida pela Câmara Municipal, que, mediante prévia e ampla publicidade, é convocada para instruir matéria legislativa em trâmite e pode ser obrigatória ou facultativa.

obrigatoriedade da convocação

Artigo 78 - Será obrigatória a convocação de, pelo menos, 1 (uma) audiência pública, a qual será convocada necessariamente pelo presidente da Câmara, durante a tramitação de projetos de lei que versem sobre: *(art. 27)*

I - Plano Diretor; *(art. 268, § único-LOM)*

II - Plano Plurianual;

III - Diretrizes Orçamentárias;

IV - Orçamento anual; *(art. 194)*

V - Zoneamento Urbano, Geo-Ambiental e Uso e Ocupação do Solo;

VI - Código de Obras e Edificações;

§ 1º - Projetos que versem sobre os incisos V e VI terão a audiência pública convocada conjuntamente com a necessária publicação no Diário Oficial do Município, conforme parágrafo único do art. 42 da Lei Orgânica, e deverão ocorrer, preferencialmente, dentro do prazo regimental de 30 dias em que deverá ficar em pauta.

§ 2º A comissão permanente, pela maioria de seus membros, poderá requerer a convocação: *(art. 129, XI)*

a) de uma segunda audiência pública para os projetos elencados no caput deste artigo sempre que julgar que a primeira foi insuficiente para instruir a matéria;

b) de uma audiência pública para instruir qualquer matéria em tramitação.

§ 3º - O presidente da Mesa convocará também audiência pública: *(art. 27)*

a) para instruir projetos de lei em tramitação sempre que requeridos por 0,1% (um décimo por cento) dos eleitores do Município;

b) para debater assunto de interesse público relevante, especialmente para ouvir representantes de entidades legalmente constituídas e representantes de, no

mínimo 1.500 eleitores do município sempre que esta entidade ou eleitores requererem.

§ 4º - A audiência deverá ser convocada com prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

Artigo 79 - Nos casos previstos no artigo anterior:

I - As audiências públicas poderão ser convocadas para instruir dois ou mais projetos de lei relativos à mesma matéria;

publicação da convocação

II - A Mesa obrigar-se-á a promover a publicação da convocação do anúncio da audiência pública, no Diário Oficial do Município e, pelo menos, em um jornal de grande circulação da cidade; *(art.21)*

Artigo 80 - No documento convocatório o presidente indicará a comissão ou as comissões que ficarão encarregadas da efetivação da audiência pública. *(art.27)*

expedição de convites

§ 1º - A comissão ou as comissões indicadas selecionarão para serem ouvidas, as autoridades, os especialistas e pessoas interessadas, cabendo ao presidente da comissão expedir os convites:

§ 2º - Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de diversas correntes de opinião.

prazo para discussão

§ 3º - O autor de projeto ou o convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da comissão, não podendo ser aparteado.

§ 4º - Caso o expositor se desvie do assunto, ou perturbe a ordem dos trabalhos, o presidente da comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto.

§ 5º - A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados se para tal fim tiver obtido consentimento do presidente da comissão.

prazo para interpelação

§ 6º - Os vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 (três) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador internelar qualquer dos presentes.

Artigo 81 - No caso de audiências requeridas por eleitores, o requerimento de eleitores deverá conter nome legível, número do título, zona eleitoral, seção e a assinatura ou impressão digital, se analfabeto;

atas

Artigo 82 - Das reuniões de audiência pública serão lavradas atas, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos, as notas taquigráficas e documentos que os acompanharem.

taquigrafia

Parágrafo único - As notas taquigráficas das audiências públicas serão tomadas a critério da comissão, que poderá requerê-las ou não;

TÍTULO III

DOS VEREADORES

Capítulo I - Dos líderes

Seção I - Dos líderes de bancadas partidárias

Artigo 83 - Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intérprete autorizado das decisões da bancada junto aos órgãos da Câmara.

indicação do líder

§ 1º - Cada representação partidária deverá indicar à Mesa Diretora da Câmara, em documento subscrito pela maioria dos membros da respectiva bancada, antes do início de cada reunião ordinária ou extraordinária, o respectivo líder e vice-líder, adotando-se o mesmo procedimento para as eventuais trocas.

§ 2º - Os líderes serão substituídos nas suas faltas, licenças ou impedimentos, pelos vice-líderes.

§ 3º - É da competência do líder, além de outras atribuições regimentais expressamente conferidas:

a) indicação de membros efetivos de comissão permanente ou especiais e de substitutos nos casos de falta ou impedimento; *(art.55)*

uso da palavra em reunião - pronunciamento

b) o líder poderá usar da palavra, em qualquer fase da reunião, pelo prazo de 10 (dez) minutos, para pronunciamento ou comunicações sobre assuntos relevantes a sua bancada, ou ao partido a que pertence, quando, pela sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento da Câmara;

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
ESTADO DE SÃO PAULO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Presidência da Câmara Municipal de Campinas, de acordo com decisão tomada durante a audiência pública do dia 04 de novembro de 1999, torna público que realizará, no próximo dia 11 de novembro, quinta-feira, às 09h00, no Plenário desta Casa, nova audiência pública, para debater os seguintes projetos, de autoria do Executivo:

PL nº 581/99 que "Altera dispositivos da Lei nº 5626, de 26 de novembro de 1985, que 'Dispõe sobre o Código Tributário Municipal";

PL nº 582/99 que " Altera dispositivos da Lei 9927, de 11 de dezembro de 1998, que 'Dispõe sobre o novo Mapa de Valores de Terrenos do Município de Campinas, valor do m2 de construção, tabelas de descontos sobre o valor do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, tabelas de classificação de imóveis e dá outras providências.";

PL nº 586/99 que "Concede desconto no pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana às entidades voltadas às atividades desportivas, sociais ou recreativas, nas condições que especifica."

PL nº 587/99 que "Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, e de direitos reais incidentes, e dá outras providências.";

Ficam encarregadas da audiência as Comissões de Constituição, Legalidade e Redação; de Finanças e Orçamento; de Administração Pública e Política Urbana e Meio Ambiente.

Campinas, 05 de novembro de 1999

Assessoria

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO SUSTENTADO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

ESTATUTO

Pelo presente instrumento, os municípios representados pelos Prefeitos Municipais, devidamente autorizados por leis municipais específicas, constituem, nos termos da legislação vigente, a **ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO SUSTENTADO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ,** doravante denominada de *AINDRIS-PCJ* que se regerá pelas normas a seguir articuladas.

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Associação Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Integrado Sustentado das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí constitui-se sob a forma jurídica de Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos, regendo-se pelas normas do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente, pelo presente Estatuto e pela regulamentação a ser adotada pelos seus órgãos.

Artigo 2º - Considerar-se-á constituída a Associação tão logo tenham subscrito o presente instrumento o número mínimo de 6 (seis) Municípios, representados por seus Prefeitos, formalmente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Artigo 3º - É facultado o ingresso de novos sócios na Associação, a qualquer momento, o que se fará por Termo de Adesão firmado pelo Presidente da Entidade e pelos Prefeitos dos Municípios que desejarem associar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.

Artigo 4º - A Associação terá sede e foro na cidade de Holambra - SP,

Parágrafo Único - A sede e foro da Associação poderão ser transferidos para outra cidade, de acordo com as normas deste Estatuto.

Artigo 5º - A área de atuação da Associação será formada pelos territórios dos Municípios que a integram, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitadas as autonomias municipais.

Artigo 6º - A Associação terá duração indeterminada.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Artigo 7º - São finalidades da Associação:

I - representar o conjunto dos Municípios que a integram, em assunto de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais;

II - planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a promover, melhorar e controlar o desenvolvimento integrado rural sustentável nos municípios localizados nas Bacias

Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, de criação de fontes de empregos e renda e de apoio à organização e bem estar das comunidades rurais;

III – contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais dos municípios associados, promovendo formas articuladas de planejamento do desenvolvimento integrado rural sustentável, assegurando uma maior integração regional;

IV - desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios Associados.

Parágrafo Único - Para o cumprimento de suas finalidades, a Associação poderá:

a) adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;

b) firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada;

c) prestar serviços de qualquer natureza, de terceiros, remunerados ou não;

d) criar mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle das atividades.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 8º - A Associação terá a seguinte estrutura básica:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho Diretor;

III – Conselho Fiscal;

IV – Secretaria Executiva.

SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 9º - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo, constituído pelos Prefeitos dos municípios associados, ou seus representantes oficiais.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho Diretor.

Artigo 10 - Compete à Assembléia Geral:

I - deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais da Associação;

II - aprovar e modificar o Regimento Interno da Entidade, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;

III - aprovar o plano de atividade, programas de trabalho e as propostas orçamentárias anuais e plurianuais elaborados pela Secretaria Executiva;

IV - definir as políticas patrimonial e financeira e aprovar os programas de investimento da Associação elaborados pela Secretaria Executiva;

V - aprovar a indicação do Secretário Executivo;

VI - aprovar o relatório anual das atividades da Associação, elaborado pela Secretaria Executiva;

VII - apreciar, até 31 de março, as contas do exercício anterior, prestadas pela Secretaria Executiva e analisadas pelo Conselho Fiscal;

VIII - deliberar sobre as formas e valores das contribuições dos municípios associados;

IX - autorizar a alienação dos bens da Associação, bem como seu oferecimento como garantia de operação de crédito;

X - deliberar sobre a exclusão de associados;

XI - propor, apreciar e deliberar sobre propostas de alterações do presente Estatuto e Regimento Interno;

XII - deliberar sobre a mudança da sede;

XIII - indicar e dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

XIV - aprovar o Programa de Reordenação Fundiária.

Artigo 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por, ao menos, 1/3 (um terço) de seus membros, ou pelo Conselho Fiscal, desde que verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO II – DO CONSELHO DIRETOR

Artigo 12 - O Conselho Diretor é o órgão de apoio à Assembléia Geral, constituído por 1 (um) Presidente e por 1 (um) Vice-Presidente.

§ 1º - O Conselho Diretor será presidido pelo Prefeito de um dos municípios associados, eleito pela maioria dos membros da Assembléia Geral, para mandato de 2 (dois) anos, após a apreciação das contas do mandato anterior, permitida uma reeleição.

§ 2º - Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior será escolhido o Vice-Presidente que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

§ 3º - A apreciação das contas e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente será realizada até 31 de março do ano subseqüente ao término do mandato.

Artigo 13 - Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

I - presidir as reuniões e dar voto de qualidade;

II – Indicar o Secretário Executivo, submetendo à aprovação da Assembléia Geral;

III - representar o Associação, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad-judicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Secretário Executivo, mediante decisão da Assembléia Geral;

IV - movimentar, em conjunto com o Secretário Executivo, as contas bancárias e os recursos do Associação, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente.

V - deliberar sobre o quadro de pessoal e remuneração dos empregados,

SEÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 14 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, constituído por 03 (três) membros indicados pela Assembléia Geral

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal terá mandato de 02 (dois) anos, após a apreciação de contas do mandato anterior.

Artigo 15 - Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar permanentemente a contabilidade da Associação;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras da entidade;

III - exercer o controle de gestão e de finalidade da Associação;

IV - emitir parecer sobre o plano de atividade, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos à Assembléia Geral pelo Secretário Executivo;

SEÇÃO IV - DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 16 - A Secretaria Executiva é o órgão executivo constituído por 1 (um) Secretário Executivo e pelo corpo técnico e administrativo.

Artigo 17 - Compete ao Secretário Executivo:

I - responder pela execução das atividades da Associação;

II - propor a estruturação administrativa, o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à aprovação do Conselho Diretor;

III - contratar, enquadrar, promover e demitir empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal;

IV - propor ao Conselho Diretor a cessão de funcionários de outros órgãos e entidades para prestarem serviços à Associação;

V - fornecer à Assembléia Geral, ao Conselho Diretor e ao Conselho Fiscal da Associação as informações que lhe sejam solicitadas;

VI - elaborar plano de atividades, programas de trabalho e a proposta orçamentária anuais e plurianuais, a serem submetidos à Assembléia Geral;

VII - elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais, a serem submetidos à Assembléia Geral;

VIII - elaborar os balancetes para ciência da Assembléia Geral;

IX - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos à Associação;

X - publicar anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios associados, ou no jornal de maior circulação da região, o balanço anual da Associação;

XI - movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Diretor, as contas bancárias e os recursos da Associação;

XII - autorizar compras, dentro dos limites de orçamento aprovado pela Assembléia Geral e fornecimento que estejam de acordo com o plano de atividades aprovado pelo mesmo;

XIII - autenticar livros de atas e de registros próprios da Associação;

XIV - propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e formas de relacionamento com órgãos municipais, estaduais, federais e entidades afins;

XV - elaborar e acompanhar o Plano de Reordenação Fundiária regional, bem como ao projetos de produção agropecuários relativos aos programas e projetos sob sua responsabilidade, os quais serão submetidos à Assembléia Geral;

XVI - assumir as funções, direitos, deveres e competências do Presidente do Conselho Diretor durante o período compreendido entre o início dos mandatos dos novos prefeitos, em 1°. (primeiro) de janeiro até a eleição e posse dos membros do novo Conselho Diretor, cabendo-lhe também conduzir o processo eleitoral.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 18 - O patrimônio da Associação será constituído:

I - pelos bens que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens que lhe forem doados por entidades públicas ou particulares.

Artigo 19 - Constituem recursos financeiros da Associação:

I - a cota de contribuição dos municípios integrantes, aprovada pela Assembléia Geral;

II - a remuneração dos próprios serviços;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;

IV - as rendas de seu patrimônio;

V - os saldos do exercício;

VI - as doações e legados;

VII - o produto da alienação de seus bens;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação de capitais.

§ 1º - A cota de contribuição para funcionamento da Associação – para despesas correntes - será fixada pela Assembléia Geral, até o último dia do mês de junho de cada ano, para vigir no exercício seguinte e será paga mensalmente, até o último dia de cada mês.

§ 2º - Além da cota de contribuição citada no parágrafo anterior, poderá ser fixada a contribuição de participação em programas de trabalhos específicos, aprovados pela Assembléia Geral, no prazo e vigência do parágrafo anterior, e condições de pagamento fixadas no próprio programa.

CAPÍTULO V

DO USO DOS BENS E SERVIÇOS

Artigo 20 - Terão acesso ao uso dos bens e serviços da Associação todos aqueles associados que tenham contribuído para a sua aquisição, sendo que o acesso daqueles que não tenham contribuído dar-se-á nas condições a serem deliberadas pelo Conselho Diretor.

Artigo 21 - Tanto o uso dos bens como o dos serviços serão regulamentados em cada caso, pelo Conselho Diretor.

Artigo 22 - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada membro pode colocar à disposição da Associação os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação que for aprovada pelo Conselho Diretor.

CAPÍTULO VI

DA RETIRADA, EXCLUSÃO E DISSOLUÇÃO

Artigo 23 - Cada associado poderá se retirar a qualquer momento da sociedade, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, cuidando os demais associados de acertar os termos da redistribuição de custos dos planos, programas ou projetos de que participe o retirante.

Artigo 24 - Serão excluídos do quadro social, ouvida a Assembléia Geral, os associados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida à Associação, ou, se incluída, deixar de efetuar o pagamento, sem justificativa, das cotas de contribuição, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos.

Artigo 25 - A Associação somente será extinta, por decisão da Assembléia Geral, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim e pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Artigo 26 - Em caso de extinção, os bens e recursos da Associação, após a liquidação de compromissos assumidos reverterão à entidade congênere reconhecida como associação de direito privado e sem fins lucrativos, na mesma região de atuação, para ser aplicada nas mesmas finalidades da Associação dissolvida.

Parágrafo Único - Os associados que participem de um investimento, que o entendam indiviso, poderão optar pela reversão a apenas um deles, escolhido mediante sorteio ou conforme for aprovado pelo Conselho Diretor.

Artigo 27 - Aplicam-se as hipóteses do artigo anterior aos casos de encerramento de determinada atividade da Associação, cujos investimentos se tornem ociosos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 28 - Os Estatutos da Associação somente poderão ser alterados pelos votos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Assembléia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Artigo 29 - Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros da Assembléia Geral.

Artigo 30 - Havendo consenso entre os membros, as eleições e demais deliberações dos Conselhos poderão ser efetivadas através de aclamação.

Artigo 31 - A cota de contribuição dos associados, para o primeiro exercício, será fixada na mesma reunião em que forem eleitos o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Diretor.

Artigo 32 - Os municípios associados respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela entidade.

Parágrafo Único - Os membros da Associação não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da entidade, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

Artigo 33 - O primeiro exercício social da Associação encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2.002.

Artigo 34 - Os associados se obrigam a incluir nos respectivos orçamentos os recursos necessários para satisfazer as obrigações estabelecidas pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Para o exercício de 2.001, os associados comprometem-se a providenciar a abertura de crédito adicional especial, para os efeitos previstos no "caput" deste artigo.

Artigo 35 - A Assembléia Geral promoverá o registro do presente instrumento junto ao Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, na cidade de sua sede, para que a Associação adquira personalidade jurídica.

Holambra – SP, ___ de _____ de 2.001.

_____

Presidente Eleito da Associação
Gestão 2001-2002

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - Tels. (019) 3802-1321 - 3802-1322
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Ofício Especial *Holambra, 03 de Maio de 2001.*

Prezado(a) Senhor(a):

Foi instituido em nosso calendário oficial o "Koninginnedag", ou seja " O Dia da Rainha ".

Esse dia é comemorado desde o início do século na Holanda e buscando preservar as raízes holandesas que caracterizam a nossa cidade, é que foi instituido em Holambra.

Estamos convidando você e sua família, para participar no dia 05 de Maio de 2001, às 9:30 horas, em frente a Prefeitura Municipal, das festividades que serão realizadas nesse dia.

Não deixe de comparecer, a sua presença é fundamental.

Atenciosamente

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

"XXXIII PROGRAMA BRASÍLIA/MIAMI DE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
O SISTEMA ESCOLAR, O SISTEMA DE CASAS POPULARES, O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, O SISTEMA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, O SISTEMA DE OBRAS PÚBLICAS, O SISTEMA DE LIMPEZA URBANA, O SISTEMA DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS, O SISTEMA LEGISLATIVO, O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO, E O SISTEMA DE MEIO AMBIENTE"

Brazil - USA

APOIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DA GRANDE MIAMI/EUA
Miami – Dade County – Flórida
III N. W. FIRST STREET, 29 TH FLOOR
MIAMI FLORIDA – 33.128

APOIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIAMI/EUA
Miami City Hall
3500 PAN AMERICAN DRIVE
Miami – Florida – 33.133-0708

Brazil - USA

APOIO:
CÂMARA DE COMÉRCIO LATINA AMERICANA DOS ESTADOS UNIDOS –CAMACOL
1417 N.W. FLAGLER STREET – MIAMI / EUA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
Presidente de Camara
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825000 - Holambra - SP

Brasília/DF, 12 de Junho de 2001

CONVITE

Excelentíssimo(a) Senhor(a)

Temos a honra de dirigirmo-nos a V. Exa. para lhe convidar a participar do "XXXIII PROGRAMA BRASÍLIA/MIAMI DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O SISTEMA ESCOLAR, O SISTEMA DE CASAS POPULARES, O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, O SISTEMA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, O SISTEMA DE OBRAS PÚBLICAS, O SISTEMA DE LIMPEZA URBANA, O SISTEMA DE JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS, O SISTEMA LEGISLATIVO, O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO E O SISTEMA DE MEIO AMBIENTE, que faremos realizar em Miami/EUA, de 17 a 21 de Setembro de 2001.

REMODELE SUA CIDADE: Mude a aparência de sua Rua, de seu Bairro e de sua Cidade. Participe do Programa Brasília/Miami e leve consigo os Secretários de Administração, Educação, Habitação, Segurança, Orçamento e Finanças, Obras Públicas, Limpeza Urbana, Justiça, Sistema Legislativo, Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Além dos Assuntos do Curso, poderemos ter Assistência Técnica no que se refere ao Planejamento Urbano.

Mais de 1600 Autoridades Brasileiras, entre Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, Secretários de Estado, Conselheiros e Presidentes de Tribunais de Contas, Desembargadores e Presidentes de Tribunais de Justiça, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, Diretores e Presidentes de Empresas Públicas e Privadas e Assessores do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais, entre outros, já participaram desse importante Evento.

Em se tratando de um Programa apoiado pelo Governo Municipal de Miami-Dade County-Miami/EUA, Prefeitura Municipal de Miami/EUA e Autoridades Brasileiras, com participação de várias Autoridades Norte Americanas, solicitamos a Vossa Excelência se digne Selecionar e Indicar três membros deste Órgão para participarem do programa nos Estados Unidos.

Para outros detalhes, caso queira, pode manter contatos com as Autoridades Ex-participantes que estão colaborando amigavelmente e sem nenhum interesse econômico ou financeiro, com o Programa: SR. Deputado Federal Francisco de Assis Rodrigues/Câmara dos Deputados, Gabinete 304/ Fone: (61) 318.5304 / 318.3304 – Brasília/DF. Com o SR. Deputado Adelor F. Vieira/ Assembléia Legislativa – Gabinete 315/ Fone: (48) 221.2638/ 982.3175 – Florianópolis/SC. Com o SR. Deputado Maurício Picarelli/ Assembléia Legislativa – Fone: (67) 726.4292 / 789.6283 – Campo Grande/MS. Com DR. Paulo Titan – Ex-Deputado Federal/Prefeito – Fone: (91) 721.1445 – ramal 202 – Prefeitura Municipal de Castanhal/PA ou com as demais autoridades ex-participantes relacionadas no documento que segue anexo.

A PARTIR DE MAIO DE 2001 OS CURSOS ESTÃO DIVIDIDOS EM DUAS PARTES: UMA PARTE TEÓRICA E UMA PARTE PRÁTICA./VISITAS PROFISSIONAIS.

Outrossim, o Curso está montado para 40 pessoas e só será realizado com o mínimo de 30 participantes. Não é necessário saber falar Inglês. O Curso será dado em Espanhol. Todos entendemos bem.

Considerando a Excelência deste Trabalho que já existe há 24 anos e chega agora ao Curso nº XXXIII e sua real importância para o Brasil, para sua Cidade e para os Participantes em si. estamos certos que V. Exa. se fará presente ou mandará representantes. Nem só temos mais de 24 anos de existência, como também temos o reconhecimento e recomendações de uma gama enorme de Autoridades de Tribunais de Contas, Deputados e demais Autoridades de ponta a ponta do País.

PROCURE UMA AGÊNCIA DE VIAGEM E TRATE URGENTE DE SUA PASSAGEM E DE SEU VISTO. O SISTEMA DE VISTOS NOS CONSULADOS MUDOU. É PRECISO TELEFONAR, MARCAR A ENTREVISTA E RECEBER A SENHA COM 40, 50 A 60 DIAS DE ANTECEDÊNCIA. FONE: (0XX 11) 3347-3110

Atenciosamente,

DR. ALMIR LIMA - Psicólogo Clínico / Coordenador Geral
"PROGRAMA BRASÍLIA/MIAMI"
Fone/Fax: (61) 272.3816 / Celular: (61) 9987.1745 e 9959-0282.
CAIXA POSTAL N.º 09924 – Agência Central
End.: SCLN 211 – BLOCO 'C' - 202 - CEP: 70.865-530 – Brasília/DF

PROGRAMAÇÃO DO CURSO:

17 DE SETEMBRO DE 2001	18 DE SETEMBRO DE 2001	19 DE SETEMBRO 2001	20 DE SETEMBRO DE 2001	21 DE SETEMBRO 2001
09:00 Organização Administrativa Maria de La Milera 10:00 Uma Visão Moderna na Administração Pública Sara Gomes Vallazza 11:00 O Sistema de Orçamento e Finanças/Hugo Salazar – Vice-Diretor/Hector Cuenca Contador and Guest Speaker 12:00 Lunch/ almoço 13:30 O SISTEMA ESCOLAR O Sistema de Escolas Públicas Maria A. Santanamaria/ Supervisora de Assuntos Latinos 14:30 Visitas Técnicas e de Trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema Escolar Americano. 17:30 Fim das Atividades e retorno ao Hotel.	09:00 Departamento de Polícia de Miami/EUA O Sistema de Segurança Pública, Major Noel A. Rojas – Commander/Capitan Roman A. Martinez-Deputy Commander. 10:30 Visitas Técnicas e de Trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema de Segurança Pública de Miami/EUA 12:00 Lunch/almoço 13:30 O Sistema de Meio Ambiente/ Arturo D. Bolivar - Engenheiro 15:00 Visistas Técnicas e de Trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema de Meio Ambiente 17:30 Fim das atividades e retorno ao Hotel.	09:00 O Sistema de Obras Públicas/ Edgardo Diaz- Engenheiro Octavio Marin – Engenheiro Elio Rojas Community Liaison and Guest Speaker. 10:30 Visitas técnicas e de trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema de Obras Públicas de Miami Dade County. 12:00 Lunch/almoço 13:30 O Sistema de Limpeza Urbana/ Department of Sold Waste Management/ German Hernandez – Gerente. 16:30 Visitas Técnicas e de trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema de Limpeza Urbana de Miami Dade County/EUA 17:30 Fim das atividades e retorno ao Hotel.	09:00 O Sistema de Justiça dos Estados Unidos/ Michael J. Samuels/Juiz/ José F. Caragol/ Advogado. 10:30 Visitas Técnicas e de trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema de Justiça dos Estados Unidos. 12:00 Lunch/ almoço 13:30 O Sistema Legislativo/ Annie Bettancourt/ Deputada and Guest Speaker. 14:30 Visitas Técnicas e de trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema Legislativo. 17:00 Fim das atividades e retorno ao Hotel.	09:00 O Sistema de Planejamento Urbano/ José F. Casanova/ Arquiteto Especialista em Planejamento Urbano. 10:30 Visitas Técnicas e de trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema de Planejamento Urbano de Miami/EUA 12:00 Lunch/ almoço 13:30 O Sistema de Casas Populares HUD/Sistema de Moradias Populares - Maria Lamela – Auditora Chefe 14:30 Visitas Técnicas e de Trabalho In-loco para Conhecimento do Sistema Habitacional Popular de Miami Dade County e dos Estados Unidos. 17:00 Entrega dos diplomas e Certificados, fim das atividades e retorno ao Hotel.

FINANCIAMENTO: **O participante pagará tudo financiado em 03 pagamentos. Assim distribuídos: 1º) US$ 433,00 em 12 DE JUNHO; 2º) US$ 433,00 em 12 DE JULHO e 3º) US$ 433,00 em 12 DE AGOSTO, último prazo. TOTALIZANDO: US$ 1.299,00**. Nestes valores estão incluídos: o Curso, Material Escolar, Transportes Diário em Miami/EUA e a **Hospedagem no Hotel Everglades ou Mariana Park**. Todos os dois são Excelentes Hotéis e estão no centro de Miami/EUA e em frente ao Bay Side. **As remessas devem ser enviadas em nome de DR. ALMIR LIMA, Conta Corrente nº 51.297/4 – Banco do Brasil – Agência 1230-0 – Setor Comercial Sul – Brasília/DF**.

XXXIII PROGRAMA BRASÍLIA/MIAMI/ TELEFONES DE ALGUNS DOS DEPUTADOS, SECRETÁRIOS DE ESTADO, CONSELHEIROS, PREFEITOS E VEREADORES EX-PARTICIPANTES. TOTAL: SÃO MAIS DE 1500

Brazil - USA.

Brazil - USA.

QUALQUER DÚVIDA CONSULTE A LISTA OU A TELEFONISTA

ACRE
Valmir Gomes Ribeiro
Cons.Tribunal de Contas
F.: (68) 226.2013/ 226.3660
Carlos A. S. de Melo/Vereador
F.: 224.3548/224.7172
João Luiz Angelin/ Vereador
F. 224.6424/224.9824
Antônio Fernando J.R.C.Malheiro
/Conselheiro Tribunal de Contas
F.: (68) 226.1035/220.1781

ALAGOAS
Otávio Lessa de Geraldo Santos/
Secret.de Estado
F.: (82) 221.0408/336.2666
Humberto de Souza Lima
Dir.Instituto Meio Ambiente de AL
F.: 221.8683/3582360
Vanilo Soares da Silva/Médico
F.: 279.1333/ 241.5641

AMAZONAS
Dra.Amazonina T de Souza –
Médica 232.7846/238.1145 (AM)
Afrânio de Melo Lins –Médico F.:
(92) 982.0341/236.2639/236.1196

AMAPÁ
Nilde Ceciliano Santiago/Dep.Est
Francisco M. de S Júnior/Dep.Est
F.: 223.4883
Airton Quaresma de Oliveira
/Empresário/R.S.José, 1066
68.900-970- Macapá/AP

BAHIA
Carlos H M da Silva/Prefeito
F.429.1221 /429.1320 /Conde/BA
Murilo C Cavalcanti –Prefeito – F.
422.1553/422.2191 /
Alagoinhas/BA
Liliane Accioly Moacyr /Vereadora
Porto Seguro / BA
F.: 288.2481/ 985.4554
Dirley da Cunha Borges/V.Pref.
F.: 811.2171 /811.2967/Juazeiro
Aziel Borges de Almeida –Médico
F.: 483.1017/483.1318 –Santa
Maria da Vitória -BA

BRASÍLIA/DF
Francisco de A Rodrigues/D.Fed
F.: (61) 318.5304/318.3304
Wasny Nakle de Roure/Dep.Est
F.: (61) 348.8180/368.2155
Wilson F. Lima/Drp.Est.
F: (61)348.8051/484.2932
Lúcia H de Carvalho/Dep.Est
F.: (61) 348.8000
Manoel Paulo de A . Neto/ Sec.
De Estado de Administração DF
F.: (61) 556.4562
Peniel Pacheco/ Dep.Estad.
F.: (61) 381.6220
Maria Cristina de Castro Marins
Diplomata –Min.Relações Exter.
F.: 211.6315 / 349.0120
Manuel F. Dinis/Adido Embaixada
de Angola no Brasil/ F.:248.2915/
248.4489./ 70488900-DF
Manoel de Souza L.Neto/Sub-
Secretário de Est./Min.Ind.Com.
f.: 325.2156 / 325.2157
70.660-900 – Brasília/DF
Rodrigo Pena Barbosa/ Chefe
AssParl.Min.Ind.e Com. /Gab.Min
F: 325.2222 /346.2747

CEARÁ
Tomaz Antônio Brandão
Dep.EstadualF.:(85)277.2642/277
.2643/981.8085 -Fortaleza
José do C da S Marinho/Prefeito
F.: 342.0133 - Caucaia
Fabiola A de Biscuccial/ Dep Est
F.: (85) 277.2570 /265.7126
Francisco Gilson Viana Martins/
Desemb Trib.J. (85)216.2541
João de Deus Barros Bringel/
Desembargador (85)216.2544
Francisco O . Lopes/Contador
F.: 85)371.9190/821.2296

ESPÍRITO SANTO
Devair Ferreira Paiva / Vereador
Câm.Mun./F.⊗027745.3122 e
9917-2420 /Alto Rio Novo/ES
Jesus dos P Vaz /Pref. Mun
F.L 343.0502/226.5396/Cariacica
Walter L D Bernardina/Médico
F.> 722.5533/721.0948/Colatina
Wilson Hease /Dep. Federal
F.: 226.1164 /Pancas/ES

GOIÁS
Nilza de Brito Lemes Souza
Sec. de Obras de Ituporanga/GO
Prefeitura Munic. –Fones: (062)
278-3673 e 9948-3912 –
74-001-970 – Goiania/GO
Augusto Brandão Cunha/Sup. De
Admin.e Fin. Sec.de Est. De
Transp. e Obras Públicas
F.(62) 223.2454/214.3308.
Vera Lúcia Fonseca Pereira/
Técnica de Planejam.(Goiânia)
F.: 271.2911/ 225.1086
Domingos Peixoto Neto/Pref.
Prefeitura Munic. Nova Veneza
F.: 356.1120 / 356.1100
José Maria Remigio Moreira –
Médico Hospital Municipal
São Miguel do Araguaia/GO
F. 774.1614 /774.1321
Calvina Rosa de Lima /Médica
Organiz.Voluntária do Est.GO
F.: 233.9718 – Goiânia/GO

MARANHÃO
José Marcolino Júnior /Vice-Pref.
F: 661.1399 /661.1416 –Codó
José Mário A .de Souza/ Dep.
Est. –Assembléia Legislativa
F.: 232.7844 /S.Luiz-MA
João M e S Bentivi/ Méd/Ver.CM
F.: 231.5161/ 232.0123 –S.Luiz
André P D'Albuquerque/Médico
F.: 721.1510/ 721.0094/Imperatriz
Nilma C.F.D'Albuquerque/Advog.
F.721.1010/721.0094/Imperatriz
Rubem M de Brito/S.Infra-Est.PM
F.: (98) 371.9240 /296.1175

MATO GROSSO
Flávio Roberto Zeni/Vereador
F.782.1522/782.1232/C.N.Parecis
Edezio Ribeiro da Silva
Sub-Secretário de Estado -F.:
(65) 644.2272/626.3442/Cuiabá
Mônica M.de Oliveira/Professora
SEDUC/F.: (65) 624.8050
Marli Dambroz/Sant[illegible]ista
F.: 732.1130/732.1138

MATO GROSSO DO SUL
Maurício Picarelli
Dep. Estadual /Campo Grande
F.:(67)726.4292/ 789.6283
Horácio Cerzózimo de Souza /
Conselheiro Tribunal de Contas I
F.:(67) 761.2186/382.1339/C.G.
Félix Balaniuc/Advogado
F. 751.1585/921.7771/C.Grande

MINAS GERAIS
Mario Cezar Rosa dos Santos
Presidente – Câmara Municipal –
Fone: 32-44-1235 e 32-44-1301
– Galiléia/MG
Geraldo Malta da Silva
Presidente – Câmara Municipal
Fone: 033-246197
– Entre Folhas – MG
Johniston Fernandes Soares
Secretário Municipal de
Educação – Prefeitura Municipal
Fone: 033-55-1105/3355-1254
– IAPU/MG
Arnaldo Prata / Vereador –
Advogado/ Fone:3573-1362
Rua Nelio Raimundo, 63
Centro/36.170-000/Pirauba
Antônio L.Rosa de Lima
Consultor Municipal
F.: 295.6615/295.6680/ B.H.
Adelmo Carneiro Leão/Dep.Est.
R.Rodrigues Caldas,30/BH
Marcelo Cece Vasconcelos/Pref.
F.: (31) 921.6848 (Sete Lagoas)
Ivair Nogueira Pinho/Prefeito
F.: (31) 531.1646 (Betim)
Juvelina Pereira Monroe Ferreira
Adv./F. (31)462.1300/462.1100
Júlio César Elias Cardoso/Pref.
F. (31) 831.2288/831.1760
Antônio Júlio de Farias/Dep.Est.
R.Rodrigues Caldas,30-BH
Benedito R. Reno Bene Guedes
Dep.Estadual/R.Rod.Caldas,30
Roberto Vieira de Carvalho/Dep.
Estadual/ R.Rodrigues Caldas,30
Irenilda Alves Pedrete/Secret. M.
De Educação/ (33)243.1242/
243.1342 –Central de Minas/MG
Paulo Ribeiro de Aquino/Vice-
Prefeito –Galiléia/MG
F.: 244.1386 / 244.1352
Sérgio Daltro Coutinho/Pres.Câm
Municipal/BH –F. 485.1105/
375.2494/Belo Horizonte

PARÁ
Paulo Titan/Prefeito -Castanhal
F: (91)721.1445/ramal 202
Rufino Franco de Leão Filho /
Prefeito.F91-225.3650/225.3309
Pedro Paulo e Souza/ Delegado
F: 241.4186/ 226.3395
Maria do Socorro Simões Bitar/
Médica. F: 222.7692/248.1275
Maria de Nazaré M.Pereira Filha/
Engenheira.
F:224.9955/223.0956

PARAÍBA
Severino de Assis Júnior/ Vice-
Prefeito (83)246.3526 –J. P.
Nadja Ma.Patricio de Araújo/Méd.
F: 231.2400/ 231.1037/João Pes.
Eronildes Ferreira dos Santos/
Vereador F: 232.839/ 232.1163
Helenita Afonso Vigolvino
/Médica F: 321.3696
Valéria de Castro Costa Barros/
Sup.de T./C.Gr.F: 322.6415
Almiro de Sá Ferreira/Ass. Dep
F: 226.5598 – João Pessoa.
Marcos Odilon Ribeiro Coutinho/
Prefeito Prefeitura Mun.Sta.Rita
F: 226.1307

PARANÁ
Hugo Berti – Prefeito
Prefeitura Municipal
Fone: 44-532-1504
87370-000 – Moreira Sales/PR
Milton da Silva
Vereador
Câmara Municipal
Fone: 636.1131 e 636.1802
87540-000 – Pérola/PR
Mauro S.T.Rocha / Procurador
Jurídico do Município
F: 335.10.23/ 91.07.0088
Curitiba/PR
Henrique Naigeboren/Com T.C.
F.: (43) 254.7044/ 222.7610
João C. Deroso/Vereador/Curitiba
F: (41) 225.7332/246.1478
Frederico M. Guimarães/Veread.
F. 72.1536/72.1016/Telemaco
Borba
José f. Iucksch/Médico/São João
F.533.1266/533.1147

PERNAMBUCO
Roberto de Oliveira Liberato
Deputado Estadual
As..Leg./F.:321.7225 e 331.1195
500.50-010 – Recife/PE
Francisco de A D Filho-Contador
F: 831.1841- Serra Talhada
Joel de B. M. Júnior/PrefeitoP.M.
Itamaracá. F:544.1330/544.1353
Jurandir B.Lins/Pref.P.M.Igaraçú
Ivandro A Maciel / Médico
F: 221.0044/231.1203
Durvalino And./Adv. 339.1466/

PIAUÍ
Fernando M. de Souza/Médico
F: 232.1622 /Terezina
Raimundo A C. de Aragão/Pref.
Paulo A L Gonçalves/Vereador
Cézar R. Melo/Prefeito C.Maior

RIO DE JANEIRO
Maria A G de S Loureiro /Dep.Est
F:533.9172/588.1000/588.9127
Rosa M O F. da Silva/Vereadora
F. (21)277.4141/
Ramal 4167/4168
Gerson Bergher /Vereador
F: (21) 220.7642/551.3204
Antônio P de S.I.. da Silva/Veread
F.: (21) 220.7033/543.3105
Josely F de Siqueira/Prefeito
F: 866.1115/866.1106 S.J.Ubá
Maurício B Papelbaum/Prefeito
F:554.1221/554.1204/Macucu
Andréia A Zito /deput.
F.: (21) 533.7580/ 671.5335
Armando J.T.Ferreira/Dep.Est.
F.: (21) 588.1324/ 9969.4075
Tânia R. P. Rodrigues/Dep.Est.
F.: (21) 588.1227/615.2212
Alessandro A.Calazans/Dep Est.
F.: (21) 533.7230/ 791.1721
Washington R de Oliveira/D.Est
F.: (21) 533.4468 /679.1433
Carlos A de A Siqueira/Engº
F: 233.2966/ 491.3695
Pedro P F de Mendonça/Cons.
Téc. UERJ 587.7519/ 611.2122
Bianca Regina Belém Gaspar
Ass.Parlam.Dep.Wolney Trindade
Ass.Leg.F.:533-0150 e9911-1661
22001970- Rio de Janeiro/RJ

RIO GRANDE DO NORTE
Solange M. Pereira/Médica/Natal
F. 221.2467/ 218.2149
Sebastião A de Medeiros/Chefe
Gab. PM. 972.1624/321.5664
Flávio M dos Santos/ Pref.P.M.
Parnamerin.
F.272.2121/2722354
José Nilson Rodrigues/S.M.F.
F. 321.2495 –Mossoró
Armando Tavares /Assess.Munic
João Câmara –F:262.2075

RIO GRANDE DO SUL
Celso L Martins /Prefeito
F: 653.1067 /Taquari
José Orlando J Rojas/Médico
F: 313.3333 R. 150/ Ernestina
Paulo R C Abrahão/ Médico
F. 741.2441 P.do Sobrado
Marco A C Pereira /Prefeito P.M.
Camaquã. F:2536 via telefonista
Marco A dos Santos/ Sec.M.Adm.
F. 599.1144/599.3209 /Sapiranga

RONDÔNIA
Otino A Freitas/Médico /P.Velho
F. 221.7790 /222.2140
José B de Lima/Cons.Trib Contas
F. 221.5783/ 221.9177
Reginaldo Monteiro/Prefeito
Pimenta Bueno/ Cep 78.964.000
Estenelau Gasparoto /Sec.Faz.
F. 461.2690/ 461.2499
Paulo R Chieza/Vice-Pref. P.M.
F.451.2936/451.2273/Pi.Bueno

RORAIMA
Raul P de M Neto/Dep./Boa Vista
- F. 623.1301
Reinaldo FN Filho/Cons.T.Contas
623.1806 / Boa Vista
Helder T Grossi/Dep. /Boa Vista
F. 224.4496/224.1507
Célio R. Wanderley /Dep./Boa V.
F. 224.3688/226.1396
Urzeni da Rocha F.F./Deputado
F. 623.1301/ 224.8088
Jalser Renier Padilha /Dep.
F. 633.1516/ 224.1334

SANTA CATARINA
Adelor F. Vieira/ Dep.Estadual
F: 221.2638/982.3175 Florian.
Nilson Gonçalves de Souza –
Deputado Estadual – Assembl.
Legis. - F.:221.2798/228.1808
88020-900 – Florianópolis/SC
Clésio Salvaro–Dep.Estadual
Ass.Leg- F.:221.2775/433.1543
88020-900 – Florianópolis/SC
Odete de J.Prestes do Nascim.
D.Est./Ass.Leg. F.:221.2686 e
9961-2115 – 88020900-Flor./SC
Léo Rosa de Andrade–Vereador
Câm.M./F.:6220126/91869986
88701970 – Tubarão/SC
José Luiz Tancredo –Sec.Mun.
Plan. – Prefeitura Municipal
F.: 48-626-0788/6262777
87701970 – Tubarão/SC
Enio Osmar Casemiro –Sec.M.
Obras –P.M.- F.: 47-341-6010
88300000 – Itajaí - SC
Hilmar Rubens Hertel/Prefeito
F.: (47) 374.1191
Gilmar Knaesel/Dep.Est.
F.221.2632/387.0939/Florianóp.
Francisco de A Nunes/Dep. Est.
F.221.2696/435.1546/Florianóp.
Neodi Saretta/Dep.Est.
F. 221.2705/234.4598/Florianóp.
Jaime Mantelli /Dep.Est.
F. 221.2729/982.3188/Florianóp.
Wilson R Wan-Dall/ Dep.Est.
F. 221.2635 /Florianópolis
Arlindo A de Franceshi /Presid.
Câm.Mun.
F. 22.51.59/Blumenau
Pedro B Neto /Dep. Est./Florian.
F. 221.2601/ 234.6556
Valmir F. Comin/ Dep. Est.
F.: (48)221.2676/ 222.3278

SÃO PAULO
Jerônimo F da Silva/Vereador
F.: (19) 865.3535/Hortolândia
Aristides O R de Andrade /Pref
F: 424.2224/Santana do
Parnaíba
Antônio J Trinca/Vice-Prefeito
F:834.9002/894.6035/Indaiatuba
Milton Álvaro Serafim/Prefeito
F.: 870.25.00 /Vinhedo
João Paulo Ismael/Prefeito
F:62.1270 /62.2139/Campos do
Jordão
Luiz Olinto Tortorello/Prefeito
F: 4233.7400/441.4472/São
Caitano do Sul
Antônio R. Denardi/Chefe de
Gabinete/Sec.Est.da Cultura SP
F: 222.4541/ 877.5588
Carol A G Corrêa /Assessora de
Imprensa/Sec.Mun.de Obras
F:215.4622 / 542.4580/S.Paulo

SERGIPE
Rubens Feitosa Melo – Prefeito
Pref.Mun.F.:314.1220/314.1291
49870000 – Itabi/ SE
Virgilio J de C Neto/Secretário
De Estado/ Gov. do Estado
F. 224.6185/ 217.5845/Aracajú
Hélio Sobral Leite /Prefeito
Japaratuba
F. 272.1240/ 272.1226
José Silvio Monteiro/ Vereador
F. 224.8536/ 224.8861/Aracajú
Joséberto T. de Vasconcelos
Sec. Administ. E Finanças
F. 222.2728 / 231.0271/Aracajú

TOCANTINS
José Ribamar Menezes
Conselh/Presid –Trib.de Contas
Cep. 77.001.970 - Palmas/TO
Edmilson Dantas / Diretor Fin.
F. 215.3005/Assemb.Legislativa
Palmas/TO

DR. ALMIR LIMA / Coordenador.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

CONVITE A POPULAÇÃO

É com imenso prazer que convidamos Vossa Senhoria, para participar da Sessão da Câmara Itinerante, a realizar-se aos 20 de junho de 2001, às 20:00 horas, na Casa do Trabalhador Rural no Bairro Pinhalzinho.

O objetivo da Câmara Itinerante é de levar para mais perto da população as ações do Legislativo.

Sua presença é de suma importância para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Certos de podermos contar com a sua presença, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Marcel D. Souza Campos
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CNPJ 67.172.312/0001-53

CONVITE A POPULAÇÃO

É com imenso prazer que convidamos Vossa Senhoria, para participar da Sessão da Câmara Itinerante, a realizar-se aos 20 de junho de 2001, às 20:00 horas, na Casa do Trabalhador Rural no Bairro Pinhalzinho.

O objetivo da Câmara Itinerante é de levar para mais perto da população as ações do Legislativo.

Sua presença é de suma importância para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Certos de podermos contar com a sua presença, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Marcel D. Souza Campos
Presidente

C M D U

Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Estância Turística de Holambra

Ofício n.º 004/2001-02-22.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O CMDU vem através deste , encaminhar proposta da redação final do Projeto de Lei que regulamenta o Código de Obras deste município, elaborada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, estando a listagem dos participantes em anexo.

A dedicação e empenho do grupo foi imensa, artigo por artigo discutido , analisado, até chegar ao consenso geral do grupo.

Esperando atender às expectativas de Vossa Senhoria, colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

Sendo o que nos cabe no momento, subscrevemo-nos cordialmente.

Em nome do CMDU
Antonio J.G. Hulshof
Presidente.

Excelentíssimo Senhor,
Marcel de Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra – SP.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 02609/01
Fls. Nº 91 Livro Nº 009
Data 05 /03 /2001
Secretaria

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE

INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Holambra aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares - Objetivos e abrangência

Artigo 1º - Toda e qualquer construção, reforma e ampliação de edifícios, efetuada por particulares ou entidade pública, a qualquer título, é regulada pela presente Lei, obedecidas as normas federais e estaduais relativas à matéria.

Artigo 2º - Esta Lei tem como objetivos:

a) orientar os projetos e a execução de edificações no Município;
b) assegurar a observância, ou promover as melhoria dos padrões de habitabilidade, no tocante à segurança, higiene, salubridade e conforto de todas as edificações tanto públicas como particulares, situadas dentro do seu território;
c) Disciplinar as atividades de licenciamento, utilização e manutenção das obras e edificações, tanto as de promoção privada quanto pública, bem como as mudanças de uso a elas relacionadas.

Artigo 3º - Os projetos deverão estar de acordo com esta Lei, devendo suas disposições serem utilizadas em complemento às exigências da LUOS, de Controle Ambiental e ainda com as regras estabelecidas pelo Plano Diretor Físico do Município.

CAPÍTULO II

Das definições

Artigo 4º-Terminologia: - Para melhor compreensão e maior clareza na aplicação das disposições deste Código, seguem relacionados os termos aqui empregados e sua significação:

Alinhamento: a linha divisória entre lote e logradouro público;

Andar: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o nível do pavimento e o nível superior de sua cobertura.

Área construída: área total coberta compreendendo-se a soma das áreas de todos os pavimentos de uma edificação. Serão excluídas da área construída, a área de poços e vazios em geral. A área do poço do elevador, bem como de qualquer equipamento mecânico de transporte vertical, será considerada no cálculo da área construída de um único andar. Não serão considerados os beirais com até 1,00 (um) metro de extensão.

Área comum: é o espaço de uso comum aos moradores de uma habitação coletiva, destinado a acessos, lazer e serviços;

Área ocupada: a projeção, em plano horizontal, da área construída situada acima do nível do solo;

Área total: é a soma da área útil e a área comum nas habitações de uso coletivo;

Área útil: é o espaço interno de uma edificação, considerado de uso privativo do proprietário;

Ático: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar casa de máquinas, piso técnico de elevadores, caixas d'água e circulação vertical.

Coroamento: elemento de vedação destinado a envolver espacialmente o ático.

Declividade: a relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal;

Demolição: derrubamento parcial ou total de uma edificação ou de bloco de um conjunto;

Dependência de uso comum: compartimento ou conjunto de compartimentos e instalações da edificação, que poderão ser utilizadas em comum por usuários de duas ou mais unidades autônomas, ou pela totalidade dos usuários da edificação;

Desmembramento: é a subdivisão de uma gleba em duas ou mais, sem abertura de novas ruas ou prolongamento das já existentes, ou obstrução do sistema viário;

Edificação: obra destinada a abrigar atividade humana, qualquer instalação, equipamento ou material, podendo ser:

a) edificação permanente: aquela de caráter duradouro, tais como residência, comércio, indústria;
b) edificação transitória: aquela de caráter não permamente, passível de montagem, desmontagem e transporte, tais como circos, parques de diversão, galpões infláveis, arquibancadas.

Edificação principal: é a edificação para uso próprio ou de terceiros, de acordo com a destinação dada ao lote pelo zoneamento urbano, podendo ser ela residencial, comercial, industrial, recreativa ou institucional.

Edificação secundária ou complementar: é a edificação dentro do lote, que complemente funcionalmente a edificação principal, como lavanderia, dependências de empregada, casa de caseiro, garagem, depósito, churrasqueira, salão de festas, portaria, guarita, cabina de força, caixa d'água.

Equipamento: elemento destinado a guamecer ou complementar uma edificação, integrando-se a esta, podendo ser:

a) equipamento permanente: aquele de caráter duradouro ou imprescindível à edificação, como elevador, escada rolante, esteira transportadora, ponte rolante central de ar condicionado, caldeira, transformador, cabina de força, balança de pesagem de veículos, tanques e reservatórios de armazenagem, conjuntos ou aparelhos de lubrificação ou lavagem de veículos;
b) equipamento transitório: aquele de caráter não permanente, ou prescindível à edificação, passível de montagem desmontagem e transporte, que represente risco potencial à segurança do usuário, como elevadores e guindastes utilizados em obra, equipamentos de parque de diversões.

Índice de aproveitamento: é a relação entre a soma das áreas construídas sobre um terreno e a área desse mesmo terreno;

Logradouro público: toda parcela de território de propriedade pública e de uso comum da população;

Lote urbano: terreno resultante de parcelamento do solo para fins urbanos e registrado como lote edificável;

Mobiliário: elemento construtivo não enquadrado como edificação ou equipamento, passível de montagem, desmontagem e transporte, como caixas automáticas bancárias, quiosques ou trailers para venda de lanches, bancas de jornal, bancas de flores, ponto de ônibus, cabina telefônica, lixeira, bancos de praça.

Mezanino: piso intermediário de um compartimento e com acesso interno entre eles.

Movimento de terra: modificação do perfil do terreno, que implique alteração topográfica.

Muro de arrimo: muro destinado a suportar desnível do terreno.

Obra: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique a alteração de seu estado físico anterior.

Obra emergencial: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel.

Passeio ou calçada: parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres;

Pavimento: conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, numa edificação;

Pé-direito: distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento;

Perfil do terreno: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serve de base para a elaboração do projeto e/ou constatação da realidade e visualização da conformação do terreno.

Recuo: distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

Reforma : alteração das características originais de uma edificação, sendo ainda permitida a supressão ou acréscimo de área, bem como a mudança de uso, desde que as alterações efetuadas ocorram em concordância com a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Saliência: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou aposto em edificação ou muro.

Salubridade: condição que uma edificação deve proporcionar, a fim de garantir a saúde de seus ocupantes, por meios adequados de ventilação, iluminação e conforto térmico e acústico.

Sótão: espaço localizado entre o forro e a cobertura, com pé-direito variável e reduzido.

Taxa de ocupação: a porcentagem obtida pela relação entre a projeção horizontal da área coberta constituída e a área total do terreno;

Telheiro: cobertura de telhas, sustentada por algum tipo de apoio, não havendo paredes de vedação.

Toldo: cobertura de lona, metal ou outros materiais.

Viela sanitária: é a faixa de terra destinada a passagem da rede de esgoto e águas pluviais, quando se torna inviável a ligação na rede normal;

Artigo 5º- **Siglas e Abreviaturas**:

Para efeito de citação neste Código, as entidades ou expressões serão identificadas por siglas ou abreviaturas, na seguinte conformidade:

COE: Código de Obras e Edificações;
CREA: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
LUOS: Lei de Uso e Ocupação do Solo;
NTO: Norma Técnica Oficial (Registrada na ABNT);
ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;
PEM: Poder Executivo Municipal;
ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.

CAPÍTULO III

Direitos e Responsabilidades

Artigo 6º -Trata dos direitos e responsabilidades dos agentes do processo de produção, manutenção e utilização das edificações:

habitabilidade da edificação resultante de forma a garantir, segurança durante a execução e o adequado desempenho da edificação resultante e seus equipamentos.

Artigo 18º- O PEM comunicará ao órgão fiscalizador do exercício profissional (Crea) a atuação irregular do profissional que incorra em comprovada imperícia, ma fé ou que execute obra em desacordo com as condições de licenciamento previstas neste Código.

Artigo 19º- Ao PEM não cabe o reconhecimento do direito autoral nos casos de transferência de responsabilidade e alteração de projetos.

Artigo 20º- É facultada, mediante comunicação à Prefeitura, a substituição do Responsável Técnico pela obra, sendo tal comunicação obrigatória em caso de impedimento do profissional atuante. Esses procedimentos deverão ser acompanhados da baixa e substituição da respectiva A R.T.

Parágrafo Único- Quando ocorrer a comunicação da baixa da responsabilidade do profissional pela obra, esta deverá permanecer paralisada até que seja comunicada a substituição pelo novo responsável.

CAPÍTULO IV

Procedimentos Administrativos

Artigo 21º - O PEM fornecerá subsídios a projetos, receberá comunicações, autorizará e licenciará as atividades de projetos, execução de obra, utilização e manutenção de edificações e seus equipamentos através dos documentos; que serão fornecidos a pedido do interessado, mediante pagamento do preço público correspondente.

Seção I

Das licenças para construir

Diretrizes para Projeto de Edificação

Artigo 22º - As diretrizes de Projeto de Edificação abrangerão a análise de implantação, volumetria, índices urbanísticos, número de vagas e demais itens relacionados à viabilidade do projeto, sendo que sua solicitação é obrigatória.

Artigo 23º - O pedido poderá ser formulado pelo proprietário, possuidor ou pelo profissional responsável, devendo nele constar a intenção do uso e ocupação do lote.

Artigo 24º - As Diretrizes de Projeto de Edificação terão prazo de validade de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão, garantindo neste prazo o direito de requerer o Alvará de Aprovação e Execução de acordo com a legislação vigente à época da protocolização das diretrizes.

Comunicação

Artigo 25º - A Comunicação é o documento através do qual o proprietário, possuidor ou responsável técnico, quando for o caso, cientifica previamente o PEM da execução de obras e serviços, através de descrição ou peças gráficas, obrigatoriamente nos seguintes casos:

a) execução de reparos em fachadas situadas no alinhamento;
b) execução de muros de arrimo acima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de altura;
c) execução de movimento de terra com cortes e/ou aterros de até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de altura e numa área de até 50,00m2 (cinquenta metros quadrados);
d) execução de pequenas reformas e ampliações com áreas não superior a 15,00m2 (quinze metros quadrados) em construções regularizadas, desde que atenda às disposições aplicáveis deste Código, da LUOS e Legislação complementar pertinente. Esse documento só poderá ser solicitado uma única vez por lote.
e) início de obras emergenciais ou que obtiveram a suspensão de embargo;
f) transferência, baixa e assunção de responsabilidade técnica.

Artigo 26º - O pedido formulado pelo proprietário deverá ser instruído com peças gráficas que permitam a clara compreensão dessas obras.

Artigo 27º - Quando se tratar de transferência, baixa de responsabilidade técnica, o pedido deverá ser formulado pelo profissional habilitado.

Artigo 28º - Caberá ao proprietário ou possuidor garantir que estas obras sejam executadas com a assistência de profissional habilitado, sendo obrigatório a emissão da ART.

Artigo 29º - Constatada a existência de risco nestas atividades, o PEM poderá exigir a apresentação de solução técnica subscrita por profissional habilitado e pelo proprietário.

Artigo 30º - O pedido das obras emergenciais deverá ser feito com anuência do profissional habilitado.

Artigo 31º - As obras e serviços que ultrapassarem os limites estabelecidos referidos no Artigo 25 deverão ser objeto de pedido de autorização e licença conforme o tipo de atividade.

Artigo 32º - Pequenas reformas ou reparos sem modificações na estrutura ou na área construída, tais como troca de revestimento, reparos ou substituições em instalações hidráulica e elétrica, substituição de elementos do telhado, pintura e serviços assemelhados, poderão ser executados sem Comunicação.

Alvará de Autorização

Artigo 33º - O Alvará de Autorização será expedido, a título precário, verificadas as condições estabelecidas neste Código, para as seguintes atividades ou serviços que dele dependerão para seu inicio e realização:

a) implantação e/ou utilização de edificação temporária;
b) avanço de tapume sobre parte do passeio público;
c) utilização de edificação para uso provisório diverso do licenciado;
d) implantação de mobiliário;
e) implantação de viveiros ou estufas.

Parágrafo único- Os viveiros e estufas deverão atender as disposições da LUOS, principalmente com referência a sua área e localização.

Artigo 34º- O pedido formulado pelo proprietário ou pelo profissional responsável deverá ser instruído com peças gráficas e/ou descritivas e avaliado por profissional habilitado de acordo com a natureza da atividade a ser autorizada.

Artigo 35º- O Alvará de Autorização deverá ser renovado semestralmente, caso a atividade ultrapasse esse período.

Parágrafo único- Ficam dispensados da renovação semestral os viveiros, estufas e mobiliário urbano.

Artigo 36º- O Alvará de Autorização poderá ser cancelado, a qualquer tempo, de forma discricionária ou quando for constatado seu desvirtuamento.

Alvará de Aprovação e Execução

Artigo 37º- O Alvará de Aprovação e Execução será expedido, após a verificação do atendimento às disposições deste Código e da legislação complementar, para cada uma das seguintes atividades, obras ou serviços que dele dependerão para seu início e realização:

a) demolição;
b) construção;
c) reconstrução;
d) ampliação ou reforma com área superior a 15,00m2 (quinze metros quadrados);
e) movimento de terra que ultrapasse área de 50,00m2 (cinquenta metros quadrados) ou altura de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros).

Artigo 38º- O pedido formulado pelo proprietário e avalizado por profissional habilitado deverá ser instruído com documentação que permita a verificação da configuração do imóvel e com as peças gráficas referente ao projeto que permitam a sua clara compreensão.

Artigo 39º- O Alvará de Aprovação e Execução somente será expedido pelo PEM se atendidas as legislações estadual e federal pertinentes, além das disposições deste Código e da legislação complementar pertinente, especialmente a LUOS.

Artigo 40º- Quando o Alvará de Aprovação e Execução for destinado ao licenciamento de um conjunto de obras ou serviços a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele deverá constar a área de atuação de cada um.

Artigo 41º- O prazo de validade do Alvará de Aprovação e Execução é de 1 (um) ano. Neste período deverá ser concluída a fase de fundações. Findo esse prazo, sem a conclusão das fundações, o alvará perderá a validade.

Artigo 42º- Quando se tratar de edificação constituída por um conjunto de mais de 1(um) bloco isolado, ou cujo sistema estrutural permita esta caracterização, o prazo do Alvará de Aprovação e Execução será ampliado por mais 1(um) ano para cada bloco excedente, até o prazo máximo de 2(dois) anos.

Artigo 43º- O Alvará de Aprovação e Execução perderá a validade caso a obra seja paralisada por mais de 2(dois) anos consecutivos, excetuando-se as obras em que for comprovado o término da superestrutura.

Artigo 44º- O prazo de validade do Alvará de Aprovação e Execução ficará suspenso por períodos em que forem comprovadas ocorrências que impeçam a realização das obras ou serviços licenciados, a saber:
a) pendência judicial;
b) calamidade pública;
c) pendência de processo de tombamento.

Parágrafo único- Quando a paralisação da obra exceder o prazo de 3 (três) meses, deverá ser providenciado o fechamento provisório das aberturas voltadas para o exterior afim de impedir o acesso de pessoas ou animais, que possam comprometer as condições de segurança da vizinhança.

Artigo 45º- Modificações na execução de uma obra ou serviço, durante o prazo de validade do Alvará, só serão permitidas após a aprovação de Projeto Substitutivo.

Artigo 46º - O pedido de Projeto Substitutivo poderá ser solicitado pelo proprietário e deverá ser avalizado por profissional habilitado e instruído com o Alvará original e novas peças gráficas.

Artigo 47º - O prazo do Alvará ficará ainda suspenso durante o período em que transitar sem decisão o pedido de Projeto Substitutivo.

Artigo 48º - Aprovado o Projeto Substitutivo, será reiniciada a contagem do prazo de validade do Alvará.

Artigo 49º- Para os imóveis submetidos ao Instituto da Edificação Compulsória, tais como lotes urbanizados, glebas ou imóveis doados para fins Institucionais ou ainda aqueles cedidos através de Contrato de Comodato, o prazo para a conclusão das obras será aquele previsto na legislação específica.

Parágrafo único - O Alvará de Aprovação e Execução poderá, a qualquer tempo, ser revogado atendendo relevante interesse público, cassado em caso de desvirtuamento e anulado em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

Artigo 50º- A revalidação do Alvará de Aprovação e Execução poderá ser solicitada pelo proprietário, possuidor ou pelo profissional responsável, a qualquer tempo, dentro do prazo de validade do Alvará, pagos os preços públicos devidos.

Parágrafo único - Será aceita a solicitação de revalidação do Alvará de Aprovação e Execução emitido com base na legislação anterior de uso e ocupação do solo somente uma vez.

Artigo 51º- O pedido de revalidação deverá ser avalizado por profissional habilitado e instruído com o Alvará original e o conjunto de peças gráficas aprovadas.

Seção II

Das licenças para alteração das edificações existentes

Artigo 52º - A alteração de qualquer edifício só poderá ser executada mediante licença expedida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal. O requerimento de licença para alteração da construção, deverá ser assinado pelo proprietário da edificação a ser alterada.

Artigo 53º- Nas edificações existentes, serão permitidas obras de acréscimo, reconstruções parciais ou reformas; se as partes acrescidas não derem lugar à formação de novas disposições em desobediência às normas do presente Código, bem como a LUOS.

Artigo 54º- A Prefeitura Municipal poderá, a juízo do órgão técnico competente, obrigar a demolição de prédios que estejam ameaçados de desabamento ou de obras em situação irregular, cujos proprietários não cumpram com as determinações deste Código.

Artigo 55º- Toda modificação de lotes edificados, quer se trate de diminuição ou aumento das suas áreas, está sujeita a aprovação prévia e deverá obedecer às seguintes condições:

a) todos os lotes resultantes da modificação ou por ela atingidos, deverão satisfazer aos mínimos exigidos na legislação específica;
b) todos os edifícios existentes deverão continuar obedecendo às exigências da legislação específica, no que se refere a recuos, limites de áreas construídas, insolação, ventilação e iluminação.

Artigo 56º- Para demolição de edificação com menos de 70,00m2 (setenta metros quadrados), com 1 (um) pavimento e que não faça divisa com edificação vizinha, será dispensada a apresentação de responsável técnico.

Artigo 57º-Nos casos de demolição total, o pedido formulado pelo proprietário e avalizado por profissional habilitado deverá ser instruído com documento referente ao local do imóvel, o número do processo que aprovou a edificação, se houver, e quando se tratar de construção irregular deverá ser apresentado o perímetro da edificação implantada no lote e a área da mesma.

Artigo 58º- Quando se tratar de ampliação de edificação regularizada, será exigido o projeto somente da parte a ser ampliada, ficando a demonstração do total da edificação apenas na implantação.

Artigo 59º- Nos casos em que houver modificação na edificação regularizada, deverá ser apresentado projeto do total da edificação.

Artigo 60º - A edificação existente regular poderá ser reformada e ampliada, desde que a edificação resultante não crie ou agrave desconformidades em relação à legislação em vigor.

Artigo 61º- Eventuais irregularidades da edificação existente deverão ser sanadas simultaneamente à aprovação do projeto de reforma.

Artigo 62º - Não será concedido Certificado de Conclusão, parcial ou total, sem que a irregularidade tenha sido suprimida.

Artigo 63º-As reconstruções de edificações regulares serão aprovadas quando estiverem, na íntegra, de acordo com o projeto que determinou o licenciamento.

Artigo 64º- A reconstrução, no todo ou em parte, de edificações existentes irregulares só será permitida se forem eliminadas as causas da irregularidade e serão tratadas como reforma ou construção, conforme o caso.

Artigo 65º- Em edifícios já existente onde haja compartimentos de permanência diurna ou noturna, iluminados e ventilados por clarabóias ou áreas cobertas, será tolerada a execução das obras tratadas nos itens anteriores, desde que se façam, nesses edifícios, as modificações necessárias para que todos aqueles compartimentos fiquem dotados de iluminação e ventilação diretas e ou indiretas.

Artigo 66º- Os edifícios em desacordo com este Código, quanto à sua construção, uso ou localização, poderão ser reformados ou aumentados desde que cumpridas às exigências desta Lei.

Seção III

Da aprovação de projetos

Artigo 67º - A análise será feita pelo PEM que emitirá despacho, no qual deverá constar o parecer de cada departamento envolvido deferindo ou não o pedido formulado.

Artigo 68º- Os requerimentos deverão ser instruídos pelo proprietário, possuidor ou profissional responsável e analisados segundo este Código e a LUOS, sem prejuízo do atendimento às disposições estaduais e federais pertinentes.

Artigo 69º- Os projetos serão aprovados pelo PEM desde que satisfaçam as condições seguintes:

a) estejam de acordo com esta Lei;
b) estejam assinados pelo:
   - proprietário e autor do projeto, nos casos que se refiram à aprovação, tão somente do projeto;
   - proprietário, autoria do projeto e responsável ou responsáveis técnicos pela edificação, nos demais casos.
c) que o lote esteja devidamente aprovado e regularizado;
d) estejam de acordo com os plano de arruamento, loteamentos e zoneamento;
e) apresentem outros elementos necessários para perfeita compreensão do projeto.

Artigo 70º- Na apresentação dos projetos no PEM, o interessado pagará os tributos correspondentes à aprovação.

Artigo 71º- As plantas deverão representar, com fidelidade e clareza, o levantamento do local das obras e os elementos do projeto.

Parágrafo único - Poderão ser aceitas, desde que observada a legislação vigente à época do licenciamento inicial da obra, pequenas alterações que não descaracterizem o projeto aprovado, nem impliquem em divergência superior a 2% (dois por cento) entre as medidas lineares externas e ou 5% (cinco por cento) da área construída constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada, sem prejuízo da LUOS.

Artigo 72º- A natureza dos compartimentos será aquela que foi designada no desenho e aprovada pelo PEM.

Artigo 73º - Os processos que apresentarem instrução incompleta, elementos incorretos ou falhas sanáveis no projeto serão objeto de comunicados para que sejam completadas as informações e sanadas as incorreções.

Artigo 74º - O prazo para emissão do despacho não poderá exceder 30(trinta) dias, e será contado em dias corridos, descontado o dia da protocolização.

Parágrafo único – Após o atendimento do comunicado o novo prazo de despacho do PEM será de 15 (quinze) dias .

Artigo 75º - O prazo para atendimento dos comunicados é de 30(trinta) dias, findo o qual o processo será indeferido se o comunicado não tiver sido atendido.

Artigo 76º- Os processos que apresentarem infrações insanáveis em relação às disposições deste Código e da legislação complementar pertinente serão indeferidos.

Artigo 77º- O prazo para a protocolização de pedidos de recurso ou reconsideração do indeferimento é de 30(trinta) dias.

Artigo 78º- Findo esse prazo, o processo será arquivado. Caso venha a ser reapresentado, será examinado com base na legislação em vigor na data da última protocolização.

Artigo 79º - Escoado o prazo para despacho, a obra, a atividade ou a utilização da edificação poderá ser iniciadas após prévia comunicação, sendo de responsabilidade do proprietário e dos profissionais as eventuais adequações as posturas municipais.

Artigo 80º- O prazo para retirada dos documentos solicitados será de 30(trinta) dias contados a partir da data do despacho. Findo esse prazo, o processo será arquivado.

Parágrafo único - O protocolo ou o recibo do pagamento dos tributos habilitará o responsável técnico, o proprietário ou um seu representante devidamente autorizado a retirar a documentação do projeto aprovado e o alvará de construção.

Procedimentos especiais

Artigo 81º- A critério do PEM poderão ser fixados procedimentos especiais, desde que atendida a legislação em vigor, para análise e licenciamento de:

a) edifícios públicos da administração direta e indireta;
b) empreendimentos Habitacionais de Interesse Social e empreendimentos em Áreas Especiais definidas pelos LUOS;
c) empreendimentos de impactos definidos pela LUOS.

Peças Gráficas

Artigo 82º- Para aprovação de projetos o interessado deverá apresentar, requerimento ao PEM acompanhado de comprovante de ocupação, posse ou propriedade do imóvel e das seguintes informações e peças gráficas:

a) PARA EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

1. Indicação de área(s) de lote(s), da área construída total e em cada pavimento, da área de lote ocupada por edificações, do coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação do(s) lote(s);
2. Planta de situação do(s) lote(s), sem escala;
3. Projeto de Aprovação: projeto firmado por profissional habilitado contendo planta do(s) lote(s) e respectivas dimensões, localização da(s) edificação(ões) no terreno e respectivos recuos; planta de cada pavimento, com indicação das dimensões internas, finalidade de cada compartimento, orientação do norte magnético, posição e dimensões das aberturas, corte longitudinal e transversal da(s) edificação(ões); planta de cobertura, fachada e beiral;
4. Localização do cavalete de entrada, bitola da tubulação e posição do relógio;
5. Localização da ligação do esgoto doméstico, localização de caixas de gorduras e localização da fossa séptica nos loteamentos onde não existir rede de esgoto;
6. Declividade do terreno;
7. 05 (cinco) vias das plantas e memoriais descritivos;
8. Outros elementos ou detalhes solicitados pela Prefeitura para perfeita compreensão do projeto, se necessário.

b) PARA EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

1. Indicação de área(s) de lote(s), da área construída total e em cada pavimento, da área de lote ocupada por edificações, do coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação do(s) lote(s);
2. Planta de situação do(s) lote(s), sem escala;
3. Projeto de Aprovação: projeto firmado por profissional habilitado, contendo planta do(s) lote(s) e respectivas dimensões, localização da(s) edificação(ões) no terreno e respectivos recuos, planta de cada pavimento, com indicação das dimensões internas, finalidade de cada compartimento, orientação do norte magnético, assim como da posição e dimensões das aberturas; corte longitudinal e transversal da (s) edificação(ões); planta de cobertura, fachada e beiral;
4. Localização do cavalete de entrada, bitola da tubulação e posição do relógio;
5. Localização da ligação do esgoto doméstico, localização de caixas de gordura, etc.
6. Declividade do terreno;

7. 05 (cinco) vias das plantas e memoriais descritivos;
8. Cópia do projeto aprovado pelas autoridades federais e estaduais competentes;
9. Outros elementos ou detalhes solicitados pela Prefeitura para perfeita compreensão do projeto, se necessário.

c) PARA EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

1. Indicação de área(s) de lote(s), da área construída total e em cada pavimento, da área de lote ocupada por edificações, do coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação do(s) lote(s);
2. Planta de situação do(s) lote(s), sem escala;
3. Projeto de Aprovação: projeto firmado por profissional habilitado, contendo planta do(s) lote(s) e respectivas dimensões, localização da(s) edificação(ões) no terreno e respectivos recuos; planta de cada pavimento, com indicação das dimensões internas, finalidade de cada compartimento, orientação do norte magnético, assim como da posição e dimensões das aberturas; corte longitudinal e transversal da(s) edificação(ões); planta de cobertura, fachada e beiral;
4. Esquema da ligação da água, para abastecimento do lote, localização do cavalete de entrada, bitolas das tubulaações e posição do relógio;
5. Esquema da ligação do esgoto industrial e doméstico, tipos de efluentes, caixas, etc;
6. Declividade do terreno;
7. 05 (cinco) vias das plantas e memoriais descritivos;
8. Cópia do(s) projeto(s) aprovado(s) pelas autoridades federais e estaduais competentes;
9. Cópia da(s) licença(s) de instalação e funcionamento expedida pelas autoridades competentes;
10. Projeto firmado por profissional habilitado, de instalações de combate à incendio, devidamente aprovado pela autoridade competente;
11. Estudo do impacto ambiental causado por efluentes industriais;
12. Outros elementos solicitados pela Prefeitura para perfeita compreensão do projeto, se necessário.

d) PARA REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES E ATIVIDADES JÁ EXISTENTES

1. Indicação de área(s) de lote(s), da área construída total e em cada pavimento, da área de lote ocupada por edificações, do coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação do(s) lote(s);
2. Planta de situação do(s) lote(s), sem escala;
3. Projeto de Aprovação: projeto firmado por profissional habilitado, contendo planta do(s) lote(s) e respectivas dimensões, localização da(s) edificação(ões) no terreno e respectivos recuos; planta de cada pavimento, com indicação das dimensões internas, finalidade de cada compartimento, orientação do norte magnético, assim como da posição e dimensões das aberturas; cortes longitudinal e transversal da(s) edificação(ões);planta de cobertura, fachada e beiral;
4. Cópia do projeto aprovado pelas autoridades federais e estaduais competentes e suas respectivas licenças;
5. 05 (cinco) vias de plantas e memoriais descritivos;
6. Outros elementos solicitados pela Prefeitura para perfeita compreensão do projeto, se necessário.

Parágrafo 1° - Para as obras de reforma, reconstrução ou acréscimo a edificações existentes, os projetos serão apresentados também com indicações precisas das partes a conservar, a demolir e a acrescer.

Parágrafo 2° - Para os projetos especificados neste artigo, deverão ser usadas as seguintes escalas gráficas: 1:50; 1:100; 1:1000, a critério do profissional responsável.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO

Artigo 83º- O dimensionamento, especificação e emprego dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, a segurança e a salubridade das obras, edificações e equipamentos.

Artigo 84º- Fica sob inteira responsabilidade do profissional o emprego de componentes não consagrados pelo uso, podendo o PEM exigir comprovação técnica de bom desempenho daqueles que possam vir a comprometer a qualidade desejada.

Artigo 85º- O uso das edificações e seus equipamentos não deverão transmitir aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nas NTOs pertinentes e nas legislações especifica e complementar.

Artigo 86º- Os componentes, instalações e equipamentos das edificações deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais da fauna sinantrópica e vetores, evitando a ocorrência de zoonoses.

Artigo 87º- As edificações de uso coletivo deverão assegurar condições de acesso, circulação e uso às pessoas idosas e deficientes físicas, conforme NTO respectiva.

Artigo 88º- Os componentes básicos da edificação, conforme suas características e funções, compreendem: fundação, estrutura, paredes, aberturas, e coberturas e deverão estar contidos no interior das divisas do lote, não sendo permitido nenhum tipo de intervenção junto aos lotes vizinhos e ao logradouro público.

Seção I

Das Fundações

Artigo 89º - As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas(ABNT).

Parágrafo 1º - As fundações não poderão invadir o leito do logradouro público.

Parágrafo 2º - As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, sejam totalmente independentes e situadas dentro dos limites do lote.

Seção II

Das paredes e dos Pisos

Artigo 90º- As paredes terão espessuras e revestimentos suficientes para atender as necessidades de resistência, isolamento térmico , isolamento acústico e impermeabilidade, segundo sua posição e os materiais nelas empregados.

Parágrafo único - As paredes de alvenaria de tijolo comum que constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 0,20 m (vinte centímetros).

Artigo 91º- As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior poderão ser alteradas, quando forem utilizados materiais que possuam, comprovadamente, índices mínimos de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

Artigo 92º- Serão toleradas paredes provisórias, deslocáveis, de materiais leves, tais como madeira, plástico, vidro e outros indicados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nos estabelecimentos e escritórios comerciais, para separação dos seus diversos setores.

Seção III

Circulação e Segurança.

Artigo 93º- Os espaços destinados ao acesso e circulação de pessoas, vão de porta, passagens, vestíbulos, corredores, rampas e escadas classificam-se em:

a) de uso privativo, quando se destinarem às unidades residenciais unifamiliares e às edificações em geral ou a seus compartimentos de uso restrito com população não superior a 30(trinta) pessoas;

b) de uso coletivo, quando se destinarem ao uso público ou coletivo e não se enquadrarem nas condições estabelecidas no item anterior.

Artigo 94º-O dimensionamento dos espaços destinados ao acesso e circulação de pessoas deverá ser feito com base na NTO respectiva.

Artigo 95º-O dimensionamento e as características construtivas dos espaços de circulação coletivos, comuns e de emergência, deverão atender, simultaneamente, às disposições da NTO respectiva no que couber e a legislação estadual pertinente, especialmente a relacionada à segurança contra incêndio.

Artigo 96º-As edificações destinadas a locais de reunião com população superior a 100(cem) pessoas e a qualquer outro uso com população superior a 600(seiscentas) pessoas deverão ter espaços de acesso e circulação que garantam sua utilização por portadores de deficiência física, atendendo à NTO respectiva. As demais edificações de uso público ou coletivo e multifamiliares deverão, no mínimo, garantir o acesso de portadores de deficiência física no pavimento térreo.

Artigo 97º- Todos os edifícios ou unidades econômicas independentes disporão de meios de saída, consistindo em portas, escadas, rampas ou passagens, ligando-os diretamente à via pública.

Parágrafo único - Não será permitida a colocação de qualquer fecho nas passagens entre os andares, seja porta, grade, ou qualquer tipo de vedação, ainda que de fácil remoção, permitindo-se somente o fechamento a chave, das portas para a via pública, nas horas noturnas.

Artigo 98º - Nos corredores ou passagens, ligando as vias públicas com meios de saída, não será permitida a colocação de vitrines ou exercício de comércio ou qualquer outra atividade que reduza as suas dimensões.

Artigo 99º - Quando um edifício se destinar a diferentes atividades, deverão ser exigidos meios de saídas próprios para cada uma quando houver incompatibilidade entre elas.

Parágrafo único - Quando as proporções do edifício justificarem, no caso de o mesmo ter apenas uma utilização, será exigida uma saída de serviço.

Artigo 100º - Excluídos os locais destinados a espetáculos, o mínimo de largura para as portas de saída será de 0,90 m (noventa centímetros) para as primeiras 50 (cinqüenta) pessoas e 0,15(quinze centímetros) de acréscimo para cada 50 (cinqüenta) pessoas ou fração a mais.

Parágrafo 1º - As portas de saída deverão abrir-se de maneira a não reduzir a largura de passagem.

Parágrafo 2º - Nenhuma porta deverá abrir-se diretamente para uma escada, devendo mediar entre elas um espaço mínimo de 0,60 m (sessenta centímetros).

Artigo 101º - A largura mínima do corredor ou entrada ligando a caixa de escada com a via pública, será a da escada.

Parágrafo único - No caso de o corredor ou entrada servir a mais de uma escada, ou a escada e elevador, a sua largura mínima será de 2,00 m (dois metros).

Artigo 102º - A largura mínima dos corredores será:

a) 0,90 m (noventa centímetros) para os corredores internos dos edifícios, de uso privativo de uma residência ou conjunto de sala;
b) 1,20 m (um metro e vinte centímetros) para os corredores de uso comum dos edifícios de habitação coletiva ou de finalidade comercial;

Artigo 103º- Nos casos do item b do artigo anterior, os corredores deverão obedecer às condições seguintes:

a) ter as suas paredes revestidas com material liso e impermeável até a altura de 1,50 m (um metro e cinqüenta centímetros);
b) receber luz natural ou artificial e ter ventilação permanente.

Artigo 104º - As escadas terão os seguintes dimensionamentos:

a) 0,90 m(noventa centímetros) quando se destinar ao uso de uma única residência;

b) 1,20 m(um metro e vinte centímetros) nos demais casos.

Parágrafo único - Quando se tratar de escadas destinadas a fins secundários, de acesso a compartimentos não habitáveis, a juízo da Prefeitura, poderão ser reduzidos esses mínimos.

Artigo 105º- As escadas deverão ter em toda a sua extensão uma altura livre mínima de 2,10 m (dois metros e dez centímetros).

Artigo 106º- Nos edifícios de habitação coletiva, comercial ou comercial-residencial, as escadas serão de material incombustível e piso ou dispositivo antiderrapante.

Artigo 107º- Todas as vezes que o número de degraus exceder a 19 (dezenove), será obrigatório um patamar intermediário.

Artigo 108º- As escadas não poderão ter dimensões inferiores aos valores estabelecidos nas normas específicas para as respectivas edificações de que fazem parte e, quando não previstas nas referidas normas específicas, aos valores abaixo:

a) degraus, com piso (p) e espelho (e), atendendo à relação: 0,60 m menor ou igual 2e + p menor ou igual 0,65 m.
b) larguras:
   - quando de uso comum ou coletivo, 1,20 m;
   - quando de uso restrito poderá ser admitida redução até 0,90 m;
   - quando, no caso especial de acesso a jiraus, torres, adegas e situações similares, 0,60 m.

Parágrafo único - As escadas de segurança obedecerão às normas baixadas pelos órgãos competentes.

Artigo 109º- Nas escadas dos edifícios de habitação coletiva, comercial ou de qualquer destino, será obrigatória a colocação de corrimão.

Artigo 110º- Quando a ligação entre os diversos pavimentos de edifícios se fizer por meio de rampas, estas obedecerão as mesmas dimensões das escadas e não terão inclinação superior a 12% (doze por cento), devendo ainda serem dotadas de corrimão.

Parágrafo único - As mudanças de direção das rampas serão concordadas por patamares.

Artigo 111º-Os elevadores ou qualquer outro equipamento mecânico de transporte vertical não poderão constituir-se no único meio de circulação e acesso às edificações.

Artigo 112º-Toda Edificação dotada de elevadores deverá observar as seguintes condições:

a) no cômputo do número de pavimentos e no cálculo do desnível não serão considerados o ático, o pavimento de cobertura e o andar destinado à zeladoria ou de uso privativo de pavimento contíguo;

b) no cômputo do número de pavimentos e no cálculo do desnível deverão ser considerados os pavimentos destinados a estacionamento, quando localizados na mesma edificação;

c) será indispensável a instalação de elevador destinado ao uso de pessoas portadoras de deficiência em edificação que possuir mais de um pavimento e com população superior a 600(seiscentas) pessoas, que não possua rampas para atendimento da circulação vertical.

Artigo 113º-Os espaços de circulação fronteiros às portas dos elevadores, em qualquer andar, não deverão ter dimensão inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Artigo 114º-O hall de acesso a, no mínimo, um elevador deverá ser interligado à circulação vertical da edificação por espaço de circulação coletiva, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), podendo os demais elevadores terem esta interligação garantida por espaço de circulação privativo, com largura mínima de 0,80m(oitenta centímetros).

Artigo 115º-A interligação por espaço de circulação privativa será dispensada se o elevador, que serve o hall considerado, for dotado de sistema de segurança que garanta sua movimentação, mesmo em caso de pane no sistema ou falta de energia elétrica.

Seção IV

Das Fachadas

Artigo 116º- É livre a composição das fachadas, excetuando-se as localizadas em zonas tombadas devendo, neste caso, ser ouvido o órgão federal, estadual ou municipal competente.

Seção V

Das Coberturas

Artigo 117º- As coberturas das edificações serão construídas com materiais que possuam perfeita impermeabilidade e isolamento térmico.

Parágrafo 1º- As coberturas com chapas ou telhas de aço galvanizado e alumínio não serão permitidas em quaisquer construções com área inferior a 100 m2 (cem metros quadrados).

Parágrafo 2º - Não serão permitidas coberturas com telhas ou chapas de cimento amianto em quaisquer tipos de construções.

Artigo 118º- As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre lotes vizinhos ou logradouros públicos.

Parágrafo único - Os edifícios situados no alinhamento deverão dispor de calhas e condutores, e as águas canalizadas por baixo do passeio.

Seção VI

Dos Mobiliário, obras complementares e saliências

Artigo 119º-A implantação e a execução de mobiliário, obras complementares e saliências ficarão sujeitas às normas estabelecidas neste Código.

Mobiliário

Artigo 120º -Considera-se mobiliário o elemento passível de montagem, desmontagem e transporte com área máxima de 6,00 m2 (seis metros quadrados), dimensão máxima de 5,00 m(cinco metros) e altura máxima de 3,00 m(três metros), destinado a:

a) banca de jornais, revistas, flores e frutas;
b) caixa automática, caixa eletrônica e similares;
c) cabine de foto automática, recepção e venda de filmes;
d) quiosque ou similar.

Artigo 121º-Quando ultrapassada a área ou as dimensões estabelecidas neste item, o mobiliário será considerado no todo como edificação para efeito de atendimento da Luos.

Artigo 122º-O mobiliário não poderá reduzir nem obstruir os espaços necessários à circulação e ao escoamento da população e os espaços destinados a acesso e circulação de veículos, nem o número mínimo de vagas para estacionamento.

Artigo 123º-O mobiliário poderá ocupar os recuos previstos na Luos.

Obras complementares

Artigo 124º- As obras complementares executadas, em regra, como decorrência ou parte de edificação, compreendem, dentre outras, as seguintes:
a) abrigo em geral, cabine de força, casa de máquina isolada;

b) caixa d'água elevada, chaminé e torre isoladas;
c) telheiro;
d) passagem coberta para pedestre em vedação lateral;
e) pérgula;
f) portaria, bilheteria e guarita em alvenaria.

Artigo 125º- Será permitido o avanço da pérgula sobre o Recuo frontal disposto na LUOS, até o máximo de 50%(cinquenta por cento), sendo que sua largura não poderá exceder a 2,00m(dois metros) . Poderá ocupar ainda 100%(cem por cento) do recuo lateral, desde que não haja prejuízo da iluminação e ventilação dos compartimentos, devendo observar também as seguintes condições: as nervuras devem ter a altura máxima de 0,60m(sessenta centímetros) e ocupem até 15%(quinze por cento) da área contida em seu perímetro.

Parágrafo único- A pérgula não poderá receber qualquer tipo de cobertura.

Artigo 126º- As demais obras complementares deverão observar às disposições constantes na LUOS.

Saliências

Artigo 127º- As saliências executadas, em regra, como elemento arquitetônico proeminente, engastado ou aposto na edificação ou muro, compreendem, dentre outras, as seguintes:
- brise;
- balcão e terraço aberto;
- beiral de cobertura;
- jardineira, floreira e ornamento;
- marquise não sobreposta e toldo.

Artigo 128º- As saliências não poderão ultrapassar as seguintes dimensões:

a) Brise- poderá avançar nos recuos permitidos pela LUOS até 10%(dez por cento);
b) Balcão e Terraço aberto- poderá avançar nos recuos permitidos pela LUOS até 20%(vinte por cento);
c) Beiral de Cobertura – poderá avançar nos recuos permitidos pela LUOS até 50%(cinquenta por cento); sendo que a dimensão máxima será de 1,0 m(um metro);
d) Jardineira, Floreira e Ornamento- poderá avançar nos recuos permitidos pela LUOS até 0,40 m(quarenta centímetros);
e) Marquise não sobreposta e Toldo- poderá avançar nos recuos permitidos pela LUOS até 30%(trinta por cento) e a largura máxima de 40 %(quarenta por cento) da largura da edificação, desde que não haja possibilidade de circulação ou permanência sobre os mesmos.

Parágrafo único- As saliências respeitadas as condições acima, não serão consideradas área edificada para fins deste Código.

Artigo 129º- O beiral de cobertura que exceder a 1,00 m(um metro) será considerado como área construída toda área de projeção do mesmo.

Artigo 130º - A parte das saliências que ultrapassar as dimensões acima deverá respeitar as disposições deste Código e os recuos e índices previstos na LUOS.

Seção VII

Dos Muros, Calçadas e Passeios

Artigo 131º – É livre o fechamento dos terrenos excetuando-se, a utilização dos seguintes materiais: tela de arame, fios de arame liso ou farpado, cercas com lascas de madeira ou bambu, lonas plásticas ou sombrite e qualquer tipo de sucata.

Parágrafo único - Os fechamentos deverão ter altura máxima de 2,00 m (dois metros) contados a partir do passeio.

Artigo 132º- Em qualquer dos tipos de fechamento previstos nesta Seção será obrigatória a instalação de meio de acesso ao terreno, de forma a permitir sua limpeza e manutenção.

Artigo 133º- O PEM poderá exigir dos proprietários, a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do lote for superior ao logradouro público, ou quando houver desnível entre os lotes que possam ameaçar a segurança pública.

Artigo 134º- Os proprietários dos imóveis que tenham frente para logradouros públicos pavimentados ou dotados de meio-fio , mesmo os lotes não edificados, são obrigados a manter as características urbanísticas do loteamento, pavimentando ou gramando e ainda manter em bom estado os passeios públicos em frente de seus lotes.

Parágrafo 1º - Em determinados logradouros públicos, o PEM poderá determinar a padronização da pavimentação dos passeios públicos, por razões de ordem técnica e estética.

Parágrafo 2º - As calçadas não poderão, em hipótese alguma, serem do tipo modular, ou outro tipo que coloque em risco a segurança do transeunte.

Parágrafo 3º - As calçadas deverão ter espaço em nível rebaixado em rampa, para acesso de deficientes físicos, com 1,50 m (um metro e meio) de largura, localizadas nas esquinas de cruzamento de Ruas, Avenidas e Alamedas e devendo ainda ser observado o máximo de 50,00 m (cinquenta metros) entre as rampas.

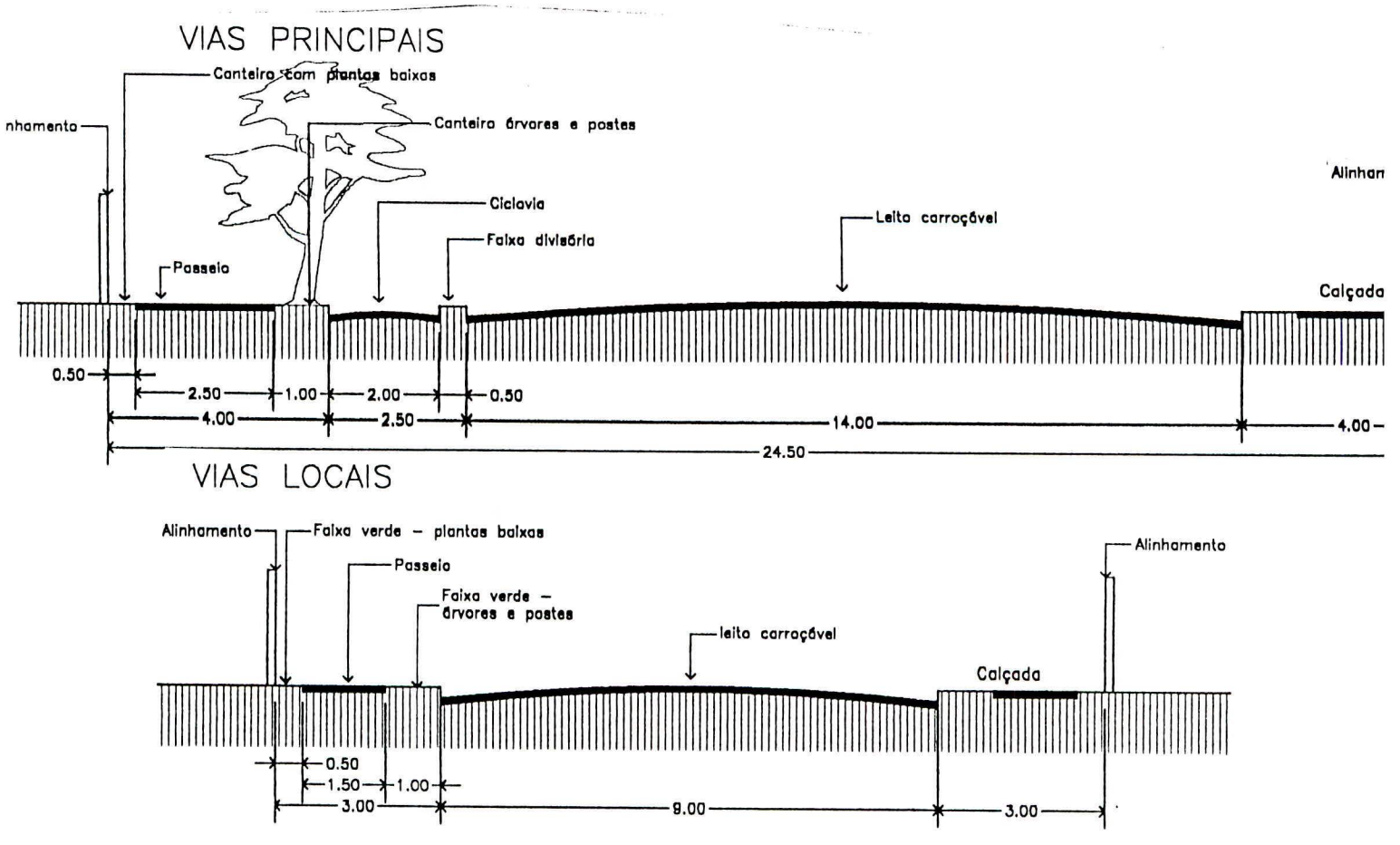
Parágrafo 4º - As calçadas deverão ter pavimento plano, obedecendo ritmo de continuidade sem degraus ou elementos que impeçam o livre rolamento de cadeiras de rodas ou similares.

Artigo 135º - Enquanto não houver a construção do passeio, o proprietário se obriga a mantê-lo nivelado e livre para o trânsito de pedestres.

Artigo 136º- O passeio deverá ser construído com declividade mínima de 1,5% (um e meio por cento) e máxima de 3% (três por cento) inclusive na área de acesso de veículos ao interior do lote .

Artigo 137º- As saídas de água da chuva deverão ser canalizadas sob o passeio, desde o ponto anterior ao alinhamento do muro até a sarjeta.

Artigo 138º – A construção do passeio deverá ser feita confome desenho abaixo:



Seção VIII

Da Implantação, Insolação, Iluminação e Ventilação das Edificações

Implantação

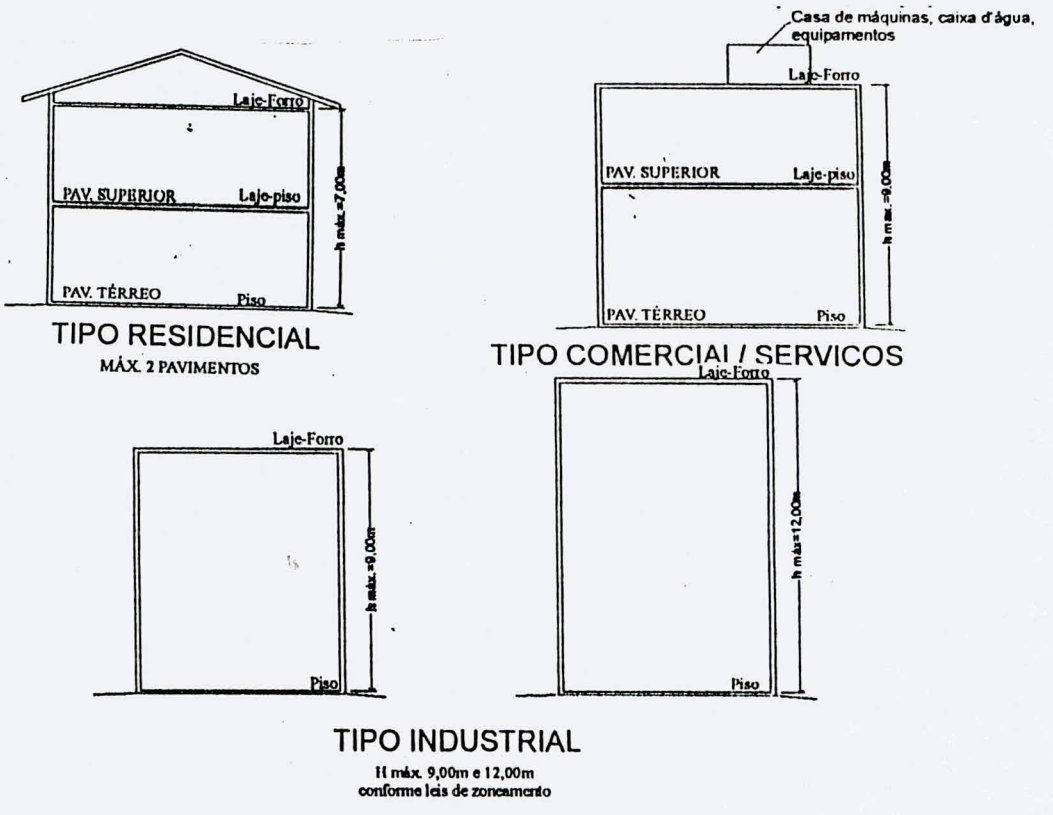
Artigo 139º-A implantação das edificações no lote está condicionada ao atendimento da LUOS e das normas estabelecidas neste capítulo, de forma a assegurar condições adequadas de iluminação, ventilação e insolação de seus compartimentos e das edificações vizinhas.

Artigo 140º-Para a aplicação das condições gerais de implantação, as edificações ficam classificadas segundo sua altura e número de pavimentos.

Artigo 141º-Para efeito do enquadramento nos diferentes usos das edificações, será considerada a altura máxima da construção a distância entre o piso do primeiro pavimento até a laje-forro do último pavimento.

Artigo 142º-O pavimento térreo em relação ao perfil do lote estaria localizado no máximo na altura do ponto médio da declividade do terreno.

Parágrafo único: Coberturas, Caixas d'água, casas de máquinas, equipamentos não são considerados no cálculo da altura da edificação.



Mezanino:

Artigo 143º-Piso intermediário de um compartimento e com acesso interno entre eles e sua área máxima deverá corresponder a 1/3(um terço) da área do piso do compartimento onde ele se encontra inserido.
Será computado na Taxa de Ocupação e no Índice de Aproveitamento.

Sótão:

Artigo 144º-Espaço localizado entre o forro e a cobertura com pé direito variável e reduzido.O pé direito mínimo será de 1,20 m(um metro e vinte centímetros), para coberturas com inclinações mínimas de 75%(setenta e cinco por cento). Para inclinações menores o pé direito mínimo deverá ser de 1,80m(um metro e oitenta centímetros).

Subsolo:

Artigo 145º-Pavimento imediatamente inferior ao pavimento térreo.
Peças permitidas:
- estacionamento com ou sem sanitários ou vestiários
- ou, sem permanência humana

Os pavimentos em subsolo podem ocupar os recuos laterais e de fundo, obedecendo sempre as disposições da LUOS.
Subsolo com uso exclusivo para garagem não é computado para cálculo da taxa de ocupação e do Índice de Aproveitamento (adimite-se vestiários e sanitários quando constituirem dependências da garagem).
Qualquer outro compartimento será computado no Índice de Aproveitamento.
Qualquer compartimento situado nas faixas dos recuos obrigatórios, será computado no cálculo da Taxa de Ocupação.

Edícula:

Artigo 146º -Edificação destinada a complementar a construção principal .Não poderá constituir domicílio independente e só poderá ser construída após a existência da construção principal, podendo ter apenas um pavimento. Sua área será computável no cálculo da taxa de ocupação e no índice de aproveitamento.

Dos Recuos

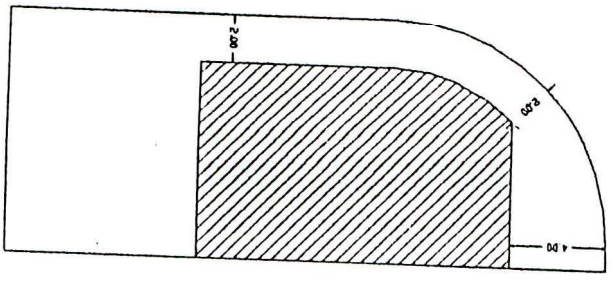
Artigo 147º-Todos os prédios construídos ou reconstruídos dentro do perímetro urbano deverão obedecer ao alinhamento e ao recuo obrigatório conforme a LUOS.

Artigo 148º-ENTRE BLOCOS EDIFICADOS SOBRE O MESMO LOTE
entre edificações de 1 pavimento - Recuo = 3,00m(três metros)
entre edificações de 2 pavimentos - Recuo = 4,00m(quatro metros)
entre edificações de 1 e 2 pavimentos - Recuo = 3,50m(três metros e cinquenta centímetros)

Artigo 149º-As construções devem possuir aberturas que possibilitem passagem livre do Corpo de Bombeiros, para o fundo do lote, com largura mínima igual a 1,00 m (um), para facilitar o acesso do Corpo de Bombeiros em caso de incêndio.

Artigo 150º-Deverão ser observadas faixas não edificáveis quando da execução de obras previstas junto a represas, lagos e cursos d'água, de acordo com a legislação de controle ambiental.

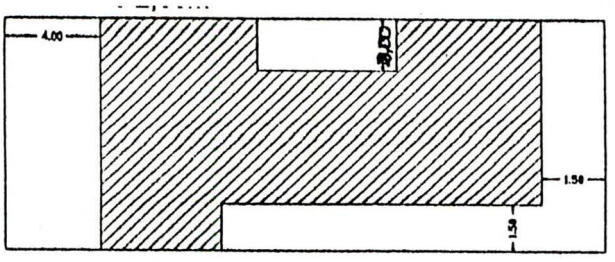
Artigo 151º-LOTES DE ESQUINA:
PARA LOTES QUE TIVEREM A SOMA DO RAIO DA CURVA E A DISTÂNCIA ATÉ A LATERAL DO LOTE
até 15,00m - Recuo lateral = 2,00m
acima de 15,00m - Recuo lateral = 3,00m



Artigo 152º-LOTES MEIO DE QUADRA:

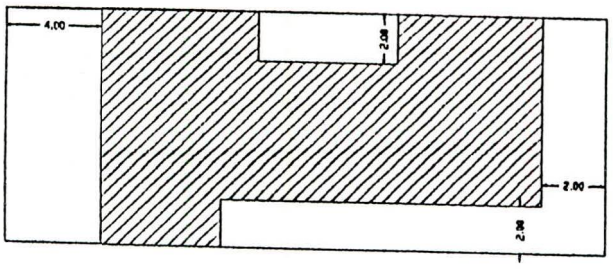
Construções de 1 pavimento e com o máximo de 4,00m de altura:

* espaços livres fechados:
  área não inferior a 6,00m2
  com dimensão mínima de 2,00m



Construções de 2 pavimentos e com altura superior a 4,00m:

* espaços livres fechados:
  área não inferior a 10,00m2
  com dimensão mínima de 2,00m



Relação Piso-Aberturas

Artigo 153º-Dimensões mínimas das Aberturas

	Área mínima para iluminação natural Ap = Área do Piso	Área mínima para ventilação natural
Compartimentos de permanência transitória	1/10 x Ap 0,60m^2	50% da área mínima para iluminação 0,15m^2
Compartimentos de permanência prolongada Deverão observar as seguintes condições:	1/7 x Ap 0,60m^2 - profundidade 3 vezes o pé-direito - profundidade 3 vezes a largura dos compartimentos	50% da área mínima para iluminação 0,35m^2
Sala de cirurgia, obstetrícia e curativos em hospitáis	1/4 x Ap	50% da área mínima para iluminação
Compartimentos para ensino, salas de aula, trabalhos, Leitura, laboratórios, bibliotecas e similares em escolas Local destinado ao comércio em mercados e supermercados	1/5 x Ap	50% da área mínima para iluminação
Compartimentos cobertos para prática de esportes Em locais de reunião esportiva Salas de espetáculos em locais de reunião cultural Compartimentos de trabalhos ou atividades Em oficinas (com área 500,00m^2), ou indústrias	1/5 x Ap 0,70m^2	60% da área mínima para iluminação 0,42m^2
Garagens	1/20 x Ap	

Nota-Não são considerados as aberturas voltadas para o sul, cujos planos façam ângulo inferior a 30% com direção leste-oeste.

Insolação, Iluminação e Ventilação

Artigo154º- Para fins de iluminação e ventilação natural, todo compartimento deverá dispor de abertura comunicando-o diretamente com o exterior de acordo com sua utilização e as condições mínimas estabelecidas neste código.

Parágrafo 1º - Excetuam-se os corredores de uso privativo, os de uso coletivo até 10,00 m (dez metros) de comprimento, poços e saguões de elevadores, devendo as escadas de uso comum ter iluminação natural, direta ou indireta.

Parágrafo 2º - Para efeito de insolação e iluminação, as dimensões dos espaços livres, em planta, serão contadas entre as projeções das saliências.

Artigo 155º - Sem prejuízo de outras exigências, nenhuma abertura poderá estar situada a uma distância menor que 1,50m(um metro e cinquenta centímetros) das divisas do lote, excluído o alinhamento dos logradouros.

Parágrafo único- Os compartimentos deverão ter suas aberturas voltadas para os espaços conformados pelos recuos laterais ou ainda para os espaços dos logradouros caso a LUOS assim o permita.

Artigo 156º- Quando uma única abertura for a responsável pela iluminação e ventilação de dois compartimentos contíguos, esta deverá ser dimensionada tomando-se como referência a somatória das áreas e a das profundidades dos dois compartimentos.

Artigo 157º- As dimensões mínimas das aberturas para iluminação poderão ser reduzidas à metade, quando se tratar de abertura zenital.

Artigo 158º- A área de ventilação natural deverá ser em qualquer caso de, no mínimo, a metade da superfície de iluminação natural.

Artigo 159º- Em casos especiais poderão ser aceitas ventilação e iluminação artificial, em substituição às naturais, desde que comprovada sua necessidade e atendidas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Parágrafo único - Para os subsolos, a autoridade municipal poderá exigir a ventilação artificial ou demonstração técnica de suficiência da ventilação natural.

Artigo 160º- Poderá ser aceita, para qualquer tipo de edificação, como alternativa ao atendimento das exigências dos artigos anteriores, referentes a insolação e ventilação natural, demonstração técnica de sua suficiência, na forma que for estabelecida em Norma Técnica Especial.

Compartimentos de permanência prolongada

Artigo 161º- Destinados a repouso, estar, preparo e consumo de alimentos, trabalho e estudo deverão ter aberturas para iluminação com área não inferior a 0,60m².

Artigo 162º- Para iluminação e ventilação de cozinhas, copas e despensas serão suficientes:

a) os espaços livres fechados com:
6,00 m2 (seis metros quadrados) em prédios de até 1(um) pavimentos e altura não superior a 4,00 m (quatro metros) com dimensão mínima de 2,00 m(dois metros), e 10,00 m2 (dez metros quadrados), para prédios com mais de um pavimento, com altura até 9,00 (nove) metros;
b) espaços livres abertos de largura não inferior a:
1,50 m (um metro e cinqüenta centímetros) em prédios de 1(um) pavimento ou 4,00 m (quatro metros) de altura e 2,00m (dois metros) em prédios de 2 (dois)pavimentos ou 9,00m (nove metros) de altura.

Compartimentos de permanência transitória

Artigo163º- Deverão ter aberturas para iluminação com área não inferior a 0,60m² .

Artigo164º- Nos compartimentos de permanência transitória, a iluminação natural poderá ser substituída por artificial e a ventilação poderá ser indireta ou induzida de acordo com as NTOs e disposições deste Código.

Artigo 165º- Os compartimentos de permanência transitória poderão ter suas aberturas voltadas para poços descobertos com as seguintes dimensões mínimas:

a) Prédios de 1(um) pavimento: largura de 2,00m (dois metros) e área de 6,00m² (seis metros quadrados);
b) Prédios de 2(dois) pavimentos: largura de 2,00m (dois metros) e área de 10,00m²(dez metros quadrados);

Artigo166º- Para os compartimentos destinados a atividades especiais, que por sua natureza não possam ter aberturas para o exterior, tais como laboratórios, salas de cirurgia ou salas de projeção, serão admitidas iluminação e ventilação artificiais, desde que justificadas pela natureza das atividades e dimensionadas de acordo com as NTOs.

Artigo 167º- Para ventilação de compartimento sanitário, caixas de escada e corredores com mais de l0,00 m (dez metros) de comprimento, será suficiente o espaço livre fechado com área mínima de 10,00 m2 (10,00 metros quadrados) em prédios de até 2(dois) pavimentos. Para cada pavimento excedente

haverá um acréscimo de l,00 m2 (um metro quadrado) por pavimento. A dimensão mínima não será inferior a 2,00 m (dois metros) e a relação entre os seus lados de l(um) para 2(dois).

Parágrafo único - Em qualquer tipo de edificação será admitida a ventilação indireta ou ventilação forçada de compartimentos sanitários mediante:

a)ventilação indireta através de compartimento contíguo, por meio de duto de seção não inferior a 0,40 m2(quarenta centímetros quadrados) com dimensão vertical mínima de 0,40 m (quarenta centímetros) e extensão não superior a 4,00 m (quatro metros). Os dutos deverão se abrir para o exterior e ter as aberturas teladas;
b)ventilação natural por meio de chaminé de tiragem atendendo aos seguintes requisitos mínimos:
seção transversal dimensionada de forma a que correspondam no mínimo, 6 cm2(seis centímetros quadrados) de seção, para cada metro de altura de chaminé, devendo em qualquer caso, ser capaz de conter um círculo de 0,60 m (sessenta centímetros) de diâmetro;
ter prolongamento de, pelo menos, um metro acima da cobertura;
ser provida de abertura inferior, que permita limpeza, e de dispositivo superior de proteção contra a penetração de águas de chuva.

Seção IX

DAS DIMENSÕES MINÍMAS DOS COMPARTIMENTOS

Artigo l68º- Os compartimentos deverão ter conformação e dimensões adequadas à função ou atividade a que se destinam, atendidos os mínimos estabelecidos neste Código e em suas Normas Técnicas Especiais.

Artigo 169º- Classificação e dimensionamento dos compartimentos em construções:
Classificam-se, segundo sua utilização, em compartimentos de permanência prolongada e de permanência transitória.

Artigo 170º- Os compartimentos de permanência prolongada são aqueles locais de uso definido, caracterizando espaços habitáveis, permitindo a permanência confortável por tempo longo e indeterminado, tais como dormitórios, salas de estar, de jantar, de visita, de lazer, de estudos, de trabalho, cozinhas e copas.

Artigo 171º- Os compartimentos de permanência transitória são aqueles locais de uso ocasional ou temporário, caracterizando espaços habitáveis de permanência confortável por tempo determinado, tais como vestíbulos, corredores, passagens, caixas de escadas, sanitários, vestiários, despensas, depósitos e lavanderias residenciais.

Artigo 172º- Ambientes como depósitos ou lavanderias, se utilizados como ambientes de trabalho, deverão atender aos requisitos exigidos para os ambientes de permanência prolongada.

Artigo 173º- Os compartimentos não poderão ter áreas e dimensões inferiores aos valores estabelecidos nas normas específicas para as respectivas edificações de que fazem parte, e quando não previsto nas referidas normas específicas, aos valores abaixo:

	Compartimentos	Área (M2)	Diâmetro (D)	Pé-Direito
P T	Área de Serviço	2,00	0,90	≥ 2,50
E R	Sanitários		1,20	≥ 2,50
R A	Vestiário	6,00		≥ 2,50
M N	Hall	1,00	0,90	≥ 2,70
A S	Corredor		0,90	≥ 2,70
N I	Garagem			≥2,30
Ê T				
N Ó				
C R				
I I				
A A				

	Compartimentos	Área (M2)	Diâmetro (D)	Pé-Direito
P T	Área de Serviço	2,00	0,90	≥ 2,50
E R	Sanitários		1,20	≥ 2,50
P P	Salas Residenciais	8,00	2,50	≥ 2,70
E R	Salas Comercial ou Serviços	10,00		Térreo ≥ 3,00 (1)
R O				Superior ≥ 2,70
M L	Dormitórios	8,00	2,50	≥2,70
A O	Dormitórios Coletivos	5,00 (p/ leito)		≥2,70
N N	Cozinha	4,00	1,80	≥2,50
Ê G				
N A				
C D				
I A				
A				

Obs.: Quando se tratar de três ou mais dormitórios: 8,00 m2 (oito metros quadrados)para um deles e os demais poderá ter
o mínimo de 7,00 m2.(sete metros quadrados)
(1) Os pés-direitos das edificações destinadas a comércio e serviços não poderão ser inferiores a esses valores.
a)compartimentos sanitários:

- contendo somente bacia sanitária: 1,20 m2(um metro e vinte centímetros quadrados);
- contendo bacia sanitária e lavatório: 1,50 m2(um metro e cinquenta centímetros quadrados);
- contendo bacia sanitária e área para banho, com chuveiro: 2,00 m2(dois metros quadrados);
- contendo bacia sanitária, área de banho, com chuveiro e lavatório: 2,50 m2(dois metros e cinquenta centímetros quadrados);
- contendo somente chuveiro: 1,20 m2(um metro e vinte centímetros quadrados);
- antecâmeras, com ou sem lavatório 0,90 m2(noventa centímetros quadrados);
- contendo outros tipos ou combinações de aparelhos, a área necessária, segundo disposição conveniente a proporcionar a cada um deles, uso cômodo;
- celas, em compartimentos sanitários coletivos, para chuveiros ou bacias sanitárias, 1,20 m2(um metro e vinte centímetros quadrados), com dimensão mínima de 1,00 m(um metro);
- mictórios tipo calha, de uso coletivo, 0,60 m(sessenta centímetros) em equivalência a um mictório tipo cuba;
- separação entre mictórios tipo cuba, 0,60 m (sessenta centímetros) de eixo a eixo.
- vestiários: 6,00 m2;

Artigo 174º- Os pés-direitos não poderão ser inferiores aos estabelecidos nas normas específicas para a respectiva edificação e, quando não previstos, aos valores a seguir:

a)nas escolas:

- as salas de aulas e anfiteatros, valor médio 3,00m(três metros), admitindo-se o mínimo em qualquer ponto 2,50 m(dois metros e meio);
- instalações sanitárias 2,50 m(dois metros e meio).

b) em locais de trabalho:

- indústrias, fábricas e grandes oficinas, 4,00m(quatro metros), podendo ser permitidas reduções para até 3,00m(três metros), segundo a natureza dos trabalhos;
- outros locais de trabalho, 3,00m(três metros) podendo ser permitidas reduções para até 2,70m (dois metros e setenta centímetros) , segundo a atividade desenvolvida.

c) em salas de espetáculo, auditórios e outros locais de reunião, 6,00m(seis metros), podendo ser permitidas reduções até 4,00m(quatro metros), em locais de área inferior a 250,00 m2(duzentos e cinquenta metros quadrados); nas frisas, camarotes e galerias, 2,50 m(dois metros e cinquenta centímetros) ;

d) em porões ou subsolos, os previstos para os fins a que se destinarem;

e) em armazéns, salões e depósitos, excetuados os domiciliares, 3,00 m(três metros);

f) em outros compartimentos, os fixados pela autoridade municipal competente, segundo o critério de similaridade ou analogia.

Seção X

DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Artigo 175º- A execução de instalações prediais, tais como as de água potável, água pluvial, esgoto, Luz, força, para-raios, telefone, gás e guarda de lixo, observará as NTOs pertinentes e atenderá às exigências das concessionárias. Não caberá ao PEM a responsabilidade por estas instalações. O responsável técnico deverá declarar o atendimento às NTOs correspondentes.

Água , Esgoto e Água Pluvial

Artigo176º- A instalação dos equipamentos para a distribuição hidráulica nas obras e edificações obedecerá às NTOs e às prescrições dos órgãos competentes e das empresas concessionárias.

Artigo177º- Os projetos de sistemas de abastecimento de água ou de coleta e disposição de esgotos deverão ser elaboradas em obediência às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e às normas e especificações adotadas pelo órgão técnico encarregado de aprová-los.

Artigo 178º- É vedada a instalação de tubulações de esgoto em locais onde possam representar risco de contaminação de água potável.

Artigo 179º– Toda construção deverá ser abastecida de água potável em quantidade suficiente a fim a que se destina, e dotado de dispositivos e instalações adequados destinados a receber e a conduzir os despejos.

Parágrafo 1º - Onde houver redes públicas de água ou de esgotos, em condições de atendimento, as edificações novas ou já existentes serão obrigatoriamente a elas ligadas e por elas respectivamente abastecidas ou esgotadas.

Parágrafo 2º - É vedada a interligação de instalações prediais internas entre prédios situados em lotes distintos.

Artigo 180º- É necessário para o bom funcionamento das instalações prediais, a existência de reservatórios prediais, nas residências de no mínimo 500 l(quinhentos litros).

Parágrafo 1º- Nos comércios e indústrias deverá ser calculada a capacidade mínima dos reservatórios segundo critérios da ABNT, adicional à exigida para combate a incêndios.

Parágrafo 2º- São obrigatórias a limpeza e a desinfecção periódica dos reservatórios prediais, na forma indicada pela autoridade municipal.

Artigo 181º- Não será permitida:

a) a instalação de dispositivos para sucção de água diretamente das redes de distribuição;
b) a passagem de tubulações de água potável pelo interior de fossas, ramais de esgotos, poços absorventes, poços de visita e caixas de inspeção de esgotos, bem como de tubulações de esgoto por reservatórios ou depósitos de água;
c) interconexão de tubulações ligadas diretamente a sistemas públicos com tubulações que contenham água proveniente de outras fontes de abastecimento;
d) a introdução, direta ou indireta, de esgotos em conduto de águas pluviais;
e) qualquer outra instalação, processo ou atividade que, a juízo da autoridade municipal, possa representar riscos de contaminação de água potável;
f) a ligação de ralos de águas pluviais e de drenagem à rede de esgotos.

Artigo 182º - É obrigatória:

a)a existência, nos aparelhos sanitários, de dispositivos de lavagem contínua ou intermitente;
b)a instalação de dispositivos de captação de água no piso dos compartimentos sanitários e nas copas, cozinhas e lavanderias;

c)a passagem dos despejos das pias da copa e cozinha residenciais, hospitais, hotéis, restaurantes, estabelecimentos congêneres, por caixa de gordura.

Artigo 183º- A autoridade municipal poderá estabelecer outras medidas de proteção sanitária, relativas às instalações prediais de águas e esgotos, além das previstas nessa seção.

Artigo 184º- Os edifícios, sempre que colocados nas divisas dos alinhamentos, serão providos de calhas e condutores para escoamento das águas pluviais.

Parágrafo 1º - Para efeito deste artigo excluem-se os edifícios cuja disposição dos telhados orientem as águas pluviais para o seu próprio terreno.

Artigo 185º- Nos loteamentos já existentes, com a devida autorização do proprietário do lote a jusante deverá ser reservado espaço para a passagem de canalização de águas pluviais e de esgoto provenientes de lotes a montante .

Artigo 186º- Os lotes deverão permitir a absorção das águas pluviais de acordo com o determinado na Luos. Os imóveis poderão possuir um reservatório fechado de coleta de águas pluviais para seu reaproveitamento na irrigação dos jardins.

Artigo 187º-Instalações sanitárias relacionadas ao número de pessoas que utilizam e edificação

As edificações serão dotadas de instalações sanitárias de acordo com o uso e o número de pessoas que se utilizam com frequência, conforme quadro abaixo.

Categoria Funcionais das Edificações	Instalações Sanitárias (1)			Observações (2)
	Bacia	Lavatório	Chuveiro	
Habitação Unifamiliar ou Multifamiliar	1	1	1	Nas unidades residenciais unifamiliares será permitida a instalação com pé-direito inferior a 2,30 m (sob escada), desde que haja outra instalação sanitária na edificação
Habitação Coletiva: uso comum das edificações multifamiliares	1	1	1	*As instalações sanitárias* devem ser separadas por sexo
Edificações para Hospedagem	1	1	1	Para cada grupo de duas *unidades de hospedagem*
	1	1	---	Para cada grupo de 20 *pessoas nas demais áreas*
Locais de reunião, Áreas de *Circulação e Centros Comerciais*	1	1	---	Para cada grupo de 50 *pessoas*
Prestação de Serviços de Saude (clínicas de internação, hospitais)	1	1	1	Para cada grupo de duas *unidades de internação*
	1	1	---	Para cada grupo de 20 *pessoas nas demais áreas*
Indústrias	1	1	1	Até 50 m2 de área total construída (1.1)
Comércio	1	1	---	
Serviços	1	1	---	
Outras Destinações	1	1	---	

(1) Valores relativos a quantidades mínimas. (2) para o cálculo do número de pessoas, adotar os índices de lotação de acordo com a NTO respectiva
Nota: Sempre que for necessária a instalação de chuveiros (em função do uso da edificação) deverá ser mantida a relação 1:20 (1 chuveiro para cada grupo de 20 usuários)
(1.1) Acima de 50 m2(cinquenta metros quadrados) de área total construída as edificações terão instalações sanitárias separadas por sexo de acordo com a NTO específica.

Artigo 188º-Qualquer ponto de uma edificação não poderá distar mais que 50m(cinquenta metros) de, no mínimo, uma instalação sanitária por sexo, podendo se situar em andar contíguo ao considerado.

Artigo 189º-A metade do número de bacias nos sanitários masculinos poderá ser substituída por mictórios.

Artigo 190º-Instalações sanitárias para pessoas portadoras de deficiências físicas: Para os locais de reunião com mais de 100(cem) pessoas e edificações de usos diversos com mais de 600(seiscentas) pessoas, serão obrigatórias instalações sanitárias dimensionadas para o uso de pessoas portadoras de deficiências físicas na relação de 3% (três por cento) da proporção estabelecida no Artigo 187º.

Artigo 191º-Antecâmara ou Anteparo: Para as instalações sanitárias que derem acesso direto a compartimentos destinados a trabalho, locais de reunião, refeitórios ou salas de consumo e preparo de alimentos, deverão ser previstos anteparos ou antecâmaras

Luz e força.

Artigo 192º-O assentamento dos equipamentos de distribuição interna de energia elétrica nas obras e edificações obedecerá às NTOs e às prescrições dos órgãos competentes e das empresas concessionárias.

Artigo 193º-A critério do órgão estadual competente, poderá ser exigido que a edificação seja dotada de compartimento, em local de fácil acesso, para a instalação de equipamentos destinados ao fornecimento de energia elétrica, inclusive quando localizada em zonas de uso onde haja expressa exigência de observância do recuo da frente.

Telefone

Artigo 194º-Nas edificações de uso coletivo é obrigatória a instalação de tubulações, armários e caixas para serviços telefônicos de acordo com as NTOs e as exigências das concessionárias.

Gás

Artigo 195º- Quando da instalação de uma central de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP , bem como os locais de armazenamento e/ou revenda de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, deverão ser obedecidas as disposições da ABNT, do Conselho Nacional de Petróleo e as prescrições do Corpo de Bombeiros e esse código.

Artigo 196º-Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás deverão ter ventilação permanente assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo às NTOs e às exigências da legislação de segurança contra incêndio.

Lixo

Artigo 197º- Qualquer edificação deverá ser dotada de espaço destinado à guarda de lixo, seguindo-se preferencialmente a sugestão constante do anexo I.

Parágrafo único: Não será permitida a instalação de abrigos destinados à guarda de lixo nos passeios públicos.

Artigo 198º- Visando o controle de roedores e vetores, os abrigos destinados à guarda de lixo deverão ser executados de forma a permitir a ventilação constante e lavagem sistemática, distantes do solo e com capacidade adequada as dimensões e atividades da edificação devendo ainda suportar o volume de lixo gerado pela edificação no prazo mínimo de 72(setenta e duas) horas, ficando proibida a instalação de tubos de queda de lixo.

Artigo 199º-Visando reciclagem dos componentes reaproveitáveis do lixo, recomenda-se a compartimentação dos abrigos, permitindo a coleta seletiva.

Artigo 200º-As edificações destinadas a hospitais, clínicas médicas ou veterinárias e similares deverão ser providas de instalação especial para coleta e eliminação do lixo séptico, de acordo com as normas emanadas pelo órgão competente, distinguindo-se da coleta pública de lixo comum, sendo dispensado o atendimento ao disposto no Artigo 197º.

Artigo 201º-Todo estabelecimento, cujos resíduos possam representar fontes de poluição, fica obrigado à implantação de medidas que visem eliminar ou reduzir a níveis toleráveis o grau de poluição, segundo orgão competente.

Pára Raios

Artigo 202º - Devem ser munidos de pára-raios:

a) os edifícios em que habitualmente se reuna grande número de pessoas, tais como repartições públicas, igrejas, escolas, quartéis, teatros, cinemas, grandes lojas e outros com essa característica;
b) os edifícios que contenham objetos de valor especial, principalmente os científicos e artísticos;
c) as chaminés das fábricas, torres, campanários e outras estruturas ou construções particularmente elevadas;
d) os edifícios em que sejam fabricados ou depositados materiais inflamáveis e explosivos, tais como fábricas de munições, de artigos pirotécnicos, de fósforos, ou depósitos de munições explosivas, petróleo e derivados, gasômetros e outros que possuam essas características, não importando o número de pessoas que trabalham nesses edifícios.

Artigo 203º- As edificações deverão observar a NTO específica.

Correspondência

Artigo 204º- As residências, condomínios e edifícios de qualquer natureza ficam obrigados a possuírem caixa para correspondências.

Parágrafo 1º - Somente as novas construções estão sujeitas, obrigatoriamente, aos termos do "caput" deste artigo e, facultativa a sua aplicação aquelas já existentes na data da promulgação da presente Lei.

Parágrafo 2º - As referidas caixas receptoras de correspondências deverão ser instaladas preferencialmente conforme sugestão constante do anexo I.

Parágrafo 3º - O não cumprimento da presente norma ensejará a rejeição prévia do projeto e, na execução da obra sem tal observância, na aplicação de multa ou auto de infração correspondente, inclusive sendo prerrogativa para a concessão do "Habite-se".

Seção X

DOS ESTACIONAMENTOS:

Classificação

Artigo 205º-Os estacionamentos ou garagens poderão ser:
a) privativos: aqueles que se destinam à utilização da população permanente da edificação;
b) coletivos: aqueles que se destinam ao uso conjunto de usuários, não constituindo dependência de uso exclusivo.

Acessos e Circulação

Artigo 206º-Os acessos e a circulação dos estacionamentos deverão ser dimensionados de acordo com o quadro a seguir.

USO	LARGURA MÍNIMA DO ACESSO
Garagem Privativa até trinta carros	≥3,00 m
Garagem Privativa acima de trinta carros e Garagem Coletiva	≥5,50 m
Locais de Carga e Descarga	≥3,50 m

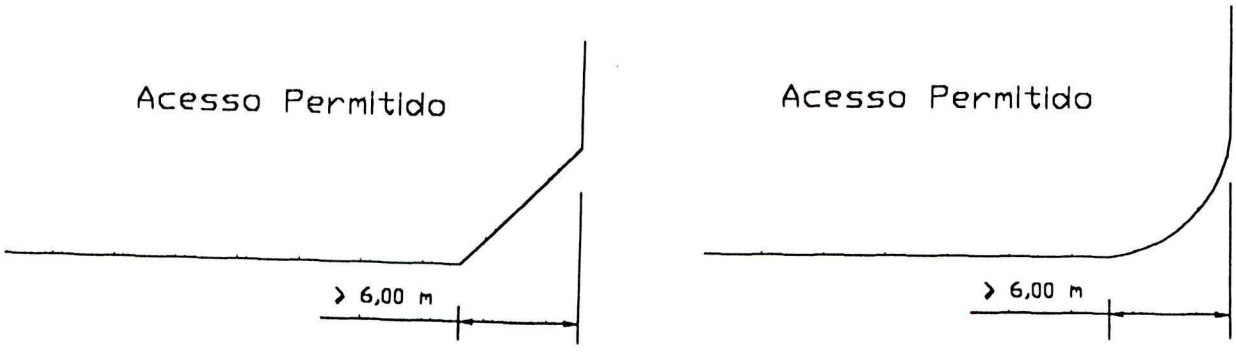
Artigo 207º-O rebaixamento da guia para acesso de veículos não poderá exceder 50%(cinquenta por cento) da testada do imóvel e no máximo de 5,00 m(cinco metros) ou dois separados de 3,00 m(três metros) cada um e intercalados por no mínimo 5,00 m (cinco metros) de guias sem rebaixamento ,

excetuados os conjuntos de habitações agrupadas horizontalmente e ainda edificações situadas em Zona de Uso Comercial, conforme Luos.

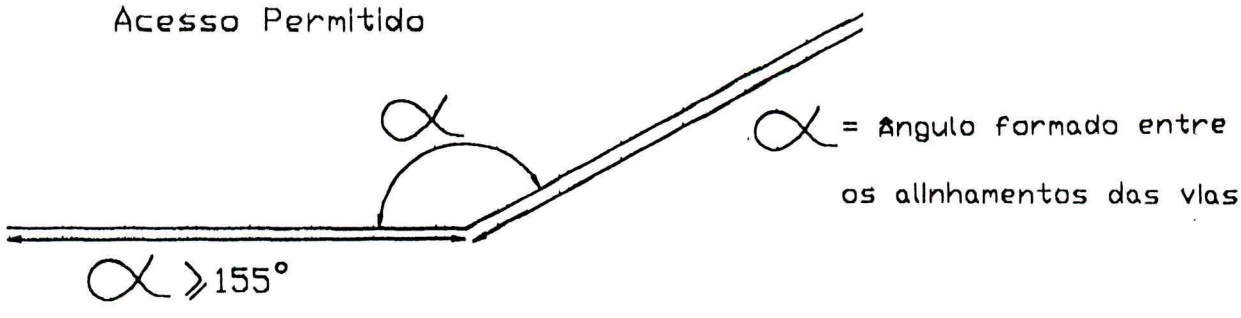
Artigo 208º-Para as residências, não será permitido rebaixamento de guia contínuo com mais de 5,00 m(cinco metros); dois ou mais acessos com guias rebaixadas deverão ser intercalados por no mínimo 5,00 m(cinco metros) de guias sem rebaixamento, excetuado o previsto no Artigo 207º.

Artigo 209º-Os acessos de veículos, em edificações de usos coletivos, devem ser independentes dos de pedestres.

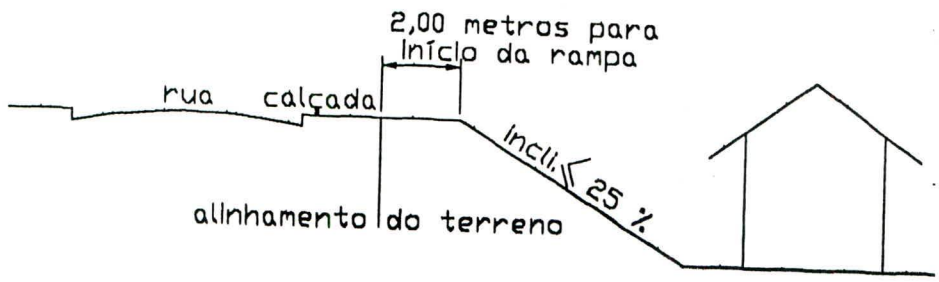
Artigo 210º-O acesso de veículos em lotes de esquina deverá distar no mínimo 6,00 m(seis metros) do ponto de encontro do prolongamento dos alinhamentos dos logradouros, excetuadas as residências unifamiliares.



Artigo 211º-As edificações com qualquer uso, situadas em lotes com ângulo igual ou maior que 135º (cento e trinta e cinco graus) entre os alinhamentos das vias, estão dispensadas dessa exigência.

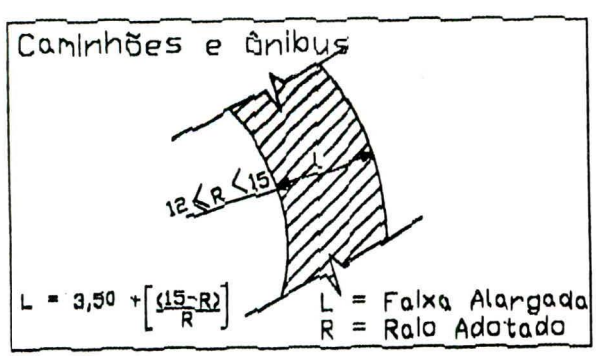


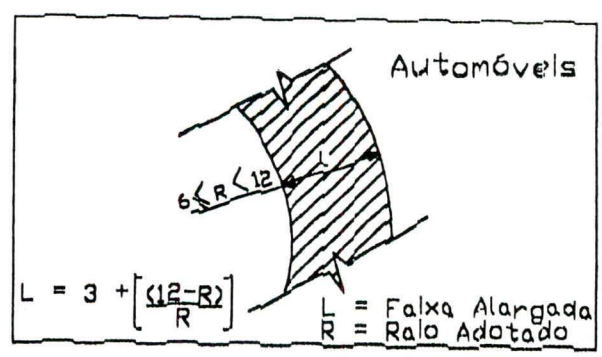
Artigo 212º-As adequações de nível entre o logradouro público e as áreas de acesso e circulação dos estacionamentos deverão ser feitas dentro dos lotes, para que não sejam criados obstáculos nas calçadas, devendo as rampas de acesso em declive as garagens, iniciarem-se no mínimo a dois metros do alinhamento do logradouro.



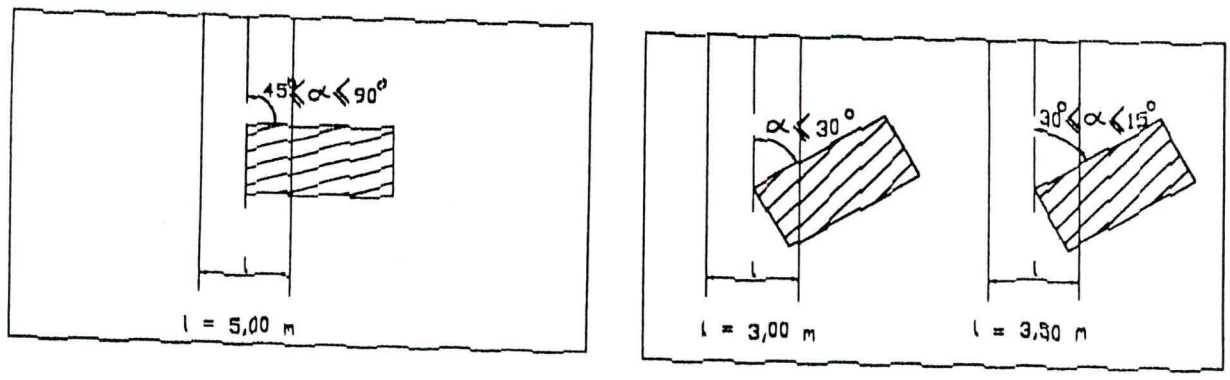
Artigo 213º- As rampas de acesso aos estacionamentos deverão ter sinalização de alerta, exceto as destinadas aos estacionamentos das residências unifamiliares, e inclinação máxima de:
a) 20%(vinte por cento) para automóveis e 12%(doze por cento) para caminhões e ônibus;
b) 25%(vinte e cinco por cento) para automóveis no caso das residências unifamiliares.
13.2.6. As curvas das vias de acesso e circulação deverão ter:
a) raio mínimo de 4,5m(quatro metros e cinquenta centímetros), no caso de garagem privativa para automóveis;
b) raio mínimo de 5m(cinco metros), no caso de garagem privativa(acima de 30 carros) e garagem coletiva para automóveis;
c) raio mínimo de 12m (doze metros) para estacionamentos de ônibus e locais de carga e descarga de caminhões.

Artigo 214º- Quando os raios adotados forem menores que 12m(doze metros) para os automóveis e menores que 15m(quinze metros) para caminhões e ônibus, as faixas de rolamento das curvas deverão ser alargadas segundo as formulas:
- para automóveis: L=3,00+(12-R)/R, onde "L" é a faixa alargada e "R" o raio adotado;
- para caminhões e ônibus: L=3,50+(15-R)/R, onde "L" é a faixa alargada e "R" o raio adotado.



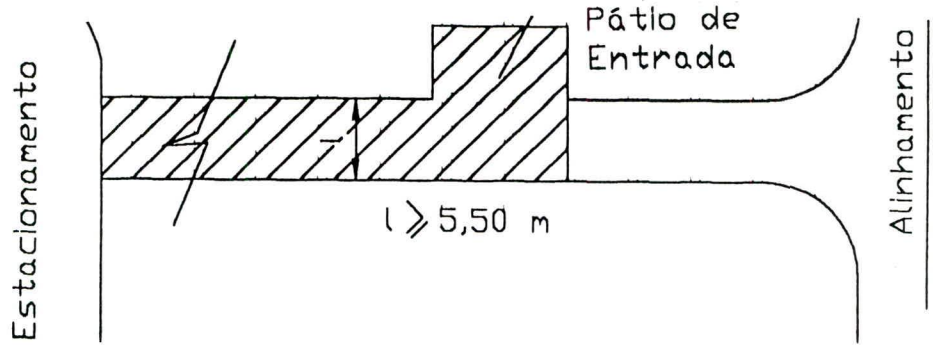


Artigo 215º-A largura mínima dos corredores de circulação em relação ao ângulo configurado com as vagas é estabelecida no desenho abaixo:

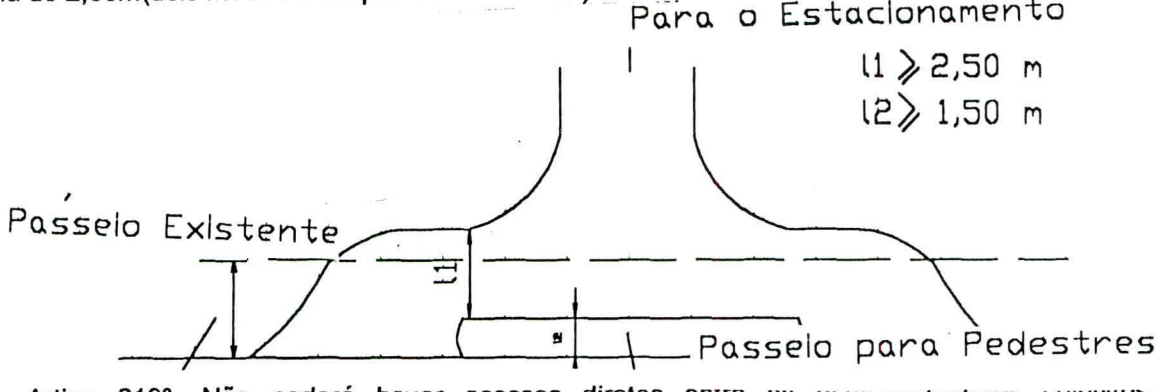


Artigo 216º- Os estacionamentos coletivos deverão ter área de acomodação e manobra de veículos de forma a acomodar, no mínimo, 3%(três por cento de sua capacidade, localizada próxima do acesso ou em bolsões de distribuição.

Artigo 217º- Para o cálculo desta área, podem ser incluídas as rampas e faixas de acesso às vagas, desde que tenham largura mínima de 5,50m(cinco metros e cinquenta centímetros).



Artigo 218º-Quando o estacionamento tiver mais que 100(cem) vagas e a testada do lote for maior ou igual a 50m(cinquenta metros), o acesso deverá ser feito através de pista de acomodação com largura mínima de 2,50m(dois metros e cinquenta centímetros).



Artigo 219º- Não poderá haver acessos diretos entre os estacionamentos coletivos e os compartimentos de permanência prolongada; estes acessos deverão atender à legislação estadual relativa à proteção contra incêndio e a NTO correspondente.

Número de vagas

Artigo 220º- O número de vagas para estacionamento segundo a categoria de uso da edificação é o estabelecido pelo Luos.

Artigo 221º- O número de vagas para portadores de deficiência física deverá obedecer as seguintes proporções:

a) de dez a cinquenta vagas, uma vaga para deficiente físico;
b) de 51 a 100 vagas, duas vagas para deficiente físico;
c)para mais de 100 vagas, 3% da capacidade do estacionamento, para deficiente físico.

Artigo 222º- O dimensionamento das vagas deverá atender ao disposto na tabela que se segue.

Tipo de Veículo	Largura (m)	Comprimento (m)	Altura (m)
Automóveis (Garagem Privativa)	2,50	5,00	2,30
Automóveis (Garagem Coletiva)	2,50	5,00	2,30
Deficiente Físico (automóveis)	3,50	5,50	2,30
Caminhões até 6 toneladas	3,50	14,00	4,70
Ônibus e caminhões acima de 6 toneladas	3,50	14,00	4,70
Carretas e caminhões biarticulados	3,50	21,00	4,70
Motos	1,25	2,50	2,30
Bicicletas	0,60	2,50	2,30

Artigo 223º- Quando a vaga for paralela à faixa de acesso, terá suas dimensões acrescidas de 1(um metro) no comprimento e de 0,25m(vinte e cinco centímetros) na largura, para automóveis, e de 2m(dois metros) no comprimento e de 1m(um metro) na largura para caminhões e ônibus.

Ventilação

Artigo 224º- Os estacionamentos cobertos deverão dispor de ventilação permanente.

Artigo 225º- A ventilação permanente deverá ser feita através de aberturas em, no mínimo, duas paredes opostas ou no teto, sendo que a soma destas aberturas deverá ser no mínimo igual a 10%(dez por cento) da área do ambiente.

Artigo 226º- A ventilação poderá ser substituída ou complementada por meios mecânicos, de forma a permitir a renovação de 5(cinco) vezes o volume total de ar do ambiente por hora.

Artigo 227º - As áreas de estacionamento que porventura não estejam previstas neste Código serão, por semelhança, estabelecidas pelo órgão competente do PEM.

Equipamento mecânico para estacionamento de veículos

Artigo 228º-Os estacionamentos dotados de equipamentos mecânicos deverão atender às exigências relativas ao número de vagas, acesso, circulação e áreas de acomodação entre o logradouro e os meios mecânicos de circulação e estacionamento.

Equipamentos mecânicos

Artigo 229º- Todo equipamento mecânico, independente de sua posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nas NTOs e na legislação especifica e, independentemente de seu porte, não será considerado área edificada.

Artigo 230º- Guindastes, pontes rolantes e equipamentos assemelhados não poderão ser instalados junto às divisas dos imóveis , ficarão condicionados ao afastamento mínimo de 3m(três metros).

Artigo 231º- Balanças para pesagem de veículos poderão situar-se em qualquer posição no imóvel, inclusive nas faixas de recuo previstas pelo Luos, exceto as cabines de controle das balanças que não poderão instalar-se nas faixas de recuos.

Artigo 232º- Equipamentos de lavagem de veículos, deverão obedecer os recuos estabelecidos pela LUOS, respeitando sempre o recuo mínimo de 3,00 m (três metros) .

CAPÍTULO VI

DAS CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Artigo 233º -Para efeito das disposições constantes deste Código, as edificações serão agrupadas conforme as atividades desenvolvidas e segundo suas características funcionais que se assemelharem a um ou mais dos usos listados a seguir, de acordo com a Luos, com a legislação de controle ambiental e demais exigências das legislações estadual e federal pertinentes.

Seçãol

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Artigo 234º- São aquelas que envolvem a moradia habitual, individual ou coletiva, podendo ser unifamiliar (casa); multifamiliar (condomínio horizontal - vilas, casas germinadas - e condomínio vertical - edifícios de apartamentos e casas sobrepostas) ou coletivo, como pensionatos, moradia de religiosos ou estudantes, orfanatos e asilos.

Habitações Unifamiliares

Artigo 235º-Toda edificação destinada à habitação deverá contar, pelo menos, ambientes para: repouso, instalações sanitárias e preparo de alimentos. No caso de edificações de uso multifamiliar, a estes deverão ser acrescidas áreas comuns de acesso e circulação.

Artigo 236º- Toda habitação deverá dispor de pelo menos um dormitório, uma cozinha, uma instalação sanitária e uma área de serviço.

Artigo 237º - Os pisos e paredes dos compartimentos serão revestidos com materiais adequados ao fim a que se destinam.

Artigo 238º- A largura mínima das escadas destinadas a acesso a jiraus, torres, adegas e outras situações similares, será de 0,60 (sessenta centímetros).

Artigo 239º- A altura do piso do pavimento térreo ou da soleira da entrada em relação ao meio-fio, ou eixo da rua quando este não existir, deverá ser tal que garanta uma declividade mínima de 3% (três por cento) entre a soleira da entrada do edifício e meio fio.

Parágrafo 1º - Quando se tratar de localização em esquinas, as exigências deste artigo se aplicam a ambas as ruas.

Parágrafo 2º- Ficam desobrigados destas disposições, os terrenos onde existirem vielas ou passagens de servidão.

Artigo 240º- Os materiais empregados nas residências deverão ser adequados ao fim a que se destinam e atender às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Artigo 241º- Toda edificação deverá ser perfeitamente isolada da umidade e emanações provenientes do solo, mediante impermeabilização entre os alicerces e as paredes e em todas as superfícies, da própria edificação e das edificações vizinhas, sujeitas à penetração de umidade.

Habitações de Interesse Social

Artigo 242º - Considera-se habitação de interesse social, a habitação com o máximo de 70,00 m2 (setenta metros quadrados), integrando conjuntos habitacionais, construída por entidades públicas de administração direta ou indireta. As plantas construtivas econômicas seguirão a LEI nº 292 de 18 de novembro de 1.998.

Das Edificações Multifamiliares -
Edifícios de Apartamentos

Artigo 243º- Aplicam-se aos edifícios de apartamentos as normas gerais referentes às edificações e as específicas referentes às habitações, no que couber, complementadas pelo disposto nessa Seção.

Artigo 244º - A construção de duas residências superpostas só é permitida nas seguintes condições:
a)garantir o acesso independente a cada uma das residências isoladamente.
b)respeitar as exigências da LUOS.

Artigo 245º- É obrigatória a existência de depósito de material de limpeza, compartimento sanitário, vestiário, para uso exclusivo dos funcionários da manutenção, não se aplicando esta exigência ao disposto no artigo anterior.

Artigo 246º- As piscinas em edifícios, quando não privativas de unidades autônomas, serão consideradas de uso coletivo restrito, sujeitas, no que lhes for aplicável, ao disposto neste Código e em suas Normas Técnicas Especiais.

Parágrafo único - As piscinas privativas serão consideradas piscinas de uso familiar.

Artigo 247º - Nos edifícios de habitação coletiva a estrutura, as paredes, os pisos, os forros e as escadas serão construídas inteiramente de material incombustível.

Parágrafo único - A madeira ou outro material combustível será tolerado em esquadrias, corrimãos e como revestimento assentado sobre concreto ou alvenaria.

Artigo 248º - Os vestíbulos dos apartamentos quando tiverem área superior a 6,00 m2 (seis metros quadrados) deverão satisfazer às exigências para insolação e iluminação dos compartimentos de uso diurno.

Artigo 249º - Possuir equipamento para combate a incêndio, segundo normas da ABNT.

Artigo 250º- A habitação do zelador poderá ser construída como unidade isolada, sempre, porém com o mínimo dos seguintes compartimentos: sala, dormitório, cozinha e instalação sanitária.

Seção II

Das Edificações Não Residenciais

Artigo 251º –_Enquadram-se aqui as edificações destinadas ao uso comercial ou de serviços as quais envolvem a venda de mercadorias no atacado e/ou no varejo e a estocagem de todo e qualquer bem destinado a comercialização, bem como a venda e a prestação de serviços de qualquer natureza e ainda aquelas destinadas a uso industrial envolvendo a transformação de material tendo em vista a produção de bens materiais finais e intermediários.

Das Edificações para uso Industrial e Comercial

Artigo 252º- Nenhuma edificação nova, ampliada ou reformada poderá ser utilizada para local de trabalho, sem verificação de que foi executada de acordo com o projeto e memoriais aprovados.

Artigo 253º- A autorização para instalação de estabelecimento de trabalho em edificações já existentes é de competência do PEM.

Artigo 254º- Os locais de trabalho não poderão ter comunicação direta com dependência residenciais.

Artigo 255º- Os compartimentos especiais destinados a abrigar fontes geradoras de calor e ou ruídos deverão ser isolados termicamente e acusticamente.

Artigo 256º- Todas as edificações não residenciais deverão respeitar as normas específicas relativas ao devido uso pretendido.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DA OBRA

Artigo 257º- A execução de obras deverá obedecer à boa técnica, às disposições deste Código, às NTOs e à legislação complementar, no sentido de garantir a segurança de trabalho e da comunidade.

Início de obras

Artigo 258º- As obras ou serviços segundo suas características só poderão ser iniciadas após comunicação, autorização ou licenciamento nos termos do disposto neste Código.

Artigo 259º-Para fins de ação fiscalizadora, será considerado início de obra a execução de qualquer serviço que modifique as condições da situação existente no imóvel.

Canteiro de obras

Artigo 260º- O canteiro de obras compreenderá a área destinada à execução e ao desenvolvimento das obras e serviços complementares e implantação de instalações temporárias necessárias à sua execução, tais como sanitários e , quando necessários alojamentos, escritório de campo e depósito.

Artigo 261º- A instalação do canteiro em imóvel diverso do que receberá a construção dependerá de Alvará de Autorização.

Artigo 262º- Durante a execução das obras será obrigatório a manutenção do passeio e do leito carroçável desobstruídos e em perfeitas condições, conforme legislação municipal vigente, sendo vetada a sua utilização, ainda que temporária, como canteiro de obras, salvo na parte interna dos tapumes.

Artigo 263º- As máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, que produzão ruídos acima dos admitidos pelas normas específicas, deverão funcionar dentro do período das 7(sete) às 18(dezoito) horas, salvo exceções a critério do PEM.

Artigo 264º- Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização do logradouro, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

Tapume

Artigo 265º- O fechamento do terreno no alinhamento até a altura de 2m (dois metros) com tapume de madeira ou alvenaria será determinado pelo PEM, conforme localização e condições da obra.

Artigo 266º- Enquanto se desenvolverem obras ou serviços em fachadas situadas no alinhamento ou dele recuadas até 1m (um metro), o tapume deverá ser instalado com avanço de, no máximo, até a metade da largura do passeio, sendo obrigatório, neste caso, o Alvará de Autorização.

Parágrafo 1º - A ocupação dos passeios em proporção superior à fixada neste artigo somente será tolerada quando comprovada a absoluta necessidade da medida para execução das obras e pelo prazo estritamente necessário.

Parágrafo 2º - No caso do parágrafo anterior a ocupação do passeio não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) da largura do mesmo.

Parágrafo 3º - Na zona central, a Prefeitura poderá fixar o prazo para utilização dos passeios nas condições deste artigo, obrigando a construção de dispositivo especial para proteção do público.

Parágrafo 4º - Concluídos os serviços de fachada, ou no caso de paralisação da obra por mais de 30 (trinta) dias, o tapume deverá ser recuado para o alinhamento dos prédios vizinhos, de maneira a deixar o passeio totalmente livre.

Artigo 267º- Quando os serviços na fachada se desenvolverem à altura superior a 4,00m (quatro metros), será obrigatória a cobertura de proteção aos pedestres com altura mínima de 2,20m(dois metros e vinte centímetros).

Artigo 268º- Nas obras ou serviços que se desenvolverem à altura superior a 9,00m(nove metros), serão obrigatórias a execução de plataforma de segurança a cada 6,00m(seis metros) e a vedação externa que envolva totalmente a edificação, sem prejuízo das demais precauções de segurança previstas nas NTOs pertinentes e na legislação de segurança do trabalho.

Artigo 269º- As plataformas de segurança poderão ser substituídas por vedação fixa externa, em toda a altura da construção (andaimes e fachadeiros).

Terraplanagem

Artigo 270º - Os serviços de escavação deverão ser feitos sem afetar a estabilidade dos edifícios vizinhos ou do leito da rua.

Parágrafo único - Quando a escavação oferecer perigo para o público e para os vizinhos, ou exigir medidas de proteção para as construções vizinhas, ou o leito da rua, somente poderá ser executada por profissional legalmente habilitado.

Artigo 271º - A terraplanagem não poderá desviar águas pluviais para os terrenos vizinhos.

Artigo 272º- Os aterros poderão ser arrimados por muros ou paredes vizinhas, nas condições seguintes:

a) pelos muros divisórios quando os mesmos tiverem capacidade para suportar o empuxo;
b) pelas paredes divisórias quando, além das condições fixadas no item anterior, o proprietário do terreno proceder a impermeabilização da face externa da pa rede.

Andaimes

Artigo 273º - Durante a execução da estrutura do edifício e alvenarias, ou demolição, será obrigatória a colocação de andaimes de proteção, tipo bandejas salva-vidas, com espaçamento de 3 (tres) pavimentos, até o máximo de l0 (dez) metros, salvo o disposto no Artigo 278º.

Parágrafo único - Os andaimes de proteção constarão de uma estrada horizontal de l,20 m (um metro e vinte centimetros) de largura mínima, dotado de guarda-corpo até a altura de l,00m (um metro) com inclinação aproximada de 45º(quarenta e cinco por cento).

Artigo 274º- As fachadas construídas no alinhamento das vias públicas, deverão ter andaimes fechados em toda a sua altura, mediante tabuado de vedação, com separação máxima vertical de 0,10 m (dez centímetros) entre tábuas, ou tela apropriada.

Parágrafo único - O tabuado de vedação poderá apresentar em cada pavimento uma solução de continuidade de 0,60 m (sessenta centímetros), em toda a extensão da fachada, para fins de iluminação natural. Essa abertura será localizada junto ao tabuleiro do andaime correspondente ao piso do pavimento imediatamente superior.

Artigo 275º- Concluída a estrutura do edifício, poderão ser instalados andaimes mecânicos, mediante comunicação prévia a Prefeitura.

Parágrafo lº - Esses andaimes deverão ser dotados de guarda-corpo, em todos os lados, livres, até a altura de l,20 m (um metro e vinte centímetros).

Parágrafo 2º- Nas fachadas situadas no alinhamento da via pública, a utilização de andaimes mecânicos dependerá de colocação prévia de um andaime de proteção, à altura de 2,50 m (dois metros e cinqüenta centímetros) acima do passeio.

Artigo 276º - Os andaimes fechados poderão avançar sobre o passeio até o prumo da guia, observando o máximo de 3,00 m (três metros), de acordo com autorização do PEM.

Artigo 277º- Em caso algum poderão prejudicar a iluminação pública, a visibilidade de placas de nomenclatura de ruas e de dísticos ou aparelhos de sinalização de trânsito, assim como o funcionamento de equipamentos ou instalações de quaisquer serviços de utilidade pública, os tapumes de proteção a que se referem os artigos anteriores.

Obras Emergenciais

Artigo 278º- São obras ou serviços de caráter urgente, essenciais a garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel. Poderão ser iniciados mediante COMUNICAÇÃO ao PEM, devendo sempre contar com a assistência de profissional habilitado.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E PENALIDADES

Fiscalização

Artigo 279º- Toda obra em execução ou concluída deverá ser vistoriada pelo PEM, devendo ser garantido ao servidor municipal, incumbido desta atividade, livre acesso ao Local.

Artigo 280º- Deverá ser mantida, no local da obra ou serviço em execução, documentação que comprove sua regularidade, sob as penas da lei.

Artigo 281º- O proprietário e o profissional responsável pela execução serão notificados, se forem constatadas as seguintes irregularidades:

a) inexistência dos documentos necessários;
b) desvirtuamento de atividade de projeto comunicada, autorizada ou licenciada;
c) desatendimento a quaisquer das disposições deste Código e da legislação pertinente.

Artigo 282º- A Prefeitura expedirá intimações para cumprimento dos dispositivos desta Lei, endereçadas ao proprietário ou ao responsável pelo imóvel ou pela obra.

Parágrafo único - A intimação fixará, sempre, o prazo dentro do qual deverão ser cumpridas as exigências.

Artigo 283º- Verificada a continuidade da obra sem que a irregularidade tenha sido sanada, o proprietário e o profissional responsável serão autuados e a obra embargada.

Artigo 284º- O embargo só será suspenso se atendidas as condições:
a) eliminação das infrações que o motivaram;
b) correção de eventuais divergências da obra em relação ao comunicado, autorizado ou licenciado;
c) pagamento das multas impostas;
d) aceitação de Comunicação ou expedição de Alvará de Autorização ou de Aprovação e Execução, conforme o caso.

Artigo 285º- Após o embargo, o prosseguimento da obra irregular implicará:

a) aplicação de multas conforme Anexo II;
b) requisição de auxílio policial para manutenção do embargo e providências para abertura de inquérito para apuração de responsabilidade do infrator e para as demais medidas judiciais cabíveis.

Artigo 286º- Verificada a ausência de condições da estabilidade, segurança e salubridade de uma edificação, o proprietário será intimado a providenciar as medidas necessárias à solução das irregularidades.

Artigo 287º- Se a irregularidade constatada apresentar risco de ruína ou contaminação, o PEM poderá interditar o imóvel, lacrando, e isolar o entorno, dando ciência imediata ao proprietário e aos ocupantes.

Artigo 288º- Verificado o desrespeito à interdição, o PEM requisitará auxílio policial para manutenção do embargo e providências para abertura de inquérito para apuração da responsabilidade do infrator sobre eventuais danos causados e demais medidas judiciais cabíveis, eximindo-se de responsabilidade decorrente de eventual consequência grave.

Artigo 289º- O atendimento da intimação não desobriga o proprietário do cumprimento das formalidades necessárias para a regularização da obra, de acordo com o disposto neste Código.

Artigo 290º- Se ocorrer baixa de responsabilidade técnica sem assunção desta responsabilidade por novo responsável técnico, a obra em execução será considerada como não licenciada, cabendo a aplicação das penalidades correspondentes.

Artigo 291º- A utilização de qualquer obra somente poderá ocorrer após a expedição de documento que comprove a sua regularidade, sob pena de autuações nos termos deste Código e legislação pertinente.

Artigo 292º-Verificada qualquer infração às disposições desta lei e da legislação pertinente, o PEM adotará as providências previstas no item anterior .

Artigo 293º- Para efeitos deste Código, consideram-se infratores o proprietário e, quando for o caso, o profissional que responder pela execução de obra ou serviço.

Artigo 294º- Nos casos em que a multa estiver prevista para o proprietário e para o profissional responsável pela obra, ambos serão considerados infratores; a responsabilidade é solidaria.

Artigo 295º- Quando autuado, o infrator deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar ou apresentar defesa à autoridade competente, sob pena do reconhecimento e confirmação da penalidade imposta e da consequente inscrição na divida ativa.

Artigo 295º- Publicado o despacho de indeferimento da defesa, caberá recurso, no prazo de 10(dez) dias, contados da data da notificação, mediante prévio depósito do valor da multa discutida.

Artigo 296º- Caberá apresentação de defesa à reaplicação de multas, apenas quando for demonstrada a regularização da situação que ensejou a aplicação da multa.

Artigo 297º- A aplicação de multas não isenta o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

Artigo 298º- As multas serão aplicadas ao infrator ou aos infratores de acordo com o tipo de infração e valor correspondente, indicados na Tabela de Multas , integrante deste Código.

Artigo 299º- A reincidência de infração gerará a reaplicação periódica, observados os períodos e valores fixados na Tabela de Multas , integrante deste Código.

Artigo 300º - A infração a qualquer dos dispositivos desta lei fica sujeita a penalidade.

Parágrafo 1º - Quando o infrator for o profissional responsável por projeto ou pela execução de serviços e obras de que trata esta Lei, poderão ser aplicáveis as seguintes penalidades:

a) advertência;
b) suspensão;
c) exclusão do registro de profissional legalmente habilitado, existente na Assessoria de Planejamento;
d) cassação de licença de execução dos serviços e obras;
e) multa;
f) embargo dos serviços e obras.

Parágrafo 2º - A Prefeitura, através da Assessoria de Planejamento, representará ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia - 6ª Região, contra o profissional que, no exercício de suas atividades profissionais, violar dispositivos desta Lei e da legislação federal em vigor referente à matéria.

Parágrafo 3º - Quando se verificar irregularidade em projeto ou na execução de serviços e obras, que resultem em advertência, multa, suspensão ou exclusão para o profissional, idêntica penalidade será imposta à firma a que pertença o profissional e que tenha com o mesmo responsabilidade solidária.

Parágrafo 4º - Quando o infrator for da firma responsável pelo projeto e pela execução de serviços e obras, as penalidades aplicáveis serão iguais às especificadas nos itens do Parágrafo Iº do presente artigo.

Parágrafo 5º - As penalidades especificadas nos itens do Parágrafo Iº do presente artigo são extensivas às infrações cometidas por administrador ou contratante de serviços e obras públicas ou de instituições oficiais.

Parágrafo 6º - Quando o infrator for proprietário dos serviços e obras, as penalidades aplicáveis serão as seguintes:

a) advertência;
b) cassação da licença de execução dos serviços e obras;
c) multa;

Parágrafo 7º - As penalidades especificadas nos itens do parágrafo anterior serão aplicadas, igualmente, nos casos de infrações na execução de serviços e obras pertencentes a empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais.

Artigo 301º - Verificada a infração a qualquer dispositivo desta Lei, será lavrado imediatamente, pelo servidor público competente, o respectivo auto, de modelo oficial, que conterá, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

a) dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;
b) nome do infrator, profissão, idade, estado civil, residência, estabelecimento ou escritório;
c) descrição sucinta do fato determinante da infração e de pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante;
d) dispositivo infringido;
e) assinatura de quem o lavrou;
f) assinatura do infrator.

Parágrafo Iº - Se o infrator recusar assinar o auto de infração, tal fato deverá ser averbado no mesmo pela autoridade que o lavrou.

Parágrafo 2º - A lavratura do auto de infração independe de testemunhas e o servidor público municipal que o lavrou assume inteira responsabilidade pela mesma, sendo passível de penalidade, por falta grave, em caso de erros ou excessos.

Artigo 302º- O profissional e a firma suspensa ou excluídos do registro de profissionais e firmas legalmente habilitadas, não poderão apresentar projetos para aprovação, iniciar serviços e obras nem prosseguir nos que estiverem executando, enquanto não terminar o prazo da suspensão ou exclusão.

Parágrafo Iº - É facultado ao proprietário do serviço ou obra embargado, por força de penalidade aplicadas ao profissional ou firma responsável, solicitar, através de requerimento ao PEM, a substituição do profissional ou firma.

Parágrafo 2º - Quando se verificar a substituição do profissional ou de firma, a que se refere o parágrafo anterior, a Prefeitura só reconhecerá o novo responsável após comunicação oficial do proprietário e do novo profissional cadastrado na Municipalidade.

Parágrafo 3º - Para o caso previsto no parágrafo anterior, o novo profissional deverá comparecer à Assessoria de Planejamento para assinar todas as peças do projeto aprovado e licença para realizar os serviços e obras.

Parágrafo 4º- O prosseguimento dos serviços e obras não poderá realizar-se sem serem, previamente, sanadas, se for o caso, as irregularidades que tiverem dado motivo à suspensão ou exclusão do profissional ou firma.

Artigo 303º- É de competência do PEM a confirmação dos autos de infração e o arbitramento de penalidades.

Parágrafo único - Julgadas procedentes, as penalidades serão incorporadas ao histórico do profissional, da firma e do proprietário infratores.

Artigo 304º- A aplicação de penalidades, referidas nesta Lei, não isenta o infrator das demais penalidades que lhe forem aplicáveis pelos mesmos motivos e previstas na legislação federal ou estadual nem da obrigação de reparar os danos resultantes da infração na forma do disposto no Código Civil.

Da Advertência

Artigo 305º - A penalidade de advertência será aplicada ao profissional responsável por projeto ou execução de serviços e obras nos seguintes casos:

a) quando modificar projeto aprovado sem solicitar modificação à Assessoria de Planejamento;
b) quando iniciar ou executar serviços e obras sem a necessária licença, ainda que de acordo com os dispositivos desta Lei;
c) quando for multado mais de uma vez durante a execução dos mesmos serviços e obras;
d) quando, em um mesmo ano, for multado mais de 3 (três) vezes por infração durante a execução de serviços e obras distintas.

Parágrafo único - A penalidade de advertência é aplicável, também, a firmas ou a proprietários que infringirem quaisquer dos itens do presente artigo.

Da Suspensão

Artigo 306º- A penalidade de suspensão será aplicada ao profissional responsável nos seguintes casos:

a) quando sofrer, em um mesmo ano, 4 (quatro) advertências;
b) quando modificar projeto de serviços e obras aprovado, introduzindo alterações contrárias a dispositivos desta Lei;
c) quando apresentar projeto de serviços e obras em flagrante desacordo com o local onde os mesmos serão executados;
d) quando iniciar ou executar serviços e obras sem a necessária licença e em desacordo com o local onde os mesmos serão executados;
e) quando em face da sindicância, for constatado ter se responsabilizado pela execução de serviços e obras, entregando-os a terceiros sem a devida habilitação;
f) quando, através de sindicância, for apurado que, como autor de projeto de serviços e obras, falsificou medidas, a fim de burlar dispositivos desta Lei;
g) quando, mediante sindicância, for apurado ter executado serviços e obras em discordância com o projeto aprovado;
h) quando praticar atos desabonadores, devidamente constatados em sindicância, ou for condenado pela Justiça por atos praticados contra interesse da Prefeitura e decorrentes de sua atividade profissional.

Parágrafo 1º - A penalidade de suspensão é aplicável, também, a firmas que infringirem quaisquer dos itens do presente artigo.

Parágrafo 2º - A suspensão poderá variar de 2 (dois) a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo 3º - Para as penalidades previstas nos itens f, g, h, a suspensão não poderá ser inferior a l2 (doze) meses.

Parágrafo 4º - No caso de reincidência, no mesmo serviço e obra, o período de suspensão será aplicado em dobro.

Da Exclusão de Profissional ou Firmas

Artigo 307º - A penalidade de exclusão de profissional ou firma do registro de profissionais e firmas legalmente habilitados, existente na Prefeitura, será aplicada, quando por determinação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia - 6ª Região

Da Cassação da Licença de Execução dos Serviços e Obras

Artigo 308° - A penalidade de cassação de licença de execução de serviços e obras será aplicada nos seguintes casos:

a) quando for modificado projeto aprovado pela Prefeitura sem solicitar à mesma a aprovação das modificações que forem consideradas necessárias, através de projeto modificativo;
b) quando forem executados serviços e obras em desacordo com os dispositivos desta Lei.

Das Multas

Artigo 309°- Julgada improcedente a defesa apresentada pelo infrator ou não sendo a mesma apresentada no prazo fixado, será imposta multa correspondente à infração, sendo o infrator intimado a recolhê-la dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 310°- Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo desta Lei pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de passado em julgado, administrativamente, a decisão condenatória, referente à infração anterior.

Artigo 311°- Nos cálculos de atualização dos valores monetários dos débitos decorrentes de multas, a que se refere o presente artigo, serão aplicados os coeficientes de correção monetária que estiverem em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

Parágrafo único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a tiver determinado.

Do Embargo

Artigo 312° - O embargo poderá ser aplicado nos seguintes casos:

a) quando estiver sendo executado qualquer serviço e obra sem licença da Prefeitura ou em desacordo com as prescrições desta Lei;
b) em todos os casos em que se verificar a falta de obediência às prescrições do zoneamento e aos índices para fins de zoneamento;
c) quando não for atendida intimação da Prefeitura referente ao cumprimento de dispositivos desta Lei.
d) quando a construção estiver sendo executada em desacordo com o projeto aprovado;
e) quando verificar qua a construção oferece perigo para a saúde ou segurança do público ou do próprio pessoal da obra.

Parágrafo 1° - Além da notificação do embargo, deverá ser feita a afixação de edital.

Parágrafo 2° - Os serviços e obras que forem embargados deverão ser imediatamente paralisados.

Parágrafo 3° - Para assegurar a paralisação de serviço ou de obra embargado, a prefeitura poderá, se for o caso, valer-se de mandado judicial, mediante ação cominatória.

Parágrafo 4° - O embargo só será levantado após o cumprimento das exigências que o motivaram e mediante requerimento do interessado ao Prefeito, acompanhado dos respectivos comprovantes do pagamento das multas devidas.

Parágrafo 5° - Se o serviço ou obra embargada não for legalizável, só poderá verificar-se o levantamento do embargo após a correção ou eliminação do que estiver em desacordo com dispositivos desta Lei.

Parágrafo 6° - A desobediência ao embargo será comunicada ao órgão da fiscalização do exercício profissional.

CAPÍTULO IX

DA CONCLUSÃO DE OBRAS

Certificado de Conclusão

Artigo 313º- O Certificado de Conclusão deverá ser obrigatoriamente solicitado após a conclusão dos serviços ou obras para os quais tenha sido expedido o Alvará de Aprovação e Execução e previamente à ocupação do imóvel.

Artigo 314º- O Certificado de Conclusão deverá ser requerido pelo proprietário ou pelos profissionais que respondem pela autoria do projeto e pela execução da obra, e será expedido após a verificação da conformidade do executado em relação ao aprovado e da adequabilidade à utilização prevista.

Artigo 315º- O Certificado de Conclusão deverá ser requerido quando a edificação estiver em condições de utilização.

Artigo 316º- O Certificado de Conclusão poderá ser parcial se a parte concluída tiver condições autônomas de utilização.

Artigo 317º- O Certificado de Conclusão poderá ainda ser solicitado nos seguintes casos:

a) para as edificações executadas sem o devido licenciamento, mas que atendam às demais disposições deste Código e da legislação complementar pertinente;
b) para as edificações nas quais tenham sido realizados serviços ou obras para os quais não é obrigatório o Alvará de Aprovação e Execução.

Artigo 318º- Nesses casos o pedido poderá ser formulado pelo proprietário e avalizado por profissional habilitado que responderá tecnicamente pela obra executada.

Artigo 319º- Esses pedidos deverão ser instruídos com a mesma documentação exigida para a expedição do Alvará de Aprovação e Execução.

Artigo 320º- Nos casos em que a edificação dispuser de equipamentos indispensáveis a seu funcionamento, tais como elevadores e escadas rolantes para uso de pessoas, tanques para armazenamento de produtos perigosos e bombas para abastecimento de combustíveis, o pedido do Certificado de Conclusão deverá também ser instruído com:

a) peças gráficas com as características do equipamento e acompanhadas da documentação técnica da empresa responsável pela instalação do equipamento;
b) contrato de manutenção do equipamento e documentação técnica da empresa responsável.

Artigo 321º- A responsabilidade técnica pela instalação e manutenção do equipamento deverá estar perfeitamente caracterizada com a indicação e o aval de profissional habilitado.

Artigo 322º- Ficam dispensadas da solicitação de Conclusão de Obras as obras de interesse social menores de 70 m2 (setenta metros quadrados), não sujeitas a matrícula no INSS, devendo ser solicitada a expedição do Habite-se.

Do Habite-se

Artigo 323º- Após a emissão do Certificado de Conclusão e a quitação do INSS, deverá ser solicitado o Habite-se.

Artigo 324º - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem o "habite-se" expedido pela Prefeitura.

Artigo 325º- Para obtenção do "habite-se", o interessado apresentará requerimento à Prefeitura, acompanhado do alvará de construção, das informações e peças gráficas a que se refere o Capítulo III desta Lei, e quando for o caso, da carta de entrega dos elevadores, fornecida pela firma instaladora.

Artigo 326º- Estando as obras de acordo com o projeto aprovado e, ainda, tendo sido pagos os tributos devidos, será expedido o "habite-se" até o prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da data do requerimento.

Artigo 327º - Em se tratando de edificações mistas, núcleos habitacionais ou comerciais, a Prefeitura poderá conceder "habite-se" parcial para partes já concluídas da edificação.

ÍNDICE - CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

Página

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - art. 1º a 3º _____ 01

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES - art. 4º a 5º _____ 01

CAPÍTULO III - DIREITOS E RESPONSABILIDADES - art. 6º _____ 03

- da Prefeitura - art. 7º a 8º _____ 04

- do Proprietário - art. 9º a 12 _____ 04

- do Possuidor - art. 13 _____ 04

- do Profissional - art. 14 a 20 _____ 04

CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - art. 21 _____ 05

- SEÇÃO I – DAS LICENÇAS PARA CONSTRUIR _____ 05

- Diretrizes para projeto de edificação - art. 22 a 24 _____ 05

- Comunicação - art. 25 a 32 _____ 05

- Alvará de autorização - art. 33 a 36 _____ 06

- Alvará de aprovação e execução - art. 37 a 51 _____ 06

- SEÇÃO II - DAS LICENÇAS PARA ALTERAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES - art. 52 a 66 _____ 08

- SEÇÃO III - DA APROVAÇÃO DE PROJETOS - art. 67 a 80 _____ 09

- Procedimentos especiais - art. 81 _____ 10

- Peças gráficas - art. 82 _____ 10

CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO Art. 83 a 88 _____ 11

- SEÇÃO I - DAS FUNDAÇÕES - art. 89 _____ 12

- SEÇÃO II - DAS PAREDES E PISOS - art. 90 a 92 _____ 12

- SEÇÃO III - CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA - art. 93 a 115 _____ 12

- SEÇÃO IV - DAS FACHADAS - art. 116 _____ 15

- SEÇÃO V - DAS COBERTURAS - ART. 117 A 118 _____ 15

- SEÇÃO VI - DO MOBILIÁRIO, OBRAS COMPLEMENTARES E SALIÊNCIAS - art. 119 a 130 _____ 15

- SEÇÃO VII - DOS MUROS, CALÇADAS E PASSEIOS - art. 131 a 138 _____ 16

- SEÇÃO VIII - DA IMPLANTAÇÃO, INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES
- Implantação - art. 139 a 142 _____ 18
- Mezanino - art. 143 _____ 18
- Sótão - art. 144 _____ 18
- Subsolo - art. 145 _____ 19
- Edícula - art. 146 _____ 19
- Dos Recuos - art. 147 a 152 _____ 19
- Relação Piso-Aberturas - art. 153 _____ 21
- Insolação, Iluminação e Ventilação - art. 154 a 167 _____ 21

- SEÇÃO IX - DAS DIMENSÕES MÍNIMAS DOS COMPARTIMENTOS art. 168 a 174 _____ 23

- SEÇÃO X - DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS - art. 175 _____ 25
- Água, Esgoto e Água Pluvial - art. 176 a 191 _____ 25
- Luz e Força - art. 192 a 193 _____ 27
- Telefone - art. 194 _____ 27
- Gás - art. 195 a 196 _____ 27
- Lixo - art. 197 a 201 _____ 27
- Pára-raios - art. 202 a 203 _____ 28
- Correspondência - art. 204 _____ 28

- SEÇÃO XI - DOS ESTACIONAMENTOS
- Classificação - art. 205 _____ 28
- Acessos e Circulação - art. 206 a 219 _____ 28
- Número de Vagas - art. 220 a 223 _____ 32
- Ventilação - art. 224 a 227 _____ 32
- Equipamentos mecânicos para estacionamento de veículos - art. 228 _____ 32
- Equipamentos mecânicos - art. 229 a 232 _____ 32

CAPÍTULO VI - DAS CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES - art. 233 _____ 33

- SEÇÃO I - DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS - art. 234 _____ 33
- Habitações unifamiliares - art. 235 a 241 _____ 33
- Habitações de interesse social - art. 242 _____ 34
- Habitações multifamiliares - art. 243 a 250 _____ 34

- SEÇÃO II - DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS - art. 251 _____ 34

- Das edificações para uso industrial e comercial - art. 252 a 256 ___34

CAPÍTULO VII - DA EXECUÇÃO DA OBRA - art. 257 a 264 _____ 35

- Tapume - art. 265 a 269 _____ 35

- Terraplenagem - art. 270 a 272 _____ 36

- Andaimes - art. 273 a 277 _____ 36

- Obras emergenciais - art. 278 _____ 37

CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES E PENALIDADES

- Da Fiscalização - art. 279 a 304 _____ 37

- Da Advertência - art. 305 _____ 40

- Da Suspensão - art. 306 _____ 40

- Da Exclusão de Profissional ou Firma - art. 307 _____ 40

- Da Cassação da Licença de Execução dos Serviços e Obras - art. 308 _____ 41

- Das Multas - art. 309 a 311 _____ 41

- Do Embargo - art. 312 _____ 41

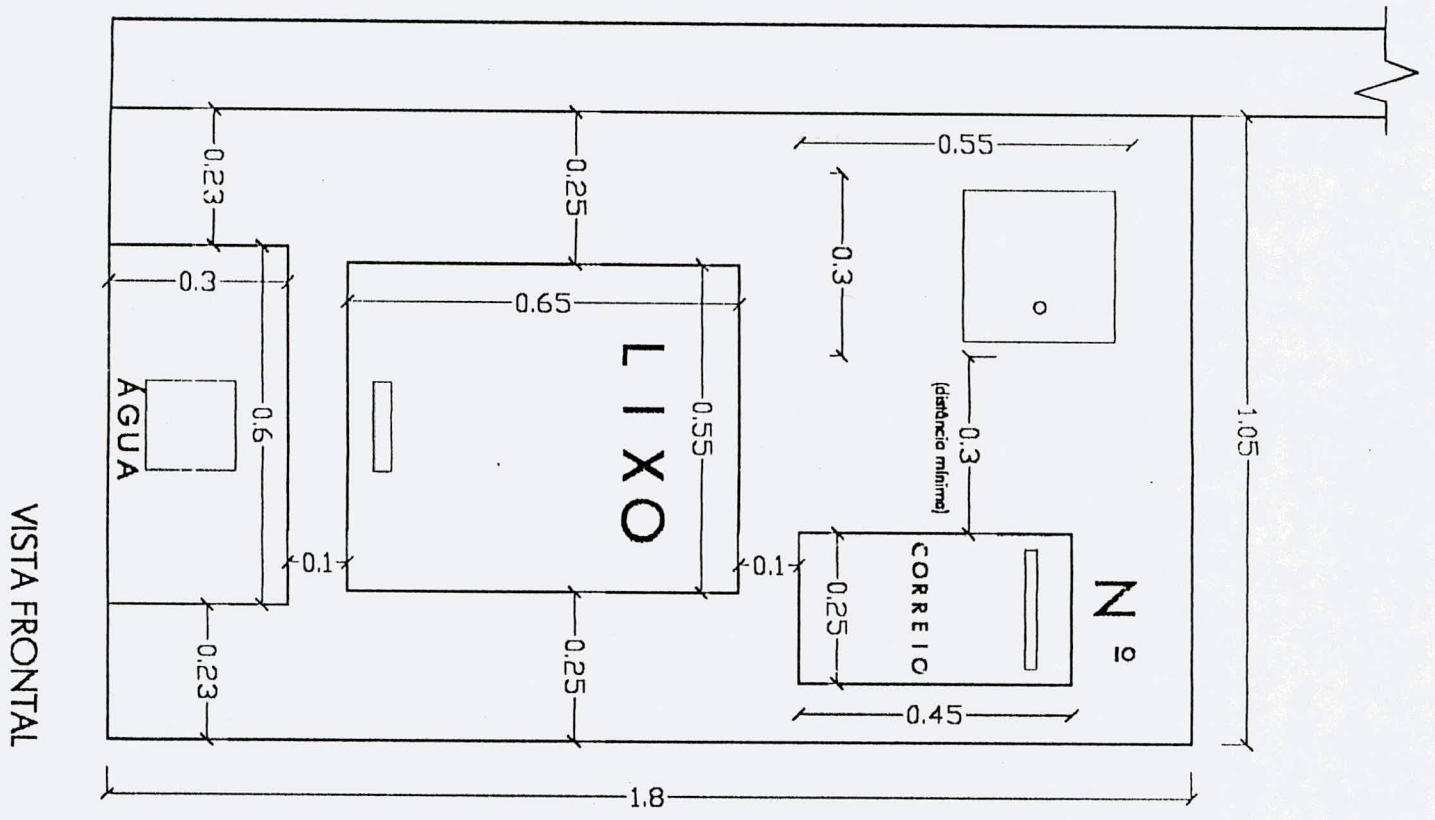
CAPÍTULO IX - DA CONCLUSÃO DAS OBRAS

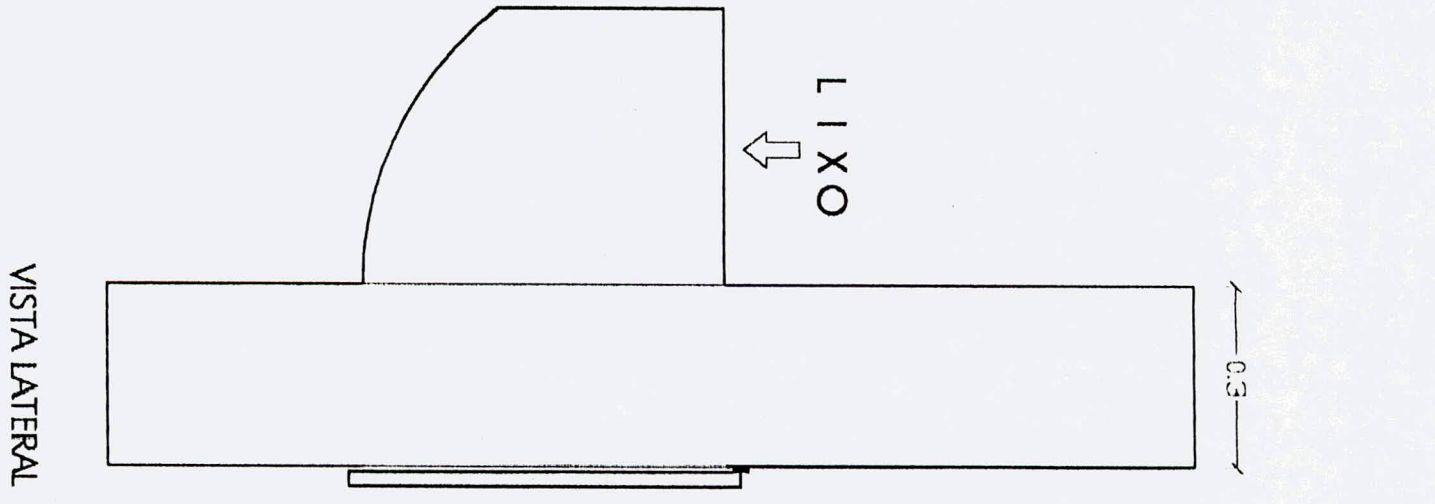
- Do Certificado de Conclusão - art. 313 a 322 _____ 41
- Do Habite-se - art. 323 a 330 _____ 42

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - art. 331 a 337 _____ 43

ANEXO I - _____ 44

ANEXO II - _____ 45





ANEXO I

MODELO DE CONJUNTO PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

lixeira, caixa de força, nº residência, caixa de correio e hidrômetro

ANEXO II TABELA DE MULTAS

IPCA

Infração	Dispositivo	Base de Cálculo	Valor UFIR	Reincidência
1. Pela não apresentação, ou inexistência de documento que comprove o licenciamento da obra ou serviço em execução.		Unidade	200,00	Ver item 03
2. Pela inexistência, ou pelo desvirtuamento da Comunicação ou do Alvará de Autorização apresentado.		Unidade	400,00	
3. Pelo desrespeito ao embargo nos casos em que é exigido Alvará de Aprovação e Execução, ou pelo desvirtuamento da licença concedida, em caso de execução de:				
I. movimento de terra	75 a 100 de 100 a 300 Mais de 300	m^3	1,00 1,25 1,50	
II. alinhamento e nivelamento		m	20,00	
III. muro de arrimo		m	6,00	
IV. construção, reconstrução e ampliação	Até 100 de 100 a 300 Mais de 300	m^2	1,50 2,00 2,50	
V. demolição		m^2	3,00	
VI. reforma		m^2	3,00	
4. Pelo funcionamento de equipamento sem o devido Alvará de Funcionamento de Equipamentos	Elevador Tanque	Unidade	40,00 125,00	
5. Pela utilização de edificação sem o devido Certificado de Conclusão	Residencial Não Residencial	m^2	1,50 3,00	
6. Pela utilização de edificação para uso diverso do Certificado de Conclusão				
7. Passeio ou leito carroçável obstruído		Unidade	100,00	
8. Infrações às demais disposições deste Código ou da Luos.			300,00	

CMDU – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

ASSINATURAS DOS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES

Entidade **Assinatura**

Titular

Suplente

1. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra
   Edson Reginaldo Beraldo _____

   Manuel Evandro da Silva _____

2. Rotary Club de Holambra
Presidente - António Joannes Hulshof _____

   Johannes Wagemaker _____

3. Instituto Bio Geneziz - IBG
Vice-Presidente - João Alberto Meirelles Kors _____

   Josmar Fernando Neves _____

4. CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
2ª Secretária - Rosali António _____

   Rita de Cássia A. L. Rafacho _____

5. Conselho Municipal de Assistência Social
1ª Secretária - Dorothea H. van der Heijden _____

   Petronella Maria J. S. Gunniewiek _____

6. Associação de Saúde Holambra
Ouvidora - Johanna Ricarda Maria Eysink _____

   Sandra Perpétua L. Lobo Lopes _____

7. Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Holambra
   Francisco Alberto de Almeida _____

   Diana Paula Bakker _____

8. Cooperativa Agro Pecuária Holambra
   Cornelis Theodorus Maria Van Roijen _____

   Hendricus Petrus Kager _____

9. Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Holambra
   Geraldo João de Bruin _____

   Roberto Mascarenhas _____

10. Conselho Municipal de Educação de Holambra
    Suzana Aparecida Alves Van Ham _____

    Marli Marcela Klein Gunnewiek _____

CMDU – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

ASSINATURAS DOS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES

Entidade **Assinatura**

Titular

Suplente

11. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
    Theodorus W. J. Niens _____

    Irineu Gastaldo Junior _____

12. Sociedade de Preservação do Meio Ambiente – SUPREMA
    José Paulo Meirelles Kors _____

    Franciscus J. M. Schoenmaker _____

13. Delegacia Municipal do CRECI
    José Osvaldo Esberci _____

    Pedro Eduardo Meirelles Kors _____

14. Associação dos Produtores de Holambra
    Vainer A . Domingues _____

    Marcos Wolmer _____

15. Clube Fazenda Ribeirão
    Jan Willen van der Boom _____

    Celso António Quiles _____

16. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras e Região - SINTRA
    Jediael Lacerda _____

    Valentin Tarifa _____

17. Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Mogi Mirim
    Cláudio van Ham _____

    Gerardus W. Groot _____

18. Associação dos Proprietários e Moradores do Palm Park
    João Carlos Pinto de Azevedo _____

    José Alcyr Excel Nunes _____

19. Associação de Moradores dos Bairros Unidos de Holambra – AMBUH
    Jair Cardoso _____

    Nadir Barbosa _____

20. Conselho Municipal de Turismo de Holambra – COMTUR
    João Wigman _____

    Selma P.R. Azevedo _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO MILTON MONTI

São Paulo, Fevereiro de 2001.

Ofício Especial/DMM/01

Prezado(a) Presidente,

Quero dirigir-me a Vossa Excelência para cumprimentá-lo(a) e informar que apresentei Projeto de Lei nº 3965/2000, conforme cópia anexa, que regulamenta o funcionamento das guardas-mirins, polícias-mirins, das legiões-mirins e das instituições afins, para que se enquadrem num padrão nacional.

Gostaria de acrescentar, que o Projeto visa atender as Entidades acima referidas, bem como aos jovens maiores de 14 e menores de 18 anos, dando aprendizagem profissional e incentivando a seqüência escolar, ou seja, dando condições para a iniciação profissional e evitando, ao mesmo tempo, que o jovem abandone a escola.

Colocando-me à sua disposição, peço-lhe a gentileza de informar se em seu município existem Entidades abrangidas pelo Projeto e se as mesmas poderiam enviar manifestações e sugestões sobre o mesmo, e, aproveito a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Deputado MILTON MONTI
Vice-Líder do PMDB

CÂMARA DOS DEPUTADOS

14 12 00 12:30
4
552

PROJETO DE LEI Nº 3965 DE 2000.

(Do Sr. Milton Monti)

Dispõe sobre a criação de guardas-mirins e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São consideradas entidades de caráter educativo, profissionalizante e de aprendizado, aquelas enquadradas nesta lei.

Art. 2º A constituição destas entidades deverão ser na forma de fundações ou associações comunitárias, desde que sem fins lucrativos e com toda sua diretoria não remunerada.

Parágrafo único - As guardas-mirins, as polícias-mirins, as legiões-mirins e afins já existentes terão um prazo de 90 dias para enquadrar-se aos requisitos desta lei.

Art. 3º As entidades poderão recrutar menores de dezesseis anos e maiores de catorze anos para aprendizagem profissional nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Parágrafo único - Os menores de dezoito anos e maiores de dezesseis anos, poderão também integrar o referido programa.

Art. 4º Para a execução do aprendizado, as entidades facultativamente firmarão convênios com empresas comerciais, industriais e de serviços sejam públicas ou privadas.

§ 1º Poderá ser estabelecida uma "bolsa" que será paga pela empresa conveniada à entidade e esta a repassará aos aprendizes.

§ 2º Não incidirá qualquer contribuição previdenciária sobre os valores dessas bolsas.

§ 3º Não acarretará à empresa conveniada ou a entidade de aprendizado qualquer tipo de vínculo empregatício ou direitos trabalhistas.

§ 4º A bolsa por aprendiz nunca será inferior ao valor do salário mínimo.

§ 5° A entidade fará a supervisão e o acompanhamento periódico das atividades realizadas nas empresas no interesse do aprendiz.

Art. 5° O aprendiz deverá, obrigatoriamente, estar cursando o ensino fundamental ou ensino médio em estabelecimento de ensino público ou privado.

Parágrafo único - O horário para aprendizado não excederá a 4 horas diárias de segunda a sexta feira.

Art. 6° A entidade deverá contar com assessoramento de profissionais especializados na área de educação-profissionalizante que ao final de cada ano apresentará à diretoria da mesma, relatório das atividades contemplando especialmente o nível de aproveitamento do aprendiz.

Parágrafo único - cópia do referido relatório, será encaminhado anualmente ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar da sede da entidade.

Art. 7° As entidades poderão receber auxílio e subvenções dos poderes públicos federal, estadual e municipal para execução de suas atividades.

Art. 8° Dos estatutos da entidade constarão obrigatoriamente a destinação de seus bens no caso de sua dissolução dando preferência a entidades sem fins lucrativos e congeneres.

Art. 9° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10° Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal em seu artigo 7°, inciso XXXIII assegura o trabalho ao menor de catorze anos desde que na condição de aprendiz.

Ocorre que após a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, seguimentos da Justiça Pública em especial as Procuradorias do Trabalho, vêm notificando instituições de caráter sócio-educativo-profissionalizante, para registrarem em carteira de trabalho seus menores assistidos.

Tal medida, além de inviabilizar financeiramente as entidades, os adolescentes perderiam a condição de aprendiz e passariam a ser funcionários.

Essa situação tem gerado desconforto aos presidentes das entidades que estão sendo notificados a registrarem seus adolescentes, sob o pretexto de sofrerem sanções jurídicas e até mesmo a prisão.

Vale lembrar, também, que tanto os presidentes das entidades como seus diretores, são voluntários da sociedade e nada recebem por seus cargos. Além disso, é de grande importância para a educação e formação profissional de todos esses jovens terem essa oportunidade. Além de aprenderem uma profissão estão obrigados, para estarem no programa, estarem cursando a escola.

Assim sendo, procuramos com esta iniciativa, regulamentar a organização das guardas-mirins em todo Brasil, onde esperamos contar com o apoio dos nobres pares, pela grande relevância que estas entidades representam.

Sala das Sessões em de de 2000.

Deputado **MILTON MONTI**

AUTO POSTO HOLANDA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Holambra, 28 de março de 2001

Aos
Funcionarios de Prefeitura Municipal de Holambra
At.Sra. Daniela
HOLAMBRA - SP

Ref.: Proposta para fornecimento de Combustíveis

Prezados Senhores,

O AUTO POSTO HOLANDA, recém inaugurado no município de Holambra - SP, operando com combustíveis da qualidade ASTER, vem através desta, oferecer uma parceria com vossa empresa e apresentamos, a seguir, nossas condições:
Preços dos produtos por litro:

Gasolina comum	**R$1,599**
Gasolina aditivada	**R$1,61**
Álcool comum	**R$0,99**
Diesel comum	**R$0,729**

Para utilizar o sistema de convenio, basta apresentar a identidade funcional no ato do pagamento.

Garantimos a qualidade e a origem de todos produtos comercializados.

Possuímos Centro de Lubrificação que conta com marcas de renome mundial, como Castrol, Valvoline, Lubrax, Fram e Mann.

Entregamos o combustível à domicilio acima de 200 litros.

Oferecemos lavagem manual gratuita a cada abastecimento.

Esta proposta é válida tanto para os funcionários da Prefeitura como para seus dependentes.

AUTO POSTO HOLANDA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
Rodovia Estadual SP 107 Km 32 – Centro – Holambra – SP. Telefax 19-38022373
Silvia Antonieta Bergo

STIJL - Desenhos, Caligrafias, Ilustrações e Gravuras

Campinas, 03 de abril de 2001.

À Secretaria da Presidência da
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Visando adequar os custos atuais na produção de TÍTULOS, CERTIFICADOS e DIPLOMAS oferecidos pelas Câmaras, estamos confeccionando o modelo "Master" (60 x 40cm) pelo mesmo preço do "Standard" (35 x 50cm) e mantendo o mesmo padrão de qualidade*.

Esta bonificação de 10 peças p/ cada NOVO MUNICÍPIO atendido, tem prazo p/ confirmações até 30 de abril de 2001.

Roberto Carlos F. Ditscheiner
Calígrafo

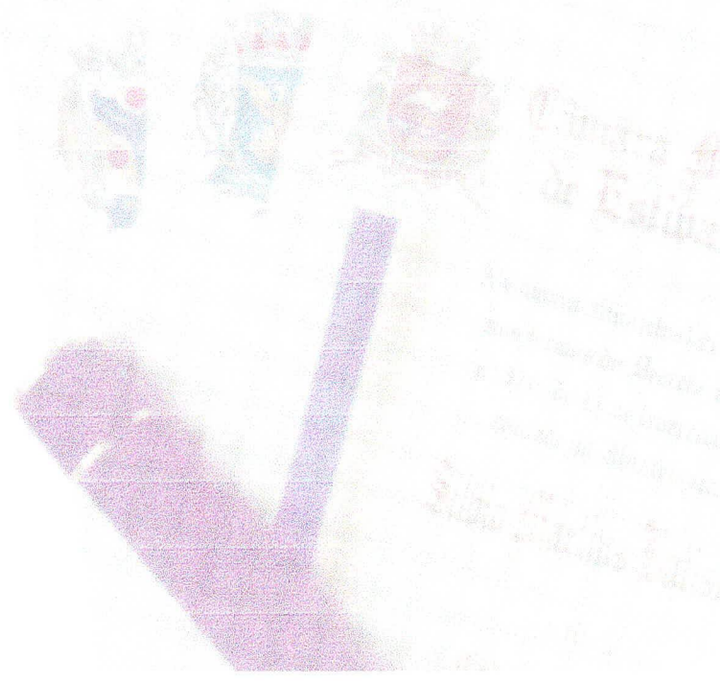
*papel pergaminho
acabamento em "ouro"
aplicação de fitas nas cores da bandeira
canudo em veludo
despesas de remessa

P/ confecção dos Títulos, envie-nos:
fax c/texto - brasão em cores e cores da bandeira

Remetemos via Sedex c/ NF dos serviços
e boleto bancário com prazo combinado.

Produzimos também placas de Prata.

STIJL- Desenhos, Caligrafias, Ilustrações e Gravuras
Rua Presidente Wenceslau,68 - CEP 13093-010
CGC(MF) 02.477.936/0001-33 Insc. Mun.- 51519-1
Fone/fax: 0xx19 - 3251-1811 - Campinas - SP



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO GOVERNADOR
CASA CIVIL

São Paulo, 04 de janeiro de 2001

Senhor(a) Presidente

Tem este a finalidade de solicitar, com a máxima urgência possível, nos seja fornecida relação com os nomes, Partidos e endereço residencial completo, com telefone e celular, dos Vereadores empossados desse município, destacando aquele que foi eleito Presidente da Câmara e dos senhores Prefeito e Vice-Prefeito.

Estas informações serão utilizadas tão somente para o cadastro deste Gabinete e poderão ser enviadas por meio postal ou e-mai, para os endereços a seguir:

Palácio dos Bandeirantes - Casa Civil
A/C Sr.Alaion de Campos
Av.Morumbi, 4500 Sala 4 Térreo
São Paulo – SP
CEP 05698 900

e-mail: acampos@sp.gov.br

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Alaion de Campos
Assessor Técnico de Gabinete

EXMO(A) SR(A) PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

RELAÇÃO DOS VEREADORES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA-SP
RUA ROTA DOS IMIGRANTES, 425 - CX. POSTAL, 94 - CENTRO - CEP.13825-000

PABX (19) 3802-1487 / 3802-1625.

Site - www.camaraholambra.com.br - e-mail - Câmara@holnet.com.br

MESA DIRETORA

MARCEL DONIZETI SOUZA CAMPOS (PTB) ---------- PRESIDENTE
Avenida Gardênia, s/nº - Bairro Vila Nova - Cep.13825-000 - Fone: (19) 3802-2598 Celulares: 9725-8436/

JOSÉ MARCOS DE SOUZA (PFL)----------VICE-PRESIDENTE
Rua Lázaro Fogaça, 048, Bairro Centro - Cep. 13825-000 - Fone: Casa (19) 3802-2185 - Trabalho (19) 3802-1321

DR. HUMBERTO MARINO DE LÚCIA (PPB) ---------- 1º SECRETÁRIO
Rua Embauvas, 127, Bairro Jardim Morumbi - Cep. 13825-000 - Fone: Casa (19) 3802-2884 - Consultório: (19) 3806-5676 - Bip: 0800-123 124 Código: 4802

SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA ---------- 2º SECRETÁRIA
Rua Massaranduva, 301, Bairro Parque dos Ipês - Cep. 13825-000 - Fone: (19) 3802-2600 Cel. 9723-2391

DEMAIS VEREADORES

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT ---------- (PSDB)
Rua Begônia, 67 Bairro Centro - Cep. 13825-000 - Fone: Trabalho (19) 3802-1500/3802-2247 - Cel. 9715-3834

GERSON PEDRO PINA ---------- (PPB)
Sítio Rancho Raíz - Bairro Fundão - Cep. 13825-000 - Fone: Trabalho (19) 3802-1775

JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK ---------- (PMDB)
Rua da Primavera, 1.220 - Bairro Centro - Cep. 13825-000 - Fone: Casa (19) 3802-1275 Trabalho/Motorola (19) 3847-8073

Pe. NICOLAU JOÃO BAKKER ---------- (PSDB)
Centro Social Holandês, Alameda Bem-Ti-Vi, 15 - Bairro Centro - Cep. 13825-000 - Fone: (19) 3802-1391

PEDRO WANDERLEI GALLI ---------- (PSDB)
Rua Primavera, 1.170, Bairro Centro - Cep. 13825-000 - Fone: Casa (19) 3802-1034 Trabalho (19) 3802-1061 - Cel. 9724-1626

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - SÃO PAULO
ALAMEDA MAURÍCIO DE NASSAU, 444, - CENTRO CEP.13825-000
PABX (19) 3802-1321/3802-1322 - e-mail - Gabinete@holnet.com.br

CELSO CAPATO (PFL) ---------- PREFEITO MUNICIPAL
Rua das Begônias, 139, Bairro Jardim Holanda - Cep. 13825-000 - Fone: Casa (19) 3802-1535 Cel.

JOSÉ BENEDITO DE SOUZA (PFL) ---------- VICE-PREFEITO
Rua das Azaléias, 715, Bairro Jardim Morada das Flores - Cep. 13825-000 - Fone: Casa (19) 3802-9228 - Trabalho (19) 3802-2184 - Cel. 9792-2028

CÂMARA MUNICIPAL DE ROSANA

Rua José Laurindo, 1535 - CEP 19.273-000 - Cx. Postal 342
PABX (018) 286-1191 - ROSANA
ESTADO DE SÃO PAULO

Rosana, 02 de Fevereiro de 2001.

Ofício Circular nº 001/2001

Senhor (a) Presidente (a):

Vimos por intermédio do presente comunicar a Vossa Excelência, que foi eleita a nova Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rosana, no dia 01/01/2001, para o biênio de 2001/2002, ficando assim constituída:

Presidente:	**Geraldo Bonati**	**PSB**
Vice Presidente:	**Valdomiro Donizete Toso**	**PPS**
1º Secretário:	**Janilson de Souza Cavalcanti**	**PTB**
2º Secretário:	**Nilson da Silva**	**PSDB**

Outrossim, comunicamos ainda que, a Edilidade Rosanense conta com os seguintes vereadores.

Valdemir Santana dos Santos	**PPS**
Roberto Cardia	**PSDB**
Cícero Simplício	**PSDB**
Ismael Batista Reis	**PTB**
José Aparecido da Silva	**PDT**
Júlio César E. Fernandes	**PTB**
Sérgio Roberto D'Angelo	**PSB**

Sendo o que nos reserva para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos sinceros protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Geraldo Bonati
Presidente da Câmara

Exmo.(a) Sr. (a)
Presidente da Câmara Municipal

15/02/2001

Câmara Municipal de Rosana

Ao Exmo. Sr. Presidente
Câmara Municipal de Holambra-SP
CEP 13825-000



ROSANA
13FEV01
SP

□□□□□-□□□

Av. José Laurindo, 1535 - CEP 19.273-000 - PABX (0**18) 286-1192 - Fone/Fax: 286-1191 - Rosana - SP

PRESTAÇÃO de CONTAS FACE a LEI de RESPONSABILIDADE FISCAL

A LEI de RESPONSABILIDADE FISCAL e a EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

IBRAP

professor

Osvaldo Albanez

Economista, pós-graduado em finanças públicas pela PUC-SP; Professor universitário e de cursos especializados em finanças públicas; Ex-Assessor técnico da mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Membro da Associação Brasileira de Vereadores; Presidente do Conselho de Administração do IBRAP; Autor de vários trabalhos e artigos publicados; Presta assessoria à diversos municípios.

IBRAP - Instituto Brasileiro de Administração Pública

A ONU

SAN RAPHAEL HOTEL ****

Largo do Arouche, 150 - Centro
São Paulo - SP - Fone: (11) 3225-0333

Rua Alvares Cabral, 1120
Ribeirão Preto - SP - Fone: (16) 632-8080

CENAT
Programa IBRAP de Capacitação e Valorização do Servidor Público

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

VEJA DURANTE O EVENTO

Saiba de todas as soluções legais e definitivas para os "restos a pagar"

Veja tudo sobre os "precatórios" - EC 30/00

Veja tudo sobre os "Crimes Fiscais" - Lei 10028/00

Não perca a oportunidade de conhecer todos os pontos importantes da LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL relativos às finanças municipais

Saiba como adequar contabilmente os processos de prestação de contas e execução orçamentária aos preceitos das novas legislações que estão sendo editadas atualmente

Venha discutir com a professor e os participantes os pontos mais polêmicos das Instruções do TCE e das novas leis

IBRAP

Rua: Amazonas nº 1695 - Campos Elíseos
Cep 14085-470 - Ribeirão Preto - S. Paulo
Fone / Fax: (16) 612-1807
e-mail: ibrap@zaz.com.br

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP- 5194/98

Cursos em janeiro e fevereiro com o professor Oswaldo Albanez

CURSO nº 002

PRESTAÇÃO de CONTAS face a A LEI de RESPONSABILIDADE FISCAL

CURSO nº 003

A Lei de Responsabilidade Fiscal e a EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com destaque para as Leis:
101/2000
10.028/2000

CURSO 002 PRESTAÇÃO de CONTAS FACE a LEI de RESPONSABILIDADE FISCAL

programa

ASPECTOS CONTÁBEIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A LEI ORGÂNICA DO TCE - Tribunal de Contas do Estado
- Lei 709/1993

AS NOVAS INSTRUÇÕES DO TCE - Tribunal de Contas do Estado
- Instruções 1 e 2/1999

ENCERRAMENTO DOS BALANÇOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ENSINO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

CANCELAMENTO DOS RESTOS A PAGAR

DOS CRIMES FISCAIS
- Lei nº 10028/2000

DOS PRECATÓRIOS
- Emenda Constitucional nº 30/2000

DOS GASTOS COM A SAÚDE
- Emenda Constitucional 29/2000

DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
- Lei 101/2000

CARGA HORÁRIA / DATAS-LOCAIS:
- 8 (oito) horas-aula / 1 dia
- das 8h30min às 12horas e das 13h30min às 18horas.

A) EM SÃO PAULO / SP
- 18 de janeiro 15/01
- **SAN RAPHAEL HOTEL**
Largo do Arouche, 150 - Centro - Fone: (11) 3225-0333

B) EM RIBEIRÃO PRETO / SP
- 25 de janeiro
- **HOTEL PLAZA INN MASTER**
Rua: Álvares Cabral, 1120 - Fone: (16) 632-8080

C) EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP
- 29 de janeiro
- **HOTEL NACIONAL PLAZA INN**
Rua: Treze, 35 (marginal Rod. Washington Luiz)
Fone: (17) 233-5111

D) EM SÃO PAULO / SP
- 08 de fevereiro 05/02
- **SAN RAPHAEL HOTEL**
Largo do Arouche, 150 - Centro - Fone: (11) 3225-0333

E) EM MARÍLIA / SP
- 15 de fevereiro
- **TENDA HOTEL**
Rua: Sete de Setembro, 35 - Fone: (14) 433-6777

F) EM SÃO PAULO / SP
- 20 de fevereiro
- **SAN RAPHAEL HOTEL**
Largo do Arouche, 150 - Centro
Fone: (11) 3225-0333

CURSO 003 A LEI de RESPON ABILIDADE FISCAL e a EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

programa

ASPECTOS CONTÁBEIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO

OS NOVOS ANEXOS DO TCE - Tribunal de Contas do Estado

LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

AS NOVAS INSTRUÇÕES DO TCE - Tribunal de Contas do Estado

A ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

DOS GASTOS COM A SAÚDE
- Emenda Constitucional 29/2000

DOS PRECATÓRIOS
- Emenda Constitucional 30/2000

DOS CRIMES FISCAIS
- Lei nº 10028/2000

DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS

COMPATIBILIZAÇÃO DA LEI Nº 4320/64 COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL Lei 101/2000

MINUTA DE DECRETO DISPONDO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

REGIME DE ADIANTAMENTO

CARGA HORÁRIA / DATAS-LOCAIS:
- 8 (oito) horas-aula / 1 dia
- das 8h30min às 12horas e das 13h30min às 18horas

A) EM SÃO PAULO / SP
- 19 de janeiro
- SAN RAPHAEL HOTEL
Largo do Arouche, 150
Centro - Fone: (11) 3225-0333

B) EM RIBEIRÃO PRETO / SP
- 26 de janeiro
- HOTEL PLAZA INN MASTER
Rua: Álvares Cabral, 1120 -
Fone: (16) 632-8080

C) EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP
- 30 de janeiro
- HOTEL NACIONAL PLAZA INN
Rua: Treze, 35 (marginal Rod. Washington Luiz) -
Fone: (17) 233-5111

D) EM SÃO PAULO / SP
- 09 de fevereiro
- SAN RAPHAEL HOTEL
Largo do Arouche, 150 - Centro
Fone: (11) 3225-0333

E) EM MARÍLIA / SP
- 16 de fevereiro
- TENDA HOTEL
Rua: Sete de Setembro, 35
Fone: (14) 433-6777

F) EM SÃO PAULO / SP
- 21 de fevereiro
- SAN RAPHAEL HOTEL
Largo do Arouche, 150 - Centro -\
Fone: (11) 3225-0333

Os hotéis, local do curso, estarão promovendo desconto especial aos participantes Preço acordo dos hoteis, em apto. Sgl. -SAN RAPHAEL - R$ 80,00 // PLAZA INN MASTER - R$ 84,00

INFORMAÇÕES GERAIS

INVESTIMENTO POR PARTICIPANTE
- Para cada curso -
R$ 240,00=
(Duzentos e Quarenta reais)

Deduzir 1,5% de IRRF -Lei Federal 9064/95 - Artº. 6 ***Após o cálculo NÃO DESCONTAR valores menores que R$ 10,00 (dez reais) - Lei Federal 9430/96 - Artº. 67.

No preço estão inclusos: almoço, café, água e todo o material didático de apoio.

ORDEM DE PAGAMENTO PARA:

IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA S/C LTDA. - CNJP- 01.600.715/0001-48

BANCO:
BRASIL S/A.
Ag. 2891-6 Conta nº. 10.810-3

BANESPA S/A.
Ag. 467 Conta nº. 13.000300-0
(Os comprovantes do pagamento serão Entregues no dia do curso)

INSCRIÇÕES COM RESERVAS ANTECIPADAS
- Para garantir sua participação faça **RESERVA / INSCRIÇÃO** com antecedência, quando será confirmado o curso.

Atenção: a realização do curso estará sujeita a um mínimo de reservas / inscrições, estipulado pelo IBRAP.

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Fone/Fax: (16) 612-1807

MATERIAL COMPLEMENTAR:
(Para Cada Curso)
- Apostila
- Certificado de Participação

IBRAP
Instituto Brasileiro de Administração Pública
ANO V